

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
(IFPI) MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (PROFEPT)

JOSÉ RÔMULO PLÁCIDO II

**COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EPT: UMA ANÁLISE
NO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO
DIRCEU ARCOVERDE (IFPI)**

PARNAÍBA-PI

2024

JOSÉ RÔMULO PLÁCIDO II

**COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EPT: UMA ANÁLISE
NO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO
DIRCEU ARCOVERDE (IFPI)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Área de Concentração: Educação Profissional e Tecnológica

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Orientador: Dr. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

Parnaíba/PI

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Plácido II, José Rômulo

P698c

Compreendendo a educação financeira na EPT: uma análise no curso Técnico em Administração do Campus avançado Dirceu Arcoverde (IFPI) / José Rômulo Plácido II. — 2024.
125 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Piauí, Campus Parnaíba, 2024.
Orientador: Profº. Dr. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes.

1.Educação profissional e tecnológica. 2.Educação financeira.
3.Formação continuada. I.Título.

CDD - 378.013

Elaborado por Micheline Angélica Aragão Gouveia CRB 3/1244

JOSÉ RÔMULO PLÁCIDO II

**COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EPT: UMA ANÁLISE
NO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO
DIRCEU ARCOVERDE (IFPI)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de Concentração: Educação Profissional e Tecnológica

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Orientador: Dr. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

Aprovada em 11 de novembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA



Dr. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

Instituto Federal do Piauí

Orientador



Dr. Clayton Robson Moreira da Silva

Instituto Federal do Piauí



Dr. Guilherme Bizarro Salve

Instituto Federal de São Paulo

Dr. Bruno Ricardo de Melo Cavalcante

Polytechnic University of Bari

JOSÉ RÔMULO PLÁCIDO II

**EQUILÍBRIO FINANCEIRO: DO PLANEJAMENTO BANCÁRIO À GESTÃO
EMOCIONAL**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de Concentração: Educação Profissional e Tecnológica

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Orientador: Dr. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

Aprovado e validado em 11 de novembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA



Dr. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes
Instituto Federal do Piauí
Orientador



Dr. Clayton Robson Moreira da Silva
Instituto Federal do Piauí



Dr. Guilherme Bizarro Salve
Instituto Federal de São Paulo

Dr. Bruno Ricardo de Melo Cavalcante
Polytechnic University of Bari

AGRADECIMENTOS

Dedico este espaço para agradecer às senhoras e senhores que contribuíram para a conclusão deste mestrado.

À Deus.

À minha mãe, a Senhora Vera Lúcia Vieira da Costa Plácido.

Ao meu orientador, o Professor Doutor Márcio Aurélio Carvalho de Moraes, por toda atenção e cuidado que teve comigo durante a jornada deste mestrado, sempre se dispondo a colaborar para que eu conseguisse me desenvolver e superar as dificuldades.

Aos professores e professoras do programa de Mestrado PROFEPT, em especial à Professora Doutora Ana Keuly Luz Bezerra e ao Professor Doutor Rafael Fernandes de Mesquita.

A todos os amigos e amigas discentes que ingressaram no semestre 2023.1, especialmente ao Senhor James Elemieverson Carvalho Oliveira, ao Senhor Rafael Martins de Meneses e à Senhora Roseanne Bruna dos Santos Araujo.

RESUMO

Considerando o contexto social e econômico brasileiro, onde existe um cenário crescente de endividamento por parte da população, emergiu a demanda de compreender como a educação financeira é trabalhada dentro do sistema de ensino. Neste sentido, surgiu a necessidade de entender a importância da educação financeira para o desenvolvimento do senso crítico e da formação cidadã dos estudantes. Desta forma, o objetivo dessa pesquisa acadêmica foi de analisar a importância da educação financeira para o desenvolvimento do senso crítico e formação cidadã dos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Administração do Campus Dirceu Arcoverde do Instituto Federal do Piauí (IFPI), tal meta foi performada a partir da execução dos seguintes objetivos específicos: compreender as percepções e dos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Administração em relação à educação financeira e ao seu papel na formação profissional e cidadã; identificar como a educação financeira pode contribuir com a formação cidadã e com o senso de responsabilidade e autonomia financeira dos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Administração; analisar as concepções e práticas docentes de como deve ser abordado de maneira contextualizada e interdisciplinar o conteúdo educação financeira no Curso Técnico Subsequente em Administração; desenvolver, como produto educacional, um evento acadêmico-científico-cultural, numa perspectiva interdisciplinar, para promover a reflexão crítica e a tomada de decisão consciente sobre a importância da inserção da educação financeira na escola. Para tanto, a metodologia utilizada foi de uma pesquisa qualitativa, com o método de pesquisa de campo, através da aplicação de questionários e de entrevistas semiestruturadas, e os participantes serão estudantes do Curso Técnico Subsequente em Administração do Campus avançado Dirceu Arcoverde, bem como docentes do eixo tecnológico Gestão e Negócios, a Coordenadora do Curso Técnico em Administração e a Coordenadora do Curso Técnico em Logística do Campus avançado Dirceu Arcoverde. Por fim, este trabalho produziu, como produto educacional, um evento acadêmico-científico-cultural, numa perspectiva interdisciplinar, promovendo uma reflexão crítica dos participantes, de modo a desenvolver aptidões para a tomada de decisão consciente, além de conscientizar sobre a importância da inserção da educação financeira na escola. Desta forma, o produto educacional gerou grande engajamento da comunidade acadêmica, visto que, a partir dos dados coletados durante a pesquisa, foi realizada ação direcionada para atender as demandas elencados pelos discentes e docentes participantes.

Palavras-Chave: Educação Financeira; Formação Continuada; Desenvolvimento do Senso Crítico; Cidadania.

ABSTRACT

Considering the Brazilian social and economic context, where there is a growing scenario of indebtedness among the population, the demand to understand how financial education is addressed within the education system emerges. In this sense, the need arises to understand the importance of financial education for the development of critical thinking and the civic formation of students. Thus, the objective of this academic research was to analyze the importance of financial education for the development of critical thinking and the civic formation of students in the Subsequent Technical Course in Administration at the Dirceu Arcoverde Campus of the Federal Institute of Piauí (IFPI). This goal was achieved through the execution of the following specific objectives: to understand the perceptions of students in the Subsequent Technical Course in Administration regarding financial education and its role in professional and civic formation; to identify how financial education can contribute to the civic formation and sense of financial responsibility and autonomy of students in the Subsequent Technical Course in Administration; to analyze the teachers' conceptions and practices of how financial education content should be approached in a contextualized and interdisciplinary manner in the Subsequent Technical Course in Administration; to develop, as an educational product, an academic-scientific-cultural event, from an interdisciplinary perspective, to promote critical reflection and conscious decision-making about the importance of including financial education in schools. To this end, the methodology used was qualitative research, with the field research method, through the application of questionnaires and semi-structured interviews, and the participants were students of the Subsequent Technical Course in Administration at the advanced Dirceu Arcoverde Campus, as well as teachers from the Management and Business technological axis, the Coordinator of the Technical Course in Administration, and the Coordinator of the Technical Course in Logistics at the advanced Dirceu Arcoverde Campus. Finally, this work produced, as an educational product, an academic-scientific-cultural event, from an interdisciplinary perspective, promoting critical reflection among participants, in order to develop skills for conscious decision-making, in addition to raising awareness about the importance of including financial education in schools. Thus, the educational product generated great engagement from the academic community, as, based on the data collected during the research, an action was carried out to meet the demands listed by the participating students and teachers.

Keywords: Financial education; Continuing Training; Development of Critical Sense; Citizenship.

ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
ENEF	Nova Estratégia Nacional de Educação Financeira
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FBEF	Fórum Brasileiro de Educação Financeira
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
OCDE	Organização Para A Cooperação E Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PROFEPT	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fachada do Campus Avançado Dirceu Arcoverde	48
Figura 2: Momento do Evento.....	57
Figura 3: Pesquisadores, palestrantes e diretora do Campus.....	59
Figura 4: Palestrantes e Docentes do Campus	60
Figura 5: Banner e capa.....	61
Figura 6: Palestra 1.....	63
Figura 7: Palestra 1.....	64
Figura 8: Palestra 2.....	66
Figura 9: Palestra 2.....	67
Figura 10: Foto com os participantes do evento.....	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Você já recebeu algum tipo de educação financeira na escola ou em outro lugar	70
Gráfico 2: Você sabe como fazer um orçamento pessoal ou familiar?	71
Gráfico 3: Você tem o hábito de poupar parte da sua renda para investir ou para emergências?	72
Gráfico 4: Você costuma comparar preços e pesquisar antes de comprar algo?	73
Gráfico 5: Eu acredito que a educação financeira é essencial para o meu sucesso profissional e pessoal	74
Gráfico 6: Eu me sinto preparado(a) para lidar com as questões financeiras que envolvem o meu curso e a minha futura carreira	75
Gráfico 7: Eu considero que o curso oferece oportunidades suficientes para desenvolver as minhas competências financeiras	76
Gráfico 8: Eu aprendi sobre os conceitos e as práticas de educação financeira principalmente por meio de cursos online, livros, podcasts e vídeos.....	77

Gráfico 9: Eu gostaria de participar de atividades extracurriculares que abordassem temas relacionados à educação financeira 78

Gráfico 10: A educação financeira é muito importante na minha vida pessoal e social, pois me ajuda a planejar e a gerenciar melhor os meus recursos, a evitar dívidas e a realizar os meus objetivos..... 79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Critérios de Inclusão e Exclusão 48

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 O <i>lócus</i> e os participantes da pesquisa	11
1.2 Justificativa	13
1.3 Questão Norteadora	15
1.4 Objetivos (Geral e específicos)	15
2. 2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 Educação financeira e a formação humana integral	16
2.2 Da precarização do trabalho e da educação financeira como ferramenta de formação da consciência	24
2.3 A Educação Financeira à luz da Teoria da Aprendizagem Significativa Ausubeliana	30
2.4 Modelos Pedagógico e Situações Didáticas da Educação Financeira na Educação Básica	33
2.5 A importância da implementação de ferramentas tecnológicas no âmbito da Educação Profissional	35
2.6 Educação financeira na Educação Profissional: um estado da arte	40
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
3.1 Caracterização da pesquisa e do método	45
3.2 Técnicas de coleta de dados	49
3.3 Procedimentos de interpretação e de análise de dados	51
3.4 Aspectos éticos e legais da pesquisa	51
3.5 Riscos e Benefícios da Pesquisa	52
3.6 Produto Educacional	54
3.6.1 Finalidade e justificativa do produto educacional	54
3.6.2 Desenvolvimento e aplicabilidade do produto educacional	56
3.6.3 Validação do produto educacional	69
4. EXPOSIÇÃO, ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS OBTIDOS	70
4.1 Resultados e discussões do questionário aplicado junto aos discentes	70

4.2 Análise das entrevistas: A percepção dos docentes	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	103
<i>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA OS ESTUDANTES</i>	110
<i>APÊNDICE B - ROTEIRO DE QUESTÕES DAS ENTREVISTAS PARA GESTORES E PROFESSORES</i>	113
<i>APÊNDICE C - TCLE SERVIDORES</i>	114
<i>APÊNDICE D - ESTUDANTES</i>	120

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, discorre-se sobre o delineamento da pesquisa do Mestrado, no tange ao contexto e à justificativa da pesquisa, à questão norteadora da investigação, bem como aos objetivos (gerais e específicos) almejados com este trabalho.

1.1 Contextualização da pesquisa

Partindo-se do princípio de que os profissionais necessitam, dentro de outros saberes, da compreensão de como gerir e administrar a renda obtida através da atividade laboral, resta notório que o conhecimento sobre produtos bancários e gestão patrimonial é de fundamental importância para a formação profissional, neste sentido, vale ressaltar que, no Brasil, conforme dados levantados pelo Serasa (2023), 71,44 milhões de pessoas se encontram em situação de inadimplência, o que corresponde a 43,85% da população economicamente ativa, dentre as 27 Unidades Federativas, 5 possuem mais da metade de sua população com pendências junto ao sistema financeiro.

Dentre os normativos que tratam sobre a temática da educação financeira, destaca-se o Decreto nº 10.393, de 09 de junho de 2020, que instituiu a Nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF, já no contexto da educação básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) direcionou que escolas disponibilizassem em sua grade curricular a Educação financeira já no contexto da educação básica, com a finalidade de desenvolver conhecimentos necessários para a vida em sociedade.

Todavia, a mera iniciativa elencada em normativos legais e decretos governamentais não gera, necessariamente, a real aplicação do mandamento, assim, conforme Nader (2011), a norma jurídica deve direcionar a sociedade para os fins nela apontados, e observada tanto por seus destinatários quanto para as pessoas que vão aplicar a norma, portanto, a existência da norma jurídica não pode ser ignorada pela administração pública, o que implicaria em ato de negligência que, conforme indica Tomás de Aquino (2021), não implica em mera inobservância de conselho ou falha de julgamento, mas um ato

deliberadamente não direcionado para a bondade em razão da ausência de solicitude.

Observado tal contexto, surgiu a necessidade de entender como a temática da educação financeira é compreendida no contexto do Curso Técnico Subsequente em Administração, seja no âmbito do corpo discente ou junto aos docentes e gestores(as) Campus Dirceu Arcoverde do Instituto Federal do Piauí (IFPI), de modo que tal diagnóstico possa nortear estratégias didático-pedagógicas, tanto para o desenvolvimento de um produto educacional voltado para a comunidade acadêmica, bem como para subsidiar outras pesquisas direcionadas para o tema.

O estudo desta situação teve como meta o desenvolvimento de iniciativas que aprimorem, através da educação financeira, o senso crítico dos estudantes e a sua capacidade de exercer a cidadania em diversos contextos de sua vida, seja na economia doméstica para, por exemplo, evitar o endividamento e a realização de despesas que possam se constituir em problemas, seja no contexto profissional, onde podem compreender como organizar seu rendimentos com gastos menores e otimizados para os desafios que surgirem.

Para tanto, a metodologia escolhida foi uma abordagem qualitativa, com dados obtidos através de realização de coleta de dados, seja através de respostas obtidas através de questionários, seja por meio de entrevistas semiestruturadas.

A análise destes dados, além de constituir um panorama da realidade pesquisada, embasou a realização de um evento acadêmico-científico-cultural, numa perspectiva interdisciplinar, a fim de promover uma reflexão crítica dos participantes, de modo que estes estejam aptos a promover tomada de decisão consciente sobre a importância da inserção da educação financeira na escola.

Desta forma, a dissertação está organizada em cinco capítulos: 1. Introdução, para contextualização do tema, apresentação da justificativa, problema de pesquisa, objetivos gerais e específicos e para situar o leitor acerca dos pontos centrais elucidados do texto; 2. Referencial teórico, com a discussão expositiva dos autores que alicerçam a construção da pesquisa; 3. Procedimentos metodológicos, no que concerne às técnicas e coletas de dados, descrição da amostra selecionada, assim como o item acerca do Produto Educacional; 4. Análise dos Dados: Resultados e Discussões, etapa posterior à

coleta em que são apresentadas, interpretadas e correlacionadas as informações com o problema de pesquisa e os objetivos propostos e, por fim, as Considerações Finais.

O produto educacional, concebido como um evento acadêmico-científico-cultural denominado: Equilíbrio Financeiro: Do Planejamento Bancário à Gestão Emocional, teve como finalidade atender às necessidades de toda comunidade acadêmica quanto à formação em educação financeira, tendo por atenção os principais pontos de dúvida compartilhados por discentes e docentes e visando o aprimoramento do senso crítico, bem como da autonomia dos participantes para o exercício da cidadania.

1.2 Justificativa

No início de minha trajetória profissional ingressei, no ano de 2011, como funcionário do Banco do Brasil e, logo nos primeiros dias de trabalho, percebi que os clientes da instituição careciam de conhecimentos básicos a respeito da gestão patrimonial de seus rendimentos. A grande maioria das pessoas que atendia eram trabalhadores da indústria têxtil e de fábricas de peças.

Ao interagir com os clientes, era comum a queixa de que, além da empresa onde trabalhavam não ofertar nenhuma informação a respeito da gestão financeira, não havia ocorrido nenhuma iniciativa com relação ao tema no sistema educacional.

Em momentos posteriores, ao trabalhar em diversos órgão do Poder Judiciário, tais como Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e Superior Tribunal de Justiça observei, seja dentre os colegas de trabalho, seja em conversas ao realizar atendimento aos eleitores e fornecedores das instituições, era bastante sensível que pairava um profundo desconhecimento quanto ao tema.

Considerando-se que o fluxo de informações está cada vez mais intenso, seja pelos meios de comunicação tradicionais, seja através das redes sociais, as pessoas conseguem acessar facilmente informações espalhadas sobre temáticas relacionadas a finanças, que podem estar direcionando o usuário para as mais diversas intenções por parte do emissor, instituições financeiras podem, por exemplo, induzir as pessoas a aferir empréstimos com juros altos mediante

a facilidade no acesso ao crédito, ou oferecer cartões de crédito de maneira bastante simplificada sem informar sequer que o juro do crédito rotativo (natureza do juro do cartão de crédito) é um dos maiores praticados no mercado.

Portanto, em caso de eventual dificuldade do credor em honrar seus compromissos, poderá se ver mergulhado em uma situação de endividamento e sem meios de vislumbrar a saída para esta difícil situação.

Por conta destes fatores, além das dificuldades naturais que já existiam na sociedade em virtude de um processo educacional deficitário, os mecanismos oferecidos pela sociedade de consumo para que as pessoas estejam inseridas em um contexto de gastos desenfreados vem se aperfeiçoando cada vez mais.

Sendo assim, a ausência da educação financeira no processo educacional direciona as pessoas para uma situação de vulnerabilidade frente as grandes instituições financeiras, o que implica em um exercício limitado da cidadania, a partir do momento em que o ser humano se torna apenas um número, indicado como um sinal de negativo e com diversas anotações junto aos serviços de crédito, causando danos que vão além da questão financeira, como com olhares de desconfiança dentro da sociedade por conta de uma situação de endividamento que ocorreu em razão de fatores que não possuía a devida instrução para compreender e analisar.

Observando esta situação, senti que iniciativas de capacitação nesta área são fundamentais o exercício da cidadania, seja para o bem-estar das pessoas, visto que problemas financeiros são causas de profunda preocupação, podem acarretar desde a queda na confiança pessoal, até a casos de insônia e transtornos mentais, bem como para o desenvolvimento do senso crítico, já que a compreensão do mundo das finanças é de fundamental importância no contexto do capitalismo financeiro contemporâneo, auxiliando o cidadão a tomar decisões, apenas para solucionar eventuais contratemplos, mas também para identificar oportunidades de investimento e até mesmo de emprego ou empreendedorismo.

Neste sentido, aferir a importância da educação financeira para o desenvolvimento do senso crítico e da formação cidadã dos estudantes é uma necessidade latente na sociedade brasileira, iniciativas nesta direção possuem grande impacto social, visto que possibilitam que o corpo discente desenvolva, a partir do aperfeiçoamento na temática da educação financeira, o senso crítico

necessário para enfrentar os desafios relacionados ao tema, possibilitando o exercício da cidadania mediante a percepção das relações de consumo e de alocação do capital, o que gera impacto, não apenas na vida dos estudantes, mas da família, amigos e demais pessoas com as quais interage.

Com relação a comunidade acadêmica, tais estudos são instrumentos para o aperfeiçoamento do sistema de ensino, visto que embasam a percepção da realidade brasileira sob o prisma do desenvolvimento da educação financeira, e o que pode ser feito para que o sistema educacional ofereça uma formação aprofundada, de modo a fornecer aos alunos ferramentas para compreender a sociedade contemporânea e formar cidadãos munidos de criticidade e capacidade de transformar o meio onde vivem.

Desta forma, cabe salientar que a escolha do Instituto Federal do Piauí como instituição onde foi desenvolvida a pesquisa se deu em razão da grande capilaridade desta entidade no contexto social do Estado do Piauí, além de sua credibilidade junto à sociedade, o que propiciou o desenvolvimento das atividades considerando os mais diversos contextos sociais abarcados pela comunidade acadêmica do Instituto Federal do Piauí.

1.3 Questão Norteadora

A partir dos diversos pontos já enfatizados, a questão que balizou os estudos desta pesquisa consistiu em: Qual é a importância da educação financeira para o desenvolvimento do senso crítico e da formação cidadã dos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Administração do Campus Dirceu Arcoverde do Instituto Federal do Piauí (IFPI)?

1.4. Objetivos (Geral e específicos)

Esta pesquisa tem como objetivo geral de analisar a importância da educação financeira para o desenvolvimento do senso crítico e formação cidadã dos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Administração do Campus Dirceu Arcoverde do Instituto Federal do Piauí (IFPI).

A pesquisa foi desenvolvida para atingir os seguintes objetivos específicos:

a) Compreender as percepções dos estudantes Curso Técnico Subsequente em Administração com relação à educação financeira e ao seu papel na formação profissional e cidadã;

b) Identificar como a educação financeira pode contribuir com a formação cidadã e com o senso de responsabilidade e autonomia financeira dos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Administração;

c) Analisar as concepções e práticas docentes de como deve ser abordado de maneira contextualizada e interdisciplinar o conteúdo educação financeira no Curso Técnico Subsequente em Administração;

d) Desenvolver, como produto educacional, um evento acadêmico-científico-cultural, numa perspectiva interdisciplinar, que promova a reflexão crítica e a tomada de decisão consciente sobre a importância da inserção da educação financeira na escola.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação financeira e a formação humana integral

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º, inciso IV, aponta como um dos objetivos pátrios promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação, estas metas propostas pela Carta Magna Nacional visam uma perspectiva de rupturas com estruturas arcaicas presentes na sociedade.

Neste sentido, Manacorda (2008) observa, a partir dos escritos de Gramsci, que se fazem presentes estruturas ideológicas que atuam de forma organizada no contexto do ensino, que se refletem em formas de divisão da educação, sendo uma educação de cunho profissional para os operários e camponeses, uma educação de caráter Médio Técnico para a pequena burguesia e uma educação Clássica para a classe dirigente.

Em complemento a esta percepção, Saviani (2007) aponta que o advento da sociedade moderna, de viés capitalista, propõe uma separação entre uma

escola voltada para o trabalho profissional e outra voltada para as ciências e humanidades, esta última proposta para os detentores da riqueza.

Em contrapartida com a ideia de manutenção das estruturas sociais, Gramsci propõe uma escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, 'humanismo', em sentido amplo e não apenas no sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa (Gramsci, 1979, p. 121).

Neste sentido, tendo em vista o trabalho como princípio educativo, Gramsci (1982 p. 130) afirma que:

O princípio educativo sobre o qual se baseavam as escolas elementares era o conceito de trabalho, que não se pode realizar em todo seu poder de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida recíproca dos homens, ordem que deve ser respeitada por convenção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta pelos próprios homens como liberdade e não por simples coação (Gramsci, 1982 p. 130).

Observada tal realidade, é necessário um contínuo aperfeiçoamento do sistema público para a realização do que está preceituado na Constituição de 1988, de forma a garantir uma educação que de fato não segrega e diminui as barreiras da sociedade.

No contexto da educação financeira, (CONEF, 2013) aponta que:

A Educação Financeira nas escolas se apresenta como uma estratégia fundamental para ajudar as pessoas a enfrentarem seus desafios cotidianos e a realizar seus sonhos individuais e coletivos. Discentes e docentes financeiramente educados são mais autônomos em relação a suas finanças e menos suscetíveis a dívidas descontroladas, fraudes e situações comprometedoras que prejudiquem não só a própria qualidade de vida como a de outras pessoas. A Educação Financeira tem um papel fundamental ao desenvolver competências que permitem consumir, poupar e investir de forma responsável e consciente, propiciando uma base mais segura para o desenvolvimento do país. Tal desenvolvimento retorna para as pessoas sob a forma de serviços mais eficientes e eficazes por parte do Estado, numa relação saudável das partes com o todo. (CONEF, 2013, p. 1).

Ao lado disso, com base no documento de Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira

elaborado pela Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a educação financeira é definida como:

o processo pelo qual consumidores e investidores aprimoram seu entendimento em relação a conceitos e produtos financeiros, e, alicerçados em informação, instrução e/ou consultoria direta, desenvolvem habilidades e confiança que os torna conscientes das oportunidades e riscos financeiros, para fazer escolhas informadas, mais capazes de obter informação adicional para fazer escolhas, saberem onde buscar ajuda e de assumirem outras ações efetivas a fim de melhorar a sua proteção e o seu bem-estar financeiro. (OECD, 2005a, p. 26).

Neste sentido, a atuação estatal pode ser realizada sob diversos prismas, que abarcam desde ações educacionais propriamente ditas, até elementos normativos que podem nortear, estimular ou coibir determinadas condutas. Sob esta ótica, Crocco, Santos e Figueiredo (2013) indicam que:

Finalmente, o combate à exclusão financeira também tem sido alvo de medidas de intervenção governamental explícita. A experiência internacional tem mostrado duas maneiras de intervenção. Na primeira, o governo atua como facilitador, através de várias medidas, tais como: recomendação de ações para combater exclusão financeira; verificação se produtos bancários atingem ou não o objetivo de redução da exclusão financeira; pressão para a regulamentação e autoavaliação de material de marketing dos bancos pelas agências autorreguladoras. A segunda maneira seria a ação do governo enquanto legislador, criando uma legislação direta que imponha sobre os bancos e outras instituições financeiras a obrigação de fornecer serviços bancários universais (que atendam indiscriminadamente a todas as parcelas da população), ou indireta, destinada a remover obstáculos que reforçam a exclusão financeira (restrições a mobilidade de capital entre regiões; liberação de compulsório para serviços destinados à população excluída etc.). Além disso, a intervenção governamental pode ser feita via incentivos diretos, destinados a motivar o sistema bancário a promover inclusão financeira, tais como: isenção fiscal e garantias oficiais de crédito, dentre outras (Crocco, Santos e Figueiredo, 2013, p.512).

O arcabouço normativo elenca, como principal fonte jurídica, o Decreto nº 10.393, de 09 de junho de 2020, que instituiu a Nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF, que se constitui em uma instância responsável pela direção, supervisão e fomento da ENEF.

Todavia, novas iniciativas podem surgir no contexto do arcabouço jurídico pátrio, conforme proposto pelo Projeto de Lei nº 5950/2023, que pretende incluir,

no artigo 26 da Lei 9.394/1996 (Lei de diretrizes básicas da educação), a educação e a administração financeira nos currículos da educação básica.

Outra iniciativa importante, desta vez de caráter institucional, é a Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF), promovida pela Universidade Federal da Paraíba, em parceria com outras instituições de ensino nacionais, evento este que instiga os estudantes para aprimorar seus conhecimentos quanto à temática, bem como o intercâmbio entre as diversas regiões e realidades nacionais.

Comporta afirmar, nesse sentido, que uma das funções da escola na sociedade atual é proporcionar aos indivíduos o acesso aos saberes científicos. Além disso, é um espaço que estimula os estudantes a questionarem e a pensar criticamente sobre a realidade em que vivem. Dessa forma, a escola tem um papel fundamental, ao formar as crianças e adolescentes para os desafios da vida contemporânea, entre os quais se destaca a educação financeira, devido ao cenário político, econômico e social de nosso país (VILLA, DA SILVA e DARROZ, 2018).

Ainda, pautado em Villa, Da Silva e Darroz (2018, p. 58),

A educação financeira assume papel fundamental no desenvolvimento de competências que permitem consumir, poupar e investir de forma responsável e consciente, além de ajudar as pessoas a realizarem sonhos que dependem de suas finanças pessoais. Evidencia-se, ainda, que a escola pode ser o local apropriado para a aprendizagem dos assuntos relacionados à área de educação financeira (Villa, Da Silva e Darroz, 2018 p. 58).

Destarte, uma forma de entender a educação financeira é como um processo de aprendizagem relacionado às finanças pessoais, onde a sociedade pode desenvolver uma visão crítica sobre o uso do dinheiro. A própria Constituição Brasileira atual estabelece que a educação deve contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa e para o seu preparo para o exercício da cidadania. Nesse sentido, a educação financeira tem um papel importante na participação cidadã, pois permite que a sociedade compreenda melhor as finanças pessoais e nacionais (CORDEIRO, COSTA e SILVA, 2015).

Ao lado disso, com base em Negri (2010),

Educação Financeira é um processo educativo que, por meio de aplicação de métodos próprios, desenvolve atividades para auxiliar os consumidores a orçar e gerir a sua renda, a poupar e a investir; são informações e formações significativas para que um cidadão exerça uma atividade, trabalho, profissão e lazer, evitando tornarem-se

vulneráveis às armadilhas impostas pelo capitalismo (Negri, 2010, p.19).

Vale ressaltar também, conforme aponta Alves (2020), a inclusão financeira tem sido objeto de interesse desde o final do século passado, motivada por duas razões principais: potencial econômico para as instituições tradicionais e impacto social na melhoria da qualidade de vida dos mais vulneráveis e financeiramente excluídos. Inicialmente, os modelos de inclusão focavam na expansão do microcrédito.

No entanto, com o avanço tecnológico, melhorias na infraestrutura e aprimoramento das leis, os meios de pagamento surgiram como uma ferramenta excelente para promover a inclusão financeira.

Conclui Alves (2020) que a ampla adoção dos meios de pagamento, aliada à disseminação de dispositivos móveis e à popularização da internet, criou um cenário propício para superar obstáculos do sistema financeiro tradicional, como custos e distâncias geográficas. Essa transformação digital, combinada à mudança no comportamento de consumo e nas relações entre compradores e vendedores, possibilitou a expansão dos meios de pagamento em mercados antes pouco explorados.

Tais mudanças também dirigem a sociedade para perigos, conforme aponta Costa (2019):

As tentativas de golpes e fraudes ocorrem de diversas formas, por telefone, nos ambientes de autoatendimento das agências bancárias, abertura de contas com documentos falsificados, clonagens de cartões e documentos, furto de dados de contas bancárias pela internet, dentre outros. As vítimas muitas vezes são consumidores despreparados para interagir com os produtos e sistemas eletrônicos cada vez mais complexos disponibilizados pelo mercado bancário. Num cenário onde a tendência é direcionar o relacionamento com os clientes para o autoatendimento e atendimento remoto, a educação para uma interação segura é cada vez mais necessária. A cada dia são divulgados na imprensa uma nova modalidade de fraude, que traz prejuízo ao sistema bancário, mas também aos consumidores (Costa, 2019, p. 104).

Neste sentido, torna-se evidente que a formação dos discentes da educação básica quanto a tais inovações se mostra de fundamental importância para o exercício pleno da cidadania. Para tanto, conclui Costa (2019) que:

Os estudos da Nova Classe Média revelam que a melhora da renda por si só, é insuficiente para consolidar uma inclusão social, pois sem preparo, a população não consegue administrar os benefícios que um aumento de renda pode lhe proporcionar. Também os resultados das pesquisas de avaliação sobre a educação financeira, realizadas pela OCDE, demonstram a baixa eficácia das políticas implementadas. De igual modo, alegar que na realidade brasileira existem outras carências mais urgentes, como alimentação, moradia, saúde, dentre outras, é reduzir a discussão sobre a cidadania plena. A educação financeira é um direito de todas as classes sociais, e afeta principalmente as menores faixas de renda. A discussão da educação financeira não pode ficar restrita somente a disseminar conhecimentos técnicos para a população, é preciso formar um pensamento crítico, de forma a aliar conhecimento com comportamento e atitude. Para isto é preciso envolvimento do direito e da educação, de modo mitigar as ramificações da orientação ideológica do neoliberalismo sobre os atores responsáveis pela formulação de políticas públicas e privadas sobre o tema (Costa, 2019, p. 107).

Outro ponto relevante é o de desenvolver, no contexto da Educação Profissional, a consciência de que a Educação Financeira é necessária para a plena formação dos discentes, neste sentido, vale destacar que, conforme Ciavatta e Ramos (2011) a formação integral deve compreender diversas dimensões da formação das pessoas, o que direciona os currículos, caso busquem este fim, em um desenvolvimento integrado nas mais diversas áreas, de modo que isto se reflita nas mais variadas facetas da formação dos estudantes.

Neste sentido, os saberes da Educação Financeira, a priori, se tornam necessários desde a gestão doméstica até a própria escolha das rotinas de trabalho, o que propiciaria um impacto nas mais diversas áreas da vida das pessoas, bem como de amigos e familiares, assim atingindo um grande impacto em toda sociedade, nesta direção, a proposta de Ciavatta (2005) para uma educação de cunho emancipador para a sociedade, de modo a formar cidadãos autônomos, seria flagrantemente privilegiada a partir da aplicação de saberes relacionados a Educação Financeira.

Weber (2020) também aponta que o capitalismo alcançou a dominação da vida econômica, o que forjou, por meio de um processo de seleção, os sujeitos que necessita, que seriam os empresários e os trabalhadores, de maneira que o trabalhador que não se adapta ou não consegue se moldar ao sistema em vigor passa para a situação de desemprego, entrando portanto em um processo de exclusão.

Weber (2020) indica que o desenvolvimento do capitalismo necessita de disponibilidade de excedentes populacionais, o que viabiliza angariar preços baixos para a mão de obra. Todavia, este excedente de pessoas, se por um lado favorece a expansão quantitativa do capital, por outro se mostra como um entrave para o desenvolvimento, tendo em vista que tratam-se de pessoas.

No contexto destes problemas, os trabalhadores se sujeitam a situações prejudiciais para se manter dentro desta sociedade, moldando sua formação e seus valores aos desejos, muitas vezes voláteis, impostos pelo sistema capitalista, dentro desta perspectiva, Mészáros (2008) aponta que a maior parte do tempo das pessoas submetidas a este sistema é composto de jornadas de trabalho desumanizantes, onde, por consequência, o próprio tempo das pessoas é desumanizado através da execução de tarefas subalternas dentro de determinados contextos sócio políticos.

Taylor (1990) aborda, ao estudar formas mais eficientes para a otimização da produção, que o método anterior, de caráter desordenado, foi suplantado por um planejamento do dia do trabalho, onde instituiu-se um registro diário do que foi produzido quanto a sua qualidade e quanto a sua quantidade, com o intuito de suplantar eventuais preferências pessoais dos chefes e inspetores para com este ou aquele empregado.

Prossegue o autor que tal controle resultou em redução salarial dos trabalhadores considerados pouco produtivos ou desleixados, ao passo que instigou a ambição de outros trabalhadores no contexto fabril. Tais experiências, segundo Taylor, reduziam conversas desnecessárias e consideradas não produtivas dentro do contexto do trabalho.

É bem verdade que existe uma preocupação de Taylor para com a saúde e a fadiga dos operários no trabalho, tal como é descrito em trabalhos de natureza mecânica, mineral, trabalho feminino na fabricação de bicicletas, dentre outros exemplos citados pelo autor na obra. Neste caso, observa que tais problemas afetam a cadeia produtiva e a eficiência do trabalho, o que, segundo o autor, prejudica tanto patrões quanto empregados.

A abordagem de Taylor (1990) quanto ao trabalhador em si aborda desde a familiaridade do mesmo para com as ferramentas até a própria psicologia para com o trabalho, no sentido de motivar por metas, eventuais bonus financeiros ou até mesmo as crenças religiosas e costumes familiares do operário, de maneira

que todos estes elementos seriam fatores a serem considerados para a formação da equipe de trabalho e estruturação da cadeia de produção nas fabricas.

Dentro da evolução dos métodos de produção e gestão do ambiente fabril, temos nos métodos de Henry Ford a consolidação da visão do operário como uma máquina voltada para o serviço, neste sentido, corrobora Harvey (1992) ao apontar que a produção de massa significava consumo massificado, uma nova forma de controlar e de gerir a força de trabalho.

Neste sentido, o autor aponta que o Fordismo consolidou ao maior esforço coletivo produzir, com velocidade não antes vista, um novo tipo de labor e um novo tipo de homem voltado para a produção de escala, onde os novos métodos de trabalho se mostravam indissociáveis de um modo específico de viver e de pensar a vida, com um caráter industrial e de menor uso da razão na atividade laboral.

Para tanto, o processo educacional é controlado para manutenção destas relações, o que torna necessária a implementação de um pensamento para além do capital para a superação desta estrutura capitalista. Isto nos leva a refletir sobre a educação como uma ferramenta para as transformações sociais, com um horizonte norteado através da formação do senso crítico dos discentes.

Tal direcionamento dá luz à necessidade da implementação de iniciativas de ensino em educação financeira em todo processo educacional, de modo a libertar as pessoas de estruturas alienantes, que apontam caminhos predefinidos e que interessam apenas aos grupos detentores do poder político e econômico da sociedade.

Alinhado a este pensamento, Bauman (2008) estabelece o que chama de sociedade de consumidores, conforme trecho abaixo:

Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeitos sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável... A característica mais proeminente da sociedade de consumidores – ainda que cuidadosamente disfarçada e encoberta- é a transformação dos consumidores em mercadorias (Bauman, 2008, p.20).

Partindo desta perspectiva, podemos compreender que a educação financeira está integrada a todo contexto da educação profissional, visto que está

presente na formação humana para o mundo do trabalho, neste sentido, para Pacheco (2012, p. 67) a concepção do trabalho como princípio educativo é a base para a organização e desenvolvimento curricular em seus objetivos, conteúdos e métodos. Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa entender o trabalho como princípio educativo, o que não significa aprender fazendo, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho.

Considerar o trabalho princípio educativo equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, apropria-se dela e pode transformá-la.

Neste mesmo sentido, conforme Bloise e Loureiro (2020, p. 3453) há uma vinculação do trabalho à forma própria de ser dos seres humanos. O homem é parte da natureza e dela depende para reproduzir a vida – é através do trabalho que o homem transforma a natureza em meio de sobrevivência.

Portanto, é fundamental e educativo socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso. O homem produz e reproduz sua sobrevivência através do trabalho na interação com a natureza, onde ambos se transformam. Neste sentido, podemos destacar que a educação financeira se apresenta como um importante fator para o desenvolvimento de pessoas para o mundo do trabalho e com um olhar crítico para com a realidade.

2.2 Da precarização do trabalho e da educação financeira como ferramenta de formação da consciência

As condições de trabalho, com relações contratuais cada vez mais instáveis, cria contornos que tornam as pessoas cada vez mais vulneráveis dentro do contexto social. Neste sentido, preceitua Alves (2015) que a precarização do trabalho abrange não apenas a questão salarial, mas também aspectos existenciais. O modo de vida “just in time” e a redução da qualidade de vida contribuem para a precarização daqueles que trabalham.

Essa precarização se manifesta, por exemplo, no aumento dos casos de adoecimento laboral. A doença do trabalho vivo é uma consequência direta da degradação da dignidade humana causada pelo movimento do capital.

Em acordo com tal visão, Druck (2013) aponta que a precarização das condições de trabalho tem impactos significativos para os empregados. Um desses efeitos é a intensificação do trabalho, que ocorre desde uma ampliação da jornada, não apenas no local de trabalho, mas também em suas casas. O trabalho não tem limites claros, e muitas vezes ultrapassa os horários convencionais. A exigência de ser polivalente (ou seja, realizar diversas tarefas) coloca pressão adicional sobre os trabalhadores.

Continua Druck (2013) que, muitas vezes, os trabalhadores são obrigados a realizar horas extras sem remuneração adequada, o que afeta sua qualidade de vida. A exigência de metas inatingíveis coloca pressão sobre os trabalhadores, levando a um esforço excessivo para alcançá-las. Alguns trabalhadores se tornam “workaholics”, compulsivamente dedicados ao trabalho, o que pode prejudicar sua saúde física e mental.

Complementa que no contexto das relações laborais modernas surgem novas formas de violação no ambiente de trabalho. O assédio moral é uma delas, levando a problemas de saúde mental, além disto, demissões decorrentes de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais também afetam os trabalhadores. Portanto, a precarização do trabalho não se limita apenas à questão salarial, ela afeta profundamente a saúde e o bem-estar das pessoas, refletindo a desumanização imposta pelo sistema capitalista.

Tal processo se dá em um contexto global onde, conforme Silva (2007), nos países oprimidos por estruturas colonizadoras das nações mais desenvolvidas, o currículo educacional molda-se de maneira a perpetuar essas estruturas. Esse processo começa desde a percepção dos estudantes em relação às potências colonizadoras e é influenciado culturalmente para suprimir a identidade local. Isso leva a uma absorção de um modo de pensar e de ser estrangeiro.

Além disso, preleciona o autor que a formação desses indivíduos muitas vezes os direciona a papéis que servem aos interesses das nações dominantes, o que naturalmente afeta as relações econômicas entre esses países, bem como as relações humanas desenvolvidas na sociedade oprimida, portanto, a leitura de uma notícia publicada pela imprensa não deveria ser observada apenas como

informação, mas também como forma de influenciar o comportamento das massas.

Neste sentido, as relações de poder sempre estão presentes na formação dos currículos, o que direciona a sociedade a uma reflexão cada vez maior sobre o seu papel, e como as camadas excluídas da sociedade devem se mobilizar para impedir o processo de opressão.

Corroborando com esta perspectiva Moretta (2023), ao indicar que os mais miseráveis ficam de fora de ações em educação financeira, logo, na prática, os saberes que deveriam ser para todos são disponibilizados apenas para alguns, o que se fortalece através de ferramentas que distanciam as pessoas destes conhecimentos.

Vale ressaltar que os mecanismos de opressão por parte de grupos detentores do poder não é algo novo na história, para exemplificar tal ponto, vale a discussão a respeito da obra clássica “O Príncipe”. Nesta, Maquiavel (2019) reflete sobre o melhor sentimento pelo qual os súditos devem emular para com o suserano, se de temor ou de amor.

O autor observa que o ideal seria que sentissem ambos, porém, em caso de escolha de apenas um destes, o mais seguro seria o de temor para com o príncipe. Observa Maquiavel que as pessoas teriam uma tendência a ter menos cautela para com alguém que se faz amar que para uma pessoa que se nutre de temor.

Sendo assim, esta perspectiva sugere que, para o príncipe ser bem-sucedido na estabilização de seu reino, deve antes de tudo ser temido, ser amado ou não seria agradável, todavia, o suserano deveria estar atento para não ser odiado, o que poderia acirrar tensões no reino.

Deste modo, existe uma necessidade evidente de controle por parte da opinião e dos ânimos do reino e, naturalmente, ferramentas aplicadas com o intuito de promover a alienação das massas sempre foram utilizadas pelas classes dominantes, seja em contextos democráticos seja sob a vigência de um regime de cunho monárquico.

A perspectiva das aparências é tratada por vezes em “A República” onde, nos diálogos expostos na obra de Platão (1993), situações em que o real é deixado de lado em prol de interesses políticos são evidenciadas, como quando Adimanto narra a Sócrates os pais recomendam que os filhos sejam justos, não em prol do real exercício da justiça, mas para a reputação que esse tipo de ação agrega.

Portanto, neste cenário, a aparência do agir com justiça acarreta o angariamento de reputação para acesso a cargos, alianças e boa fama em geral. Em outra passagem, Sócrates que quando os guardiões das leis e da cidade guardam apenas no plano das aparências, será posta à ruína de cima para baixo.

Tais aparências são trabalhadas também por Maquiavel (2019), que aconselha o príncipe a sempre parecer piedoso, leal, humano, religioso e íntegro, todavia, embora aponte para o suserano possuir tais características, deve estar sempre pronto para não ser caso necessário, naturalmente sempre aparentando as virtudes ora citadas mesmo que não as cumpra.

Neste sentido, em sua obra “Cartas Persas”, Montesquieu (2009) narra a história de um médico forasteiro que, em virtude de uma praga que assolou a região habitada por um povo denominado de “troglodita”, se dirigiu a esta terras para cuidar dos doentes sob a promessa de que receberia uma boa quantia pela sua viagem e os serviços prestados para aquela comunidade.

Todavia, ao realizar todos os trabalhos que foram objeto do contrato e cessadas as moléstias que assolavam àquele povo. O médico foi posto para fora pelos moradores, que se vangloriavam de não remunerar o profissional pelos serviços prestados, bem como tratar com desdém a ideia de um forasteiro vir de tão longe para cuidar dos doentes.

Tempos depois, após uma nova moléstia grave se espalhar pelas terras trogloditas, a fama de que estes não eram pessoas justas se espalhou e, mesmo com as juras de que naquele momento tudo seria diferente, o povo troglodita sucumbiu perante à enfermidade, visto que não foram amparados devido a fama constituída pelas ações má feitas sem reservas.

Para evitar tais problemas, Maquiavel preleciona que o suserano sempre mantenha seus súditos em uma situação de alienação, acreditando que o príncipe possua determinadas características mesmo que não as exerça de fato, neste sentido, a ferramenta do engano, por vezes, é bem mais utilizada pelas classes dirigentes, do que um efetivo e sincero retrato do estado de coisas.

Schopenhauer (2017), ao expor estratégias para que o interlocutor consiga ter êxito em seus debates, propõe, no trigésimo segundo tópico, a seguinte lição:

Uma maneira rápida de eliminar ou ao menos tornar suspeita uma afirmação do adversário que nos seja contrária é a de colocá-la sob uma categoria odiada, ainda que tenha apenas uma semelhança com esta ou uma vaga relação, por exemplo, “isso é maniqueísmo; é arianismo; é pelagianismo; é idealismo; é espinosismo; é panteísmo; é brownianismo; é naturalismo; é ateísmo; é racionalismo; é espiritualismo; é misticismo etc”. Ao fazer isso, supomos duas coisas: 1) que aquela afirmação é realmente idêntica com essa categoria, ou pelo menos está contida nela, e então exclamamos: “Ah, mas isso não é novidade para ninguém!”; e 2) que essa categoria já foi completamente refutada e não poderia conter uma palavra de verdade sequer (Schopenhauer, 2017, p.41)

Já no trigésimo quarto estratégia, Schopenhauer (2017) retorna a orientar o debatedor a trabalhar nas aparências para a plateia, nesta, recomenda o autor que, caso o adversário do debate não responda uma pergunta direta, o interlocutor deveria sempre remeter ao que não foi respondido, de modo a desestabilizar a outra pessoa em frente ao público. Assim, a técnica do uso das aparências para influenciar as massas para inverdades e interesses de grupos é vastamente narrado por diversas fontes, e consiste em um elemento de engano frequentemente utilizado.

Neste sentido, a sociedade é direcionada para acreditar nos ditames impostos pela classe dominante, de modo que tais crenças delimitem as condições sociais, conduzindo a população para a execução de pautas e demandas direcionadas pelos detentores do poder.

As condições vigentes e impostas no contexto social também são trabalhadas por Adorno (2000), onde preleciona que:

Mas a democracia não se estabeleceu a ponto de constar da experiência das pessoas como se fosse um assunto próprio delas, de modo que elas compreendessem a si mesmas como sendo sujeitos dos processos políticos. Ela é apreendida como sendo um sistema entre outros, como se num cardápio escolhessemos entre comunismo,

democracia, fascismo ou monarquia; ela não é apreendida como identificando-se ao próprio povo, como expressão de sua emancipação. Ela é avaliada conforme o sucesso ou o insucesso, de que participam também os interesses individuais, mas não como sendo a unidade entre os interesses individuais e o interesse geral; e, de fato, a delegação parlamentar da vontade popular torna esta muitas vezes uma questão difícil nos modernos Estados de massa. Na Alemanha, ouviremos com frequência dos próprios alemães a estranha afirmativa de que eles ainda não estão maduros para a democracia. A própria falta de emancipação é convertida em ideologia, tal como o faz a juventude que, surpreendida em qualquer ato de violência, procura se livrar apelando à sua condição de teenager adolescente. O grotesco numa tal argumentação revela um flagrante contradição na consciência. As pessoas que nestes termos procuram demonstrar com franqueza a sua própria ingenuidade e imaturidade política sentem-se, por um lado, como sendo sujeitos políticos, aos quais caberia determinar seu próprio destino bem como organizar a sociedade. Mas deparam-se, por outro lado, com as sólidas barreiras impostas pelas condições vigentes (Adorno, 2000, p.35).

Todavia, esclarece o autor, em momento posterior da obra, que a sua visão sobre a sociedade e a educação não se alicerçam em uma ruptura total com o que é posto, nem com as artes ou a música, conforme o trecho a seguir transcrito:

Uma escola aberta ao exterior sem qualquer restrição provavelmente também abriria mão dos aspectos de formação e de amparo. Não me envergonho de ser considerado reacionário na medida em que penso ser mais importante às crianças aprenderem na escola um bom latim, de preferência a estilística latina, do que fazerem tolas viagens a Roma que, via de regra, resultam apenas em desarranjos intestinais sem qualquer aprendizado essencial acerca de Roma. Certamente, na medida em que as pessoas da escola não permitem interferências, o fechamento da escola sempre tende a se enrijecer, sobretudo face à crítica. Tucholsky exemplificaria com aquela malvada diretora de escola rural, que justifica quaisquer horrores cometidos contra seus alunos frente ao protesto do simpático casal de namorados com a explicação: "aqui as coisas são feitas assim". Não interessa saber quanto deste "isto é feito assim" continua dominando a prática escolar. Esta postura é corrente. Seria necessário explicar que a escola não constitui um fim em si mesma, que o fato de ser fechada constitui uma necessidade e não uma virtude como a consideram inclusive determinadas formas do movimento da juventude, por exemplo a fórmula imbecil da cultura jovem como sendo uma cultura própria, atualmente festejada no "plano da ideologia da juventude como subcultura" (Adorno, 2000, p.115).

Neste sentido, fica claro que a percepção do autor está alinhada à ideia de uma escola que expande os horizontes do educando, não se fazendo assim, como uma proposta que prega uma ruptura com antigos paradigmas para subsidiar a construção de outros entraves ao aprendizado sob motivações e desejos diversos.

Considerando tal perspectiva apontada pelos autores, o ensino da educação financeira se mostra como uma ferramenta emancipadora, na medida que afasta o discente das imposições trazidas pela classe dominante, bem como elucida todo um arcabouço delineado por uma cultura de viés consumista, que aliena as pessoas para que estas sirvam o sistema sem questionar.

2.3 A Educação Financeira à luz da Teoria da Aprendizagem Significativa Ausubeliana

Ausubel (1982) apresenta o conceito de aprendizagem significativa como um processo pelo qual novas informações se relacionam com conhecimentos prévios de forma relevante. Nesse processo, a nova informação se conecta a um conceito específico já existente na estrutura cognitiva do indivíduo. Esse conceito é chamado de subsunçor.

A aprendizagem significativa ocorre quando a nova informação se ancora em conceitos relevantes que já fazem parte do repertório de conhecimentos do aprendiz. Segundo Ausubel (1982), o cérebro humano organiza as informações de maneira hierárquica, ligando elementos mais específicos a conceitos mais gerais e inclusivos. Essa estrutura cognitiva representa as experiências sensoriais do indivíduo.

Ausubel (1982) separa a aprendizagem significativa em três tipos, o primeiro deles é a aprendizagem representacional, que serve como base para os outros tipos. Nesse processo, os alunos atribuem significados a símbolos específicos, como palavras. Os símbolos passam a representar aquilo que seus referentes (objetos, eventos, conceitos) significam para o indivíduo.

O segundo tipo é a aprendizagem de conceitos, onde os conceitos também são representados por símbolos específicos. No entanto, esses conceitos são genéricos ou categorizados, representando abstrações dos atributos essenciais dos referentes. Em outras palavras, eles representam regularidades em eventos ou objetos.

Por fim, na aprendizagem proposicional, ao contrário da aprendizagem representacional, o objetivo não é apenas aprender o significado de palavras isoladas ou combinadas. Em vez disso, o foco é compreender o significado de ideias expressas na forma de proposições onde, em geral, as palavras combinadas em uma sentença constituem conceitos.

No entanto, a tarefa não se limita a entender apenas o significado dos conceitos (embora isso seja um pré-requisito). O objetivo real é compreender o significado que vai além da simples soma dos significados das palavras ou conceitos que compõem a proposição.

Ao utilizar tal abordagem, Souza (2009) compartilhou, como resultado de sua experiência no ensino de matemática, que:

A partir daí, quebra-se o paradigma segundo o qual a matemática é somente para pessoas superdotadas. Na aula em que já utilizamos essas metodologias, ficou evidente a espontaneidade da turma; a euforia em querer resolver problemas e procurar solucionar as situações propostas; a colaboração entre os alunos; a socialização (alunos mais tímidos e afastados participam da proposta e opinam nas decisões); a motivação (no término da atividade, os alunos pedem outra e reclamam quando trabalhamos sem recursos); a persistência (eles não desistem e, mesmo quando tem dificuldades, procuram resolver os problemas); e alegria por conseguir desenvolver as atividades (Souza, 2009, p.50)

Pelizzari (2003), ao refletir quanto a importância e a necessidade de aplicação da teoria da aprendizagem significativa, preconiza que:

Para que o professor possa fazer com que ocorra uma aprendizagem significativa, faz-se necessária uma mudança no sistema educativo e repensar os planos curriculares e suas metodologias de trabalho. A construção do significado para o aluno requer uma conexão com o que ele já sabe com os novos conhecimentos, ou seja, a relação do antigo com o novo. Nesse sentido é proposto que os alunos realizem aprendizagens significativas por si mesmos, o que é o mesmo que aprender a aprender. Assim, garante-se a compreensão e a facilitação de novas aprendizagens, através do suporte para a estrutura cognitiva prévia construída pelo aluno. A aprendizagem na escola é o ponto primordial entre os educadores, visto que as mudanças na sociedade do conhecimento e a informação produzida pelos meios de comunicação tem possibilitado repensar o papel da escola. Neste contexto é que a proposta leva a perceber que o trabalho com projeto é uma das formas mais coerente de socializar os conhecimentos do educador com o grupo de alunos e com toda a comunidade escolar (Pelizzari, 2003, p.69).

Conclui Pelizzari (2003), que as práticas realizadas em ambiente de sala de aula devem superar o paradigma estático, que não contextualiza os conteúdos abordados e ignora a construção do conhecimento a partir do modo de aprender dos alunos e na forma de ensinar do docente, neste sentido, o discente deve ser visto como um sujeito de sua formação, e não como um mero objeto do ensino.

A partir de tais preceitos, podemos afirmar que a educação financeira deve partir dos conceitos já presentes na mente dos estudantes, neste sentido, os professores podem explorar os conhecimentos prévios dos alunos sobre finanças e, a partir daí, construir novas conexões.

Além da teoria, é importante proporcionar ferramentas práticas para a gestão financeira. A educação financeira visa capacitar os estudantes a gerenciar suas finanças pessoais, o que inclui evitar endividamento, lidar com imprevistos, planejar a aposentadoria e fazer uso consciente dos produtos e ferramentas do sistema financeiro.

Vale ressaltar que a reflexão crítica a respeito da realidade em volta do ser é de fundamental importância, tanto para o desenvolvimento dos saberes em sala de aula, quanto para a tomada de decisão em todos os aspectos da vida, dos quais se incluem, de certo, os saberes em educação financeira.

Neste contexto, a obra “Os Miseráveis” de Vitor Hugo (2020), retrata, dentre as diversas tramas que ocorrem paralelamente durante a história, a caçada desenfreada capitaneada pelo Inspetor Javert frente ao personagem Jean Valjean.

O policial dentre as idas e vindas da obra não se mostra aberto ao exercício da justiça, compreendendo que a execução da lei é o correto a ser feito, sem que existam ressalvas quanto ao contexto no qual aquela determinada ação considerada criminosa foi realizada, ou mesmo o caráter eventualmente maléfico ou benéfico da punição em si, para Javert, lei era lei e deveria ser cumprida.

Entretanto, nos capítulos finais da obra, os personagens estão envolvidos ao contexto das convulsões sociais vivenciadas na França do século XIX, onde

as massas oprimidas lutavam por condições mínimas de vida eram esmagadas em protestos por forças estatais.

Neste cenário, o inspetor viu que sua atuação como aplicador da lei, ao modo como ela está escrita e sem ressalvas, terminava por conduzir a ações errôneas e injustas, neste retrato, o personagem se lança da ponte para o rio ao encontro de seu destino.

Portanto, a situação retratada pela literatura nos elucida que o processo educacional deve ser condizente com aspectos que vão muito além dos conteúdos expostos em livros, e até mesmo aos normativos que disciplinam o ensino a nível nacional.

Assim, uma proposta conforme a Teoria da Aprendizagem Significativa Ausubeliana visa despertar os alunos para os primeiros passos na educação financeira, o que envolve entender o significado das palavras e conceitos financeiros, bem como aplicá-los em situações reais.

Neste sentido, a educação financeira à luz da teoria de Ausubel busca conectar os conceitos financeiros aos conhecimentos prévios dos alunos, proporcionando ferramentas práticas para uma gestão financeira consciente, de forma que o discente esteja apto a tomar decisões críticas, quando defrontado com os problemas reais quanto à temática.

2.4 Modelos Pedagógico e Situações Didáticas da Educação Financeira na Educação Básica

A educação financeira no ensino básico envolve a aplicação de modelos pedagógicos e a criação de situações didáticas que promovam o entendimento e a gestão consciente das finanças. Neste sentido, podemos elencar desde a aprendizagem significativa, Ausubel (1982), a abordagem construtivista, Freire (2016) e a teoria cognitivo-comportamental Beck (2013).

Tais modelos consideram os conhecimentos prévios dos alunos, promovendo a conexão entre conceitos abordados em sala de aula e a realidade, portanto, as situações didáticas adotadas para a aprendizagem em educação

financeira seriam cenários de aprendizagem criados para desenvolver habilidades financeiras.

Estes momentos podem incluir simulações de orçamento pessoal, análise de investimentos, compreensão de juros e discussões sobre consumo consciente, através de uma análise crítica que leve em conta as vivências de cada discente.

Neste sentido, a atuação docente é primordial no sentido de compreender a situação prática, conforme preceitua Monteiro (2020):

Nessa direção é possível afirmar que a atividade docente traz nela a unidade teoria e prática, sendo a ação docente uma prática que visa transformação de uma realidade. Nesse sentido, a ação docente atenta e refletida pode ser compreendida como práxis pedagógica. Uma vez que a ação docente se constitui numa prática que se realiza no contexto da escola e que esse contexto só pode ser analisado com a contribuição dos elementos teóricos. Logo, podemos afirmar que a ação docente precisa do subsídio teórico e que este, por sua vez, retorna à ação, num movimento de ação-reflexão-ação, num processo de alimentação do teórico pela prática e da realimentação da prática pelo teórico. Assim, podemos dizer que a ação docente contém em si o pensar e o fazer, formando uma unidade que podemos chamar de práxis pedagógica. O cotidiano escolar é heterogêneo e está permeado de situações complexas que exigem soluções de todos os envolvidos, mas em sua grande maioria, requer do professor muito mais que dos demais sujeitos que fazem parte desse contexto. Tais situações, muitas vezes requerem soluções imediatas, para as quais, os professores apresentam, ora respostas repetitivas, ora respostas criativas. Essas respostas dependerão em muito da habilidade do professor, mas sobretudo da sua leitura da realidade, tendo em vista que essa leitura pode facilitar ou dificultar a sua prática (Monteiro, 2020, p. 67).

Um entrave para tal abordagem seria a ausência de capacitação do corpo docente, Maboni (2004) leciona que ainda persiste uma lacuna entre os centros de formação de professores e as escolas onde esses profissionais atuarão após a conclusão de seus cursos. A realidade evidencia que os recém-formados enfrentam desafios significativos ao iniciar suas carreiras na prática de ensino. Isso ressalta a necessidade de um trabalho contínuo e colaborativo entre as instituições formadoras e as escolas.

A aproximação entre universidades e escolas é de fundamental para aprimorar a formação docente. Programas de formação em parceria podem ser estabelecidos, permitindo que ambas as partes contribuam mutuamente. Por um lado, as universidades podem compartilhar suas pesquisas e conhecimentos acadêmicos. Por outro lado, as escolas podem oferecer percepções valiosas

baseadas em suas experiências práticas. Essa colaboração enriquece a formação dos futuros professores e fortalece a qualidade da educação como um todo.

Conclui Maboni (2004) que professores frequentemente relatam o medo que enfrentam ao iniciar a docência. O primeiro contato com a sala de aula ainda provoca pânico entre os professores em início de carreira. Por um lado, é crucial que a academia prepare esses profissionais de forma mais eficaz, incluindo práticas de ensino realizadas nas escolas durante a formação acadêmica.

Por outro lado, ao chegar à escola, o professor iniciante deve receber todo o apoio necessário para contribuir da melhor forma possível com o projeto educacional da instituição. Portanto, é fundamental oferecer um acompanhamento mais eficiente, tanto na fase inicial de formação quanto ao longo de toda a carreira profissional.

É importante salientar que, para além da capacitação do corpo docente, as atividades conduzidas devem aplicar estratégias para otimizar o aprendizado, indo além da exposição dos conteúdos. Para tanto, Potrich (2016) aponta que:

No entanto, por se tratar de tema complexo, sugerem-se metodologias mais específicas a fim de promover, por exemplo, projetos de extensão que visem à realização de cursos de alfabetização financeira, não apenas focados para o ensino de conceitos financeiros, mas sim, com dicas e práticas possíveis para a melhoria de atitudes e comportamentos financeiros, os quais são mais difíceis de serem modificados. Além disso, se torna essencial o desenvolvimento de estratégias que visem à adoção de disciplinas e conteúdos voltados à alfabetização financeira ainda nos níveis iniciais de ensino, os quais poderiam no longo prazo tornas as crianças mais preparadas para a gestão financeira e reduzir as desigualdades, antes que os indivíduos se tornem adultos e responsáveis pela gestão de seus recursos (Potrich, 2016, p. 200).

Vale ressaltar a visão de Cruz (2022), que aponta ser crucial que programas de capacitação em Finanças e educação financeira sejam amplamente promovidos na sociedade, especialmente nas escolas e universidades. Dessa forma, todos os envolvidos, incluindo alunos, professores e funcionários técnico-administrativos, podem ser contemplados e beneficiados.

Além disto, Ferreira (2022) ressaltou que, ao realizar suas pesquisas em um enfoque comparativo entre a educação financeira e as desigualdades sociais,

constatou que tal comparação ainda é pouco explorada quanto ao universo acadêmico pátrio, o que ressalta a necessidade de alerta para esta realidade.

Em suma, a Educação Financeira na Educação Básica requer modelos pedagógicos adequados, situações didáticas relevantes e uma abordagem integrada para formar cidadãos conscientes e responsáveis em relação ao dinheiro.

2.5 A importância da implementação de ferramentas tecnológicas no âmbito da Educação Profissional

O desenvolvimento de novas tecnologias está cada dia mais acelerado, o que causa diversas transformações nas relações sociais. No âmbito da educação profissional e tecnológica não é diferente, o uso de ferramentas para otimização do ensino se torna cada vez mais amplo, e toda comunidade acadêmica deve estar atenta a tais evoluções e buscar, a partir do avanço destes instrumentos, aperfeiçoar metodologias e realizar o uso consciente das novas tecnologias.

Um evento que catapultou o uso de ferramentas remotas para a educação profissional e tecnológica foi o advento da pandemia da covid-19. Neste sentido, Pegorini (2022) aponta que a adaptação para o ensino à distância demandou da comunidade educativa uma grande capacidade de adaptação e aprendizado rápido.

Diante da necessidade imediata, tanto educadores quanto estudantes tiveram que se familiarizar rapidamente com novas tecnologias digitais. Devido à pressão do tempo, não foi possível oferecer treinamento adequado aos docentes, que, ao lado dos discentes, enfrentaram o desafio de dominar, por conta própria, o uso das mídias sociais para fins educacionais.

Pegorini (2022) compreende que a urgência demandou uma adaptação veloz às tecnologias emergentes de educação. A reestruturação pedagógica para o ambiente virtual mostrou que professores e estudantes são capazes de manter uma interação, comunicação e aprendizado eficazes à distância, alcançando resultados comparáveis aos da educação presencial, naturalmente que sendo observadas as peculiaridades de cada situação a ser enfrentada.

Para tanto, Lima (2023) observou que existem ferramentas que, embora não desenvolvidas especificamente para a educação, podem ser adaptadas e implementadas de maneira satisfatória no ambiente educacional. Neste sentido, sugere o autor que ações como minicursos e workshops, com o intuito de capacitar o corpo docente sobre as opções de recursos educacionais tecnológicos, é de grande valia para o sistema de ensino.

Lima (2020) observa que as tecnologias digitais proporcionam aos estudantes a oportunidade de moldar seu conhecimento através da interação e conexão com um mundo diversificado, livre de barreiras sociais e culturais, tornando o aprendizado uma jornada contínua. Essa perspectiva revela que as plataformas digitais são catalisadoras de métodos de ensino interativos e envolventes, e quando utilizadas eficazmente, reforçam e evoluem as abordagens educacionais contemporâneas em todos os níveis escolares.

Observa a autora que, em uma era dominada pela automação, onde o trabalho manual cede espaço para a tecnologia, torna-se essencial para o ser humano exercer o pensamento crítico e criativo, além de manter uma observação aguçada e gerar ideias inovadoras. Neste contexto informatizado, é crucial que as pessoas desenvolvam a habilidade de discernir o que é verdadeiramente relevante e essencial.

Vale ressaltar que as ferramentas tecnológicas não devem ser vistas como soluções sempre mais vantajosas. Como demonstra Pinto (2005), quando trata que expressão “era tecnológica” possui um duplo significado: um prático e legítimo, e outro que é essencialmente ideológico. Por meio deste último, os proponentes tentam seduzir a opinião pública, convencendo-a de que está vivenciando uma época sem precedentes de prosperidade e bem-estar. A sociedade que consegue inventar dispositivos e máquinas incríveis, que eram inimagináveis para as gerações passadas, é frequentemente vista como superior a todas as que vieram antes dela.

Complementa tal visão Vieira (2011), argumentando que é reconhecido que a tecnologia não irá substituir o educador, mas a colaboração entre ambos pode transformar o ambiente educacional. Com a integração da tecnologia no dia a dia escolar, o professor tem a oportunidade de desenvolver materiais de ensino mais interativos e envolventes, aproveitando ao máximo as possibilidades

que a tecnologia traz para enriquecer a experiência de aprendizagem dos estudantes.

Nesta perspectiva, existe a necessidade latente do desenvolvimento de uma crescente familiaridade do corpo docente com as novas ferramentas tecnológicas, de modo que a maior experiência e integração dos saberes lecionados dentro do contexto educacional possam aguçar a criatividade dos professores e professoras para o aperfeiçoamento, seja de técnicas de ensino, seja das próprias ferramentas, o que poderia propiciar até uma ligação maior entre os desenvolvedores e a comunidade acadêmica.

Corroborando com este raciocínio Lima (2020), ao refletir que implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação no ambiente escolar exige métodos inovadores de interação e instrução, que contribuem para o progresso dos estudantes com barreiras no aprendizado. Computadores e softwares devem ser vistos como ferramentas pedagógicas multifuncionais, não restritas a um único educador ou matéria. Eles são fundamentais para integrar o currículo escolar, indo além do ensino de habilidades básicas de informática, pois abrangem uma variedade de situações que alunos e professores devem explorar detalhadamente.

Portanto, é necessário que o ambiente acadêmico esteja aberto para observar a dinâmica da utilização de hardwares e softwares pela sociedade como um todo, e de que maneira a popularização de tais ferramentas pode otimizar os processos de aprendizagem.

Ao pesquisar sobre a utilização de smartphones como ferramenta de ensino e aprendizagem, Oliveira (2020) concluiu que devemos recordar que as redes sociais são espaços de interação humana. Quando usadas no contexto educacional, devem manter essa essência, transformando-se em locais virtuais onde indivíduos se reúnem para aprender, trocar e criar saberes. Assim, requerem investimento de tempo, esforço e, principalmente, o engajamento ativo do educador, não apenas na preparação de conteúdo, mas também na interação com os estudantes, estendendo para o ambiente digital o vínculo desenvolvido presencialmente.

Compreendeu Oliveira (2020) também que é importante enfatizar a importância da congruência entre o material didático utilizado em sala e o conteúdo das redes sociais, incluindo a seleção de imagens, a criação de

legendas e o layout dos stories. Deve-se considerar que o conteúdo será direcionado a um público específico, com suas próprias preferências e contextos. A relevância do conteúdo postado para a vida diária dos estudantes é essencial para despertar seu interesse e promover sua participação ativa.

Também é importante frisar que a capacidade de registro de momentos, paisagens geográficas e experiências vividas em sociedade é de vital importância para a construção da memória daquela comunidade. Neste sentido, a utilização destes registros pode ser uma ferramenta de grande valia para a formação e consolidação destas memórias construídas dentro deste processo.

Neste sentido, Sousa (2023) desenvolveu, durante a sua pesquisa, um aplicativo denominado: “Corrente que tal!”, que visa manter viva a memória do município de Corrente-PI, através do aprimoramento do processo de ensino e aprendizado, bem como a assimilação dos temas ligados ao patrimônio visual da cidade de Corrente, por meio do uso da ferramenta construída.

Durante o aperfeiçoamento da ideia, Sousa (2023) entendeu que é necessário investigar e criar métodos que incentivem os alunos a valorizar a educação cultural, utilizando os progressos tecnológicos e o domínio que têm sobre os dispositivos móveis. É crucial desenvolver recursos tecnológicos criativos que promovam a educação e a apreciação da cultura local, ao mesmo tempo que se promove uma utilização consciente, crítica e reflexiva da tecnologia.

Outra aplicação muito necessária para as novas ferramentas tecnológicas é o uso para a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais. Neste sentido, a pesquisa junto a comunidade acadêmica é essencial para o aprimoramento de instrumentos que sejam capazes de melhorar o processo de aprendizagem e de inclusão junto à sociedade por este público (cujo autor do presente trabalho também faz parte).

Araújo (2021) desenvolveu oficinas junto à pessoas com deficiência com o fim de desenvolver um aplicativo, através da troca de experiências com tal público, com reflexões a respeito das vivências, de várias áreas da vida dos participantes, em várias áreas, desde o contexto educacional até a inclusão em meios sociais e no mundo do trabalho.

Neste contexto, Araújo (2021) observou que as escolas e universidades empreendem esforços para criar um ambiente acolhedor para todos, mas isso

ainda não é adequado. Na esfera da educação profissional e tecnológica, é evidente a necessidade de assegurar a inclusão. Para cumprir sua meta principal de preparar indivíduos para o mercado de trabalho, promovendo independência social e profissional, é imprescindível que a educação esteja acessível a todos interessados.

Complementa Araújo (2021) que é essencial desfazer mitos, especialmente aqueles que relacionam erroneamente a competência, eficiência e deficiência devido à escassez de dados e compreensão sobre trabalhadores com deficiência. É necessário criar um ambiente de trabalho que seja progressivamente mais acolhedor e inclusivo para pessoas com deficiência.

Portanto, é essencial que as instituições educacionais reconheçam e integrem essas ferramentas tecnológicas. Elas devem ser vistas não apenas como complementares, mas como parceiros fundamentais no processo educativo de uma sociedade progressivamente mais conectada e digitalizada. Caso contrário, a escola corre o risco de se tornar ultrapassada e ineficaz em sua função contemporânea, que evoluiu de ser uma guardiã do conhecimento para uma facilitadora da aprendizagem.

2.6 Educação financeira na Educação Profissional: um estado da arte

Dentre diversas iniciativas elencadas no contexto da Educação Profissional, fica evidente que as diferenças sociais e econômicas estão presentes na análise da realidade do ensino, neste sentido, conforme preceitua Costa (2013, p. 31-32) ser professor da EPT é compreender as mudanças que permeiam o mundo e como elas impactam na vida das pessoas.

É buscar permanente atualização para que o próprio professor possa instigar nos alunos uma postura proativa quanto à pesquisa de novas tecnologias, as novas relações do homem com o meio ambiente, aos direitos sociais de cada trabalhador, ao papel de cidadão na sociedade, explorando situações-problema, dialogando com diferentes campos de conhecimento e inserindo sua prática educativa no contexto social, tudo isso numa perspectiva de interdisciplinaridade articulada com a capacidade de aprendizagem de cada aluno dentro de contextos específicos.

Dentre essas diferenças, Paranhos (2021) identificou, no contexto da população do interior de São Paulo, uma realidade onde os discentes participantes da pesquisa possuíam saberes satisfatórios quanto aos conhecimentos da educação financeira, embora apresentassem dificuldades na correlação entre os saberes e o exercício da cidadania.

Corroborando com esta observação a percepção de Machado (2021), onde verifica que jovens recém-egressos do ensino médio não conseguem relacionar os saberes matemáticos, históricos e sociais abordados em sala de aula para a resolução de problemas na vida pessoal.

Neste sentido, Batista (2019) aponta, dentro de sua pesquisa, que as pessoas possuem uma forte influência da sociedade de consumo, de modo a direcionar o consumidor aos interesses das camadas hegemônicas, o que, naturalmente, dificulta a formação de cidadãos conscientes e críticos para o exercício de boas escolhas.

Tal observação revela que a educação financeira se faz necessária em diversas situações do cotidiano, Garcia (2020) observou em sua pesquisa que a interação entre os participantes gerou oportunidades interdisciplinares, através de conversas envolvendo os diversos contextos vividos nos cenários impostos pela sociedade de consumo, propiciando, assim, a visualização de que grupos de conversa dentro de atividades de educação financeira potencializam a ação educacional.

Costa (2022), a partir do diagnóstico em sua pesquisa de que, do grupo de estudantes questionados, no campus São Sebastião do Instituto Federal de Brasília, as mulheres, os mais jovens e os participantes sem renda possuíam os piores níveis de alfabetização financeira, além de que apenas 10,84% dos participantes foram classificados com alto nível de alfabetização financeira, produziu um site com o intuito de promover a capacitação em educação financeira.

Deste modo, concluiu que para promover comportamentos financeiros mais funcionais, é relevante desenvolver projetos de educação financeira que considerem tanto os aspectos cognitivos quanto os comportamentais. Nesse contexto, a teoria cognitivo-comportamental se apresenta como um recurso conceitual e técnico adequado para orientar a educação financeira.

Sendo assim, o indivíduo que possui conhecimento financeiro e é capaz de avaliar as consequências de suas escolhas no uso do dinheiro pode aprender a se comportar de maneira mais responsável, evitando o endividamento e as armadilhas comuns em uma cultura consumista.

Possar (2022), a partir da aplicação de alguns elementos da Teoria da aprendizagem significativa de Ausubel, estabeleceu inicialmente um panorama quanto às demandas em Educação Financeira dos discentes do Instituto Federal de São Paulos, campus São Carlos. Em seguida passou a desenvolver um “quiz gamificado”.

O autor compreendeu que nas aulas tradicionais, que se baseiam em exposições do professor, há um desafio em engajar os alunos da geração atual. Estes estão acostumados com ferramentas de cunho tecnológico e têm dificuldade em se interessar por conteúdos que não sejam inovadores. Além disso, o ensino de Educação Física pode ser complexo devido aos termos técnicos e conhecimentos específicos. Portanto, os educadores precisam encontrar maneiras mais criativas de abordar esses temas em sala de aula.

Assim, foi aplicado um quiz de 21 questões, onde 18 delas foram elaboradas a partir dos dados previamente coletados, que foi respondido através do uso de smartphones, o que possibilitou uma aprendizagem mais prazerosa e participativa, contribuindo, desta forma, no processo de assimilação dos conteúdos trabalhados.

Já Sousa (2021) investigou como promover o ensino em educação sob o prisma da Abordagem Temática Freiriana, tendo como lócus o Campus Sena Madureira do Instituto Federal do Acre, onde turmas do ensino médio integrado responderam questionários com perguntas abertas e fechadas.

O estudo revelou que, apesar de muitas pessoas reconhecerem a importância de integrar diferentes matérias escolares por meio de abordagens interdisciplinares, a falta de projetos educacionais específicos relacionados à educação financeira indica que, na realidade das escolas, ainda é um desafio implementar tal integração no ensino médio. A ausência de conhecimento sobre como abordar essa temática de maneira transversal e integrada é uma das questões que precisam ser superadas.

Outros cenários que podem ser abordados para o desenvolvimento do senso crítico estão relacionados ao estudo de situações que impactam na vida

das pessoas e que, embora sejam de conhecimento notório, não recebem a devida atenção pela sociedade, em sua pesquisa, Mota (2020) utilizou os impactos da PEC 6/2019, também conhecida como reforma da previdência, para desenvolver a criticidade dos participantes e utilizar a aplicação prática dos saberes em educação financeira e em outras disciplinas como matemática, sociologia, filosofia, dentre outras, para realizar a conexão entre o mundo da sala de aula e o de cenários desafiadores que toda a sociedade se depara mas, muitas vezes, não consegue fazer a devida aplicação dos saberes para a tomada de decisões.

Nessa perspectiva, Villa (2017) desenvolveu uma sequência didática para a aprendizagem, fundamentada na teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel, em educação financeira, através de conhecimentos prévios dos discentes do ensino médio em matemática financeira. Com tal iniciativa, a temática da educação financeira se articulou a saberes de ciências exatas, de forma que a teoria e a prática foram integradas e amplificaram a visão dos alunos quanto à realidade em sua volta.

Os desafios para integração da educação financeira com outros saberes podem, por vezes, ser uma ferramenta para superação de paradigmas, neste sentido, Cardoso, Lança, Araújo e Nantes (2020) observam, dentro de suas pesquisas entre discentes do ensino fundamental da região norte do Paraná, que:

Diversas vezes, observamos que alunos e professores transfiguram o ensino de matemática como algo rotineiro, maçante, cansativo e desinteressante. É importante, então, nos valermos de alternativas que a matemática nos possibilita. A ludicidade, os jogos, a tecnologia e principalmente as aulas práticas, são, por si só, instrumentos de real valor no ensino, podendo estar aliados. Transpor essa resistência é extrapolarmos os limites anteriormente impostos ao ensino matemático e isso é de extrema importância para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma eficaz. Ademais, as atividades mostraram que foi perceptível o quanto foi prazeroso às crianças participarem de aulas dinâmicas e apropriarem-se de conceitos matemáticos de um modo diferenciado e divertido. Dessa maneira, a atividade relacionada ao mercado foi incentivadora e aliada ao ensino de conteúdos relacionados a educação financeira no ambiente escolar. (Cardoso; Lança; Araújo; Nantes, 2020, p. 109).

Tais experiências de pesquisa que integram o ensino em matemática com a educação financeira demonstram que barreiras relacionadas a disciplinas de exatas não se mostram reais quando defrontadas com a prática educacional,

outra questão relevante no ensino em educação financeira é a crença de que os saberes são pouco replicáveis pelos discentes e que tais conhecimentos ficam restritos ao ambiente escolar. Tal perspectiva é rejeitada por Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF, 2014) ao demonstrar a perspectiva replicadora dos conhecimentos:

[...] Famílias gastadoras geram filhos gastadores, da mesma forma que filhos poupadores vêm de famílias poupadoras. A tendência gastadora talvez possa ser controlada através de conhecimentos levados pelos alunos para suas famílias. Assim, o público beneficiário da Educação Financeira não se restringe ao público escolar, mas, através dele, atinge-se um número muito maior de pessoas, ampliando essa disseminação de conhecimentos extremamente útil para a vida na sociedade atual. Dessa forma, promove-se o trânsito de informações pelos distintos níveis espaciais, dos mais próximos aos mais distantes, num ótimo exemplo de que boas práticas e ideias devem transgredir os limites espaciais e circular livremente. (CONEF, 2014, p. 13-14).

Esta possibilidade de replicabilidade embasou estudos de Benevides (2021), onde os trabalhos foram direcionados para um ciclo de palestras sobre a temática da educação financeira. Como resultado, 100% dos participantes indicaram que percebem a importância da educação financeira em suas vidas e a necessidade e o desejo de compartilhar os conhecimentos adquiridos com seus familiares, com o fim de melhorar o gerenciamento de suas finanças pessoais e de seus familiares.

Sousa (2023) propôs o desenvolvimento de um caderno de atividades, de maneira presencial, com o fim de aprimorar os conhecimentos em matemática financeira, tais como juros, porcentagem e classificação de despesas, de modo que tal ferramenta otimize o ensino em educação financeira.

Na evolução do trabalho, o autor verificou que, com o uso do caderno de atividades, ficou evidente que a ferramenta desempenhou um papel significativo no ensino de Educação Financeira para os estudantes do curso Técnico integrado ao ensino médio no Campus Araguatins.

Identificou também que os estudos realizados a partir de tal instrumento incentivam o empreendedorismo e auxiliam na resolução de problemas econômicos, financeiros, sociais, pessoais e familiares, o que demonstra que os conhecimentos abordados possuem impacto na comunidade.

No entanto, ressaltou que, para que esses conhecimentos teóricos sejam aplicados na prática, é fundamental que os professores incentivem e colaborem com os estudantes, envolvendo também as famílias nesse processo de aprendizagem.

Belchior (2021) apresentou uma proposta metodológica para o ensino em educação financeira em sala de aula através de vídeos, bem como a realização de uma roda de conversa, em momento posterior, quanto às temáticas abordadas nas gravações.

Com o desenvolvimento das atividades, a autora identificou que o compartilhamento de experiências entre os alunos foi uma fonte valiosa na produção do conhecimento, o que promoveu uma aprendizagem mútua. Neste sentido, a utilização de mídias audiovisuais permitiu que os professores exibissem materiais de apoio, motivando os alunos e ilustrando conceitos. Isso tornou a comunicação mais participativa e a relação de ensino mais interativa.

Além disso, o papel do professor nas rodas de conversa se mostrou crucial. Estando na qualidade de mediador, o professor precisa habilmente conduzir os alunos ao conhecimento, direcionar as discussões, respeitar as opiniões dos participantes e gerenciar o tempo para perceber o momento oportuno para encerrar cada atividade.

Todas estas ações indicam como a educação financeira é importante no contexto da educação básica e da EPT, e como disciplinas que aparentemente não se relacionam com a temática podem, não apenas se integralizar ao tema, bem como potencializar a percepção de que a cidadania financeira é um pilar para o exercício pleno do senso crítico.

Tendo em vista esses aspectos, convém ressaltar que, a importância de estimular atividades que ensinem a educação financeira nos cursos técnicos. Assim, além de seguir as diretrizes curriculares, também se favorece uma aprendizagem integrada e prática sobre o tema.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo da dissertação serão apresentados os procedimentos metodológicos que foram utilizados para o seu desenvolvimento, bem como para demonstrar como foram alcançados os objetivos anteriormente elencados. Neste sentido, a dissertação foi desenvolvida mediante as seguintes etapas: caracterização da pesquisa e do método, o *lócus* e os participantes da pesquisa, a descrição das técnicas de coleta dos dados, os procedimentos de interpretação e de análise de dados, e a apresentação dos possíveis riscos e benefícios aos participantes da pesquisa, além da aplicação do produto educacional.

3.1 Caracterização da pesquisa e do método

A pesquisa foi desenvolvida dentro de uma abordagem qualitativa, que é caracterizada por Silveira e Córdova (2009) como sendo uma investigação de aspectos da realidade não quantificáveis, visando a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Tal escolha foi realizada em razão dos benefícios que a utilização desta abordagem gera, tanto para os pesquisadores, quanto para as pessoas que participam da pesquisa.

Ademais, para tanto Strauss e Cobin (2008) apontam que os pesquisadores gostam de trabalhar dentro desta metodologia por se sentirem mudados de maneira benéfica durante a experiência, além de apreciarem a interação entre si mesmos e dos dados levantados e por conseguinte analisados dentro desta abordagem.

Esta pesquisa também foi desenvolvida através da realização do método de pesquisa de campo, neste sentido, Lakatos e Marconi (2017. p. 202-203) conceituam tal método como:

Pesquisa de campo é que se utiliza com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos sobre um problema, para o qual se procura uma resposta, ou sobre uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, com o propósito de descobrir novos fenômenos ou relações entre eles. Ela consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes para analisá-los (Lakatos e Marconi, 2017. p. 202-203).

Gonçalves (2001) também reflete que a pesquisa de campo exige que o pesquisador possua um contato direto com a população pesquisada, para reunir consigo o conjunto de informações para serem estudadas e analisadas.

Nesta perspectiva, a coleta de dados junto às pessoas que participaram do estudo foi de grande relevância para o desenvolvimento das atividades e conclusões do estudo proposto.

O *lôcus* e os participantes da pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Campus Avançado Teresina Dirceu Arcoverde do Instituto Federal do Piauí (Figura 2).

Figura 1: Fachada do Campus Avançado Dirceu Arcoverde



Fonte: Portal O Dia, 4 out. 2021.

No contexto do *lôcus* da pesquisa, participaram da pesquisa 17 (dezessete) estudantes concluintes do Curso Técnico em Administração na forma subsequente, 3 (três) docentes do eixo tecnológico Gestão e Negócios, 1 (uma) Coordenadora do Curso Técnico em Administração, 1 (uma) Coordenadora do Curso Técnico em Logística. Totalizando 22 (participantes) participantes da pesquisa.

A partir destes parâmetros iniciais, o quadro a seguir (Quadro 1) apresenta os critérios de inclusão e exclusão aplicados para os participantes da pesquisa:

Quadro 1 – Critérios de inclusão e exclusão

Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
Estudantes, regularmente matriculados e concluintes do Curso Técnico em administração subsequente/concomitante que sejam maiores de 18 anos de idade e que estudam no Campus Avançado Dirceu Arcoverde.	• Docentes e gestores afastados por licença médica ou licença capacitação; • Docentes e gestores que não atuam no eixo tecnológico Gestão e Negócios.
Docentes que atuam no eixo tecnológico Gestão e Negócios.	
Coordenadoras dos Cursos Técnico em Administração e do Curso Técnico em Logística, juntamente com a Diretora-Geral do Campus Avançado Dirceu Arcoverde.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

3.2 Técnicas de coleta de dados

Foram aplicados questionários junto aos estudantes do Curso Técnico em Administração Subsequente, do campus Avançado Dirceu Arcoverde, do Instituto Federal do Piauí, com questões fechadas e abertas, para gerar dados sobre a compreensão das percepções dos estudantes Curso Técnico em Administração Subsequente em relação à educação financeira e ao seu papel na formação profissional e cidadã.

Neste sentido, devemos elencar que a aplicação de questionários ocorreu de forma zelosa para obtenção de êxito nos propósitos da pesquisa, neste sentido Lakatos e Marconi (2017) apontam que:

O processo de elaboração é longo e complexo: exige cuidado na seleção das questões, levando em consideração a sua importância, isto é, se oferece condições para a obtenção de informações válidas.

Os temas escolhidos devem estar de acordo com os objetivos geral e específico. Deve estar acompanhado por instruções definidas e notas explicativas, para que o informante tome ciência do que se deseja dele. O aspecto material e a estética também devem ser observados: tamanho, facilidade de manipulação, espaço suficiente para as respostas, disposição dos itens, de forma que seja facilitada a computação dos dados. (Lakatos; Marconi, 2017, p. 218).

Os questionários foram preenchidos da distribuição presencial dos mesmos, em formato impresso, sendo assegurado a todos os discentes que aceitaram participar da coleta de dados um ambiente seguro e individualizado, onde os participantes responderam os questionamentos em mesas individuais, sendo assegurada a privacidade das respostas, assim, a atividade foi realizada sem a intervenção de terceiros, sendo assegurado, portanto, todo cenário de segurança e individualidade para a participação na pesquisa.

Por conseguinte, foram realizadas entrevistas com gestores do Instituto Federal do Piauí (a Coordenadora do Curso Técnico em Administração e a Coordenadora do Curso Técnico em Logística), com a finalidade de se obter a visão dos gestores quanto a temática, bem como entender o panorama com o qual a instituição percebe o caráter interdisciplinar da matéria.

Participaram também de entrevistas semiestruturadas professores (3 docentes do eixo gestão e negócios) do Curso Técnico em Administração Subsequente, do campus Avançado Dirceu Arcoverde, para compreensão das concepções e práticas docentes de como deve ser abordada a temática da educação financeira, com enfoque na contextualização dos conteúdos e na interdisciplinaridade.

As entrevistas foram realizadas de maneira presencial e de maneira remota, através da ferramenta Google Meet, o que foi acordado junto a cada entrevistado previamente, onde, em qualquer das hipóteses, foram gravadas, para posterior análise dos dados obtidos. Quanto a esta técnica, Lakatos e Marconi (2017) observam que:

A entrevista, que visa obter respostas válidas e informações pertinentes, é uma verdadeira arte, que se aprimora com o tempo, com treino e com experiência. Exige habilidade e sensibilidade; não é tarefa fácil, mas é básica. Quando o entrevistador consegue estabelecer certa relação de confiança com o entrevistado, pode obter informações que de outra maneira talvez não fossem possíveis. (Lakatos; Marconi, 2017, p. 215).

Neste sentido, as entrevistas aconteceram em ambiente seguro e individualizado, sem a intervenção de terceiros, de modo que os participantes expressaram suas opiniões quanto a temática sem que tenha sido alvo de julgamentos.

Desta forma, a gravação também foi disponibilizada ao participante, de modo que a sua participação seja considerada de maneira fiel, bem como seja assegurado meio de prova caso alguma informação seja utilizada de maneira equivocada e cause eventual dano aos participantes da pesquisa.

3.3 Procedimentos de interpretação e de análise de dados

Foi realizada interpretação e de análise de dados oriundos das entrevistas semiestruturadas e questionários realizados. A partir desta análise, foi elaborado um produto educacional com a finalidade a reflexão crítica e a tomada de decisão consciente sobre a importância da inserção da educação financeira na escola.

Para análise dos dados gerados a partir das entrevistas, foi feito uso da análise de conteúdo. Conforme Silverman (2009), essa abordagem para interpretar dados consiste em criar categorias e definir conexões entre elas. Em seguida, contabiliza-se a frequência com que essas categorias aparecem em diferentes partes do texto.

Esta perspectiva é corroborada por Martins (2008), que observa a categorização como um processo estruturalista, que envolve duas etapas principais: primeiro, o inventário, onde se isolam as unidades de análise como palavras, temas e frases. Em seguida, a classificação dessas unidades em categorias comuns (organização em compartimentos). Conforme o assunto ou tema, na análise de conteúdo, pode-se usar uma categorização já testada em estudos com objetivos similares.

Neste sentido, os dados obtidos possibilitaram identificar e compreender elementos e categorias significativos para obtenção de um diagnóstico da realidade local, bem como para o desenvolvimento do produto educacional pertinente para a realidade estudada.

3.4 Aspectos éticos e legais da pesquisa

Este projeto que suscitou o desenvolvimento desta dissertação foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Uninovafapi (CEP/UNINOVAFAPI). Assim, objetivou-se atender aos princípios éticos-legais norteadores de pesquisas com seres humanos dispostos na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, buscando o desenvolvimento científico, com ética, legalidade e respeito à dignidade humana.

Vale ressaltar que, conforme Di Pietro (2015), a existência de uma moral paralela é um problema de caráter crucial para nossa época, e que é necessário um olhar atento não apenas para os atos ilegais, mas também para os que, embora legais, atentem contra o senso comum de honestidade e justiça.

Neste sentido, foram preenchidos os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), direcionados aos participantes da pesquisa, onde foram explicados aos participantes os momentos e os objetivos da pesquisa, de forma que estes conseguiram obter com clareza a percepção do que estava sendo estudado e como estavam contribuindo para tanto.

3.5 Riscos e Benefícios da Pesquisa

É importante enfatizar nessa seção dos possíveis riscos enfrentados pela pesquisa como: a) invasão de privacidade; b) responder às questões sensíveis, tais como atos ilegais; c) revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; d) discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; e) divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE); f) tomar o tempo do participante ao responder à entrevista e ao questionário; g) considerar riscos relacionados à divulgação de imagem, quando houver filmagens ou registros fotográficos; f) possibilidade de constrangimento, desconforto, vergonha ou aborrecimento.

Para minimizar esses possíveis riscos aos participantes foram tomadas as seguintes medidas : a) garantia de acesso aos resultados individuais e coletivos; b) minimização de desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; c) garantia de não violação e de integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); d) confidencialidade e privacidade, proteção da imagem e não estigmatização,

garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, bem como, dar a devida explicação e informação a respeito do anonimato; e) garantia de acesso da população do estudo aos resultados e produtos da pesquisa de cunho apenas acadêmico; f) suspensão imediata do estudo ao perceber algum risco ou danos à saúde do sujeito participante da pesquisa, não previsto no termo de consentimento ou assentimento; g) Os pesquisadores utilizaram palavras simples para facilitar as perguntas; h) O participante pôde retirar seu assentimento ou consentimento, bem como deixar a pesquisa, a qualquer tempo, sem nenhum tipo de ônus para si e sem prejuízo dos cuidados garantidos pelos pesquisadores.

Enquanto instrumentos de geração de dados aplicados nesta pesquisa, a entrevista semiestruturada, presencial, gravada e o questionário com questões fechadas não trouxeram riscos aos participantes, riscos estes que poderiam ser de: desconforto em participar de uma pesquisa; invasão de privacidade ao responder alguma pergunta da pesquisa; situação de constrangimento, vergonha ou aborrecimento em algum momento da geração de dados e disponibilidade de tempo para responder satisfatoriamente ao instrumento.

Não ocorreu desconforto em participar de uma pesquisa, todavia para diminuir esse risco, competiu ao pesquisador acolher o participante de forma humanizada e informá-lo que ele possuía liberdade para responder as perguntas que desejasse e receber mais explicações sobre o que lhe foi sendo perguntado, além de garantido o sigilo às respostas consideradas confidenciais e que foram utilizadas apenas para fins científicos.

A invasão de privacidade ao responder alguma pergunta da pesquisa foi outro risco possível de ocorrer. Esse problema foi minimizado garantindo ao participante que foram geradas apenas informações estritamente necessárias ao problema da pesquisa científica. E as informações geradas na pesquisa foram tratadas com o devido sigilo e confidencialidade a que o participante tem direito.

Não ocorreu situação de constrangimento, vergonha ou aborrecimento em algum momento da geração dos dados, como prevenção, a medida minimizadora prevista foi a de assegurar uma atitude cautelosa sobre os aspectos pessoais, culturais e morais do participante, criando-se um ambiente tranquilo, livre e seguro de atuação entre os envolvidos.

Quanto mais o participante sentia confiança e acolhimento por parte do pesquisador, mais o trabalho ocorreu de forma espontânea, sem arrogância ou hierarquização intelectual de quaisquer das partes.

A disponibilidade de tempo para responder ao instrumento de geração de dados foi outro ponto sensível à pesquisa em curso. Combateu-se esse risco proporcionando o tempo adequado e o local reservado para que o participante possa dar sua contribuição à pesquisa.

A privacidade e o conforto durante a geração de dados foram momentos importantes para escutar atentamente o participante, obtendo-se a informação necessária ao desenvolvimento da pesquisa.

Os participantes também tiveram direito a receber o reembolso (como transporte e alimentação) e a compensação (proteção financeira para reparar um dano provocado pela pesquisa ao participante) de quaisquer custos e prejuízos que puderam surgir da sua participação na pesquisa.

Além disso, enfatiza-se que os participantes da pesquisa tiveram acesso à assistência completa e imediata, de forma gratuita (pelo pesquisador responsável), pelo período que foi preciso em caso de danos resultantes da pesquisa.

Face a estas considerações, e consoante às normas brasileiras para pesquisa em seres humanos (Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016), nenhum pagamento financeiro foi recebido pela participação neste estudo. Outrossim, esta investigação de mestrado foi gratuita para os participantes.

Contudo, os participantes tiveram a garantia de ressarcimento e indenização (cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa) de quaisquer despesas e danos que eventualmente incorreram a partir da sua participação na pesquisa.

Em razão disso, ressalta-se que os participantes da pesquisa receberam a assistência integral e imediata, de forma gratuita (pelos pesquisadores responsáveis), pelo tempo que foi necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa.

Por fim, a pesquisa, além de conseguir definir importantes diagnósticos quanto à percepção da temática da educação financeira junto à comunidade

acadêmica, embasou a produção de um produto educacional voltado para o aprimoramento dos saberes sobre o tema.

Além disto, impulsionou uma nova percepção quanto aos novos conhecimentos, não só perante o corpo docente e discente, mas também para pessoas externas ao ambiente onde foi aplicado o produto, visto que os participantes das atividades se apresentaram como multiplicadores dos saberes trabalhados na aplicação do produto educacional.

3.6 Produto Educacional

3.6.1 Finalidade e justificativa do produto educacional

O Brasil, como signatário de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), se comprometeu, através do objetivo 4, assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

Dentre as metas apontadas no objetivo 4, destacam-se as metas 4.4, que elenca até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

E a meta 4.7, que busca, até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Considerando tais perspectivas, as informações obtidas e as análises realizadas nesta dissertação constituíram importantes ferramentas para a constituição de um produto educacional, que tem como objetivo a capacitação de agentes da sociedade na temática da educação financeira com a finalidade de desenvolver o senso crítico dos participantes quanto a temática, de modo que consigam tomar boas decisões em diversos contextos, como profissional,

organização familiar dentre outros, além de conseguirem desenvolver a aptidão de replicar os conhecimentos em educação financeira para outras pessoas ao seu redor.

Neste sentido, a concepção de um produto educacional é um requisito para a conclusão do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Portanto, esta proposta do produto educacional tem por meta aprofundar os conhecimentos dos discentes do curso técnico em administração, bem como dos demais membros da comunidade acadêmica, acerca da educação financeira, e de sua aplicação tanto quanto aos conhecimentos técnicos quanto aos aspectos da tomada crítica de decisão, o que engloba, além dos pontos já citado, a questão do controle emocional das pessoas.

Para isso, pretendeu-se utilizar também os conhecimentos dos discentes, de forma que o conhecimento toma forma através da troca de experiências, e uma forma leve e perspicaz.

Assim, a abordagem interdisciplinar foi concretizada por meio de um evento técnico-científico, proporcionando um espaço para debater diversas realidades vivenciadas por todos os participantes e se consolidará em uma proposta de um evento acadêmico-científico-cultural, numa perspectiva interdisciplinar, a fim de promover uma reflexão crítica dos participantes, de modo que estes estejam aptos a promover tomada de decisão consciente sobre a importância da inserção da educação financeira na escola.

No contexto desta abordagem, os resultados da pesquisa foram utilizados como fundamento para a discussão com os estudantes da Educação Profissional e Tecnológica no contexto da temática da educação financeira. O que culminou com a aplicação de um de um evento acadêmico-científico-cultural.

Neste momento, os discentes não se limitaram a apenas ouvir os palestrantes/facilitadores que conduziram as atividades, mas, também, desempenharam um papel fundamental na construção ativa do produto educacional, onde as diversas dúvidas e experiências foram compartilhadas no evento, conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2 - Momento do Evento



Fonte: o autor (2024)

No evento intitulado "Equilíbrio Financeiro: Do Planejamento Bancário à Gestão Emocional", tanto estudantes quanto docentes tiveram a oportunidade de participar ativamente.

Para tanto, durante as discussões acerca das temáticas abordadas no evento, diversas opiniões e experiências foram compartilhadas, seja no momento das palestras quanto em momento posterior às falas programadas.

Neste sentido, os convidados desempenharam um papel crucial ao enriquecer as discussões com suas perspectivas sobre os temas abordados no evento, o que demonstrou que as temáticas centrais das palestras estavam em sintonia com os anseios da comunidade acadêmica, o que demonstrou a aplicabilidade do produto educacional proposto.

3.6.2 Desenvolvimento e aplicabilidade do produto educacional

Esta fornece uma descrição detalhada do processo de desenvolvimento e implementação do produto educacional, que consiste em um evento técnico científico intitulado "Equilíbrio Financeiro: Do Planejamento Bancário à Gestão Emocional".

Este evento envolveu ciclos de palestras, a primeira delas com o nome de: "Utilização Consciente dos Produtos Bancários", visava introduzir os discentes ao universo de consumo apresentado por instituições financeiras e demais

agentes do mercado financeiro, de modo a aprofundar os conhecimentos dos estudantes quanto às armadilhas e oportunidades que estas instituições podem oferecer, além de aguçar a percepção quanto ao encaixe de cada produto com o perfil e a situação vivenciada pelo consumidor.

Já a segunda palestra, intitulada “Gestão Emocional e Finanças: Desafios enquanto pessoa e empreendedor”, visou estabelecer uma perspectiva de controle dos impulsos que podem ser despertados pelos agentes financeiros, seja pelo uso de tecnologias, facilidade da disponibilidade de crédito, bem como pelo desejo oriundo da publicidade, em um contexto em que as ferramentas tecnológicas são cada vez mais utilizadas para tanto.

O planejamento do evento teve início com uma reunião entre os pesquisadores, bem como com a diretora em exercício do Campus Avançado Dirceu Arcoverde (IFPI) e com os palestrantes que participariam da ação (figura 3), com a finalidade de alinhar diversos temas, desde os horários até a maneira coordenada onde os saberes seriam trabalhados, o que permitiu o a contribuição efetiva e participativa de todos.

Figura 3 – Pesquisadores, palestrantes e diretora do Campus



Fonte: o autor (2024)

Posteriormente foi planejada a maneira como o evento seria divulgado, visto que naquele momento o IFPI vivia momento de greve dos Docentes e do corpo administrativo, sendo, portanto, necessária publicidade considerando tal realidade, o que contou com a colaboração do corpo docente do campus (Figura 4).

Figura 4 – Palestrantes e Docentes do Campus



Fonte: o autor (2024)

Realizado este planejamento, a data escolhida para sua realização foi o dia 27 de junho de 2024 e teve suas atividades iniciadas às 19 horas no auditório do Campus Avançado Dirceu Arcoverde (IFPI), conforme figura 5.

Figura 5 - Banner e capa.




Equilíbrio Financeiro: Do Planejamento Bancário à Gestão Emocional



PROFEPT
INSTITUTO FEDERAL
Piauí

Palestra: Utilização Consciente dos Produtos Bancários

Palestrante: José Rômulo Plácido II
Horário: 19h às 20h30



Data: 27 de junho
Auditório - Campus Avançado Dirceu Arcoverde



Palestra: Gestão Emocional e Finanças: Desafios enquanto pessoa e empreendedor

Palestrante: Francisco Alisson de S. Monteiro
Horário: 20h30 às 22h

Fonte: o autor (2024)

A primeira palestra, ministrada por José Rômulo Plácido II e intitulada “Utilização Consciente dos Produtos Bancários” iniciou tratando de temas contemporâneos tratados nas redes sociais e na mídia televisiva, tais como sites de apostas esportivas e atividades de cassino digital, como uma maneira de introduzir os discentes às ferramentas midiáticas utilizadas para estimular situações de ganho de dinheiro pretensamente sem esforço e o intuito de induzir as pessoas a vícios nocivos à saúde financeira.

Após este momento, os estudantes foram apresentados aos produtos bancários relacionados a aferição de crédito, tais como limite de conta corrente, cartão de crédito, empréstimo consignado, crédito direto ao consumidor, financiamento e consórcio.

Neste momento, os discentes foram apresentados aos produtos bancários com a percepção de que cada serviço estava diretamente relacionado a uma finalidade específica e que o uso desenfreado das opções de crédito, bem como a escolha da ferramenta errada para cada situação poderia introduzir o consumidor em um ciclo de endividamento.

Neste ponto, também foram apresentadas alternativas para o cerceamento do endividamento, com opções de negociação de dívida através da diminuição de juros e um melhor planejamento para a amortização eficiente das dívidas.

Superada a temática do crédito bancário, foram apresentados os produtos financeiros para acumular recursos. Para tanto, foi apresentada primeiramente a ferramenta do título de capitalização, momento em que foi realizada a distinção entre os títulos oferecidos pelas instituições financeiras e as capitalizações que visam na verdade apenas realizar o sorteio de produtos, produtos estes que costumam ser oferecidos em supermercados, shoppings e outros locais de grande circulação de pessoas.

As operações de renda fixa também foram contempladas, com a apresentação da poupança, do tesouro direto, certificado de depósito bancário, letra de crédito imobiliário e letra de crédito do agronegócio, onde foram apresentados os pontos positivos e negativos de cada operação, de modo que os discentes poderiam visualizar qual produto melhor se encaixaria ao seu perfil de consumidor.

Por fim, foram apresentados os seguros, em suas modalidades imobiliária e automotiva, momento em que foram demonstradas vantagens oriundas destes produtos para além da proteção do bem em si, como serviços acessórios que podem agregar valor a este produto.

Todos estes tópicos foram abordados com intensa participação dos discentes, que compartilharam experiências, saberes e se viram dentro daquele contexto, o que enriqueceu bastante a primeira palestra, cujo encontro foi registrado mediante as figuras 6 e 7.

Figura 6 – Palestra 1



Fonte: o autor (2024)

Figura 7 – Palestra 1



Fonte: o autor (2024)

A segunda palestra, ministrada por Francisco Alisson de Sousa Monteiro e intitulada “Gestão Emocional e Finanças: Desafios enquanto pessoa e empreendedor” foi iniciada com um momento descontraído com os discentes, onde foram apresentadas imagens de personagens de novelas da década de

1980 como forma de imergir a turma dentro da temática da transição tecnológica, da era analógica para a era digital.

Foi estabelecido um comparativo entre as campanhas publicitárias correlatas às emissoras que transmitiam as novelas e como isto estimulava o consumo por parte das pessoas que viveram aquele momento.

Em seguida foi demonstrado que a maneira como a publicidade se dá na era digital é muito mais agressiva, de maneira que o consumidor muitas vezes é convidado a adquirir o produto, bem ou serviço sem conseguir estabelecer se aquele bem de consumo é necessário ou até mesmo agradável para si.

Neste momento ocorreu intensa reflexão por parte dos estudantes, visto que muitos acompanharam estes momentos históricos e compartilharam suas experiências com os mais jovens.

Por conseguinte, foi traçado que o controle emocional é necessário para a gestão consciente dos recursos financeiros, e que os desejos devem ser submetidos a um processo de planejamento de gastos.

Estabelecido este pilar, o palestrante passou a trazer exemplos de planejamento financeiro em esferas pessoais e profissionais, situação esta onde passou a partilhar com a turma vivências pessoais, onde foram apresentadas dificuldades enfrentadas, erros, acertos e uma visão de adequação do futuro a partir de experiências já vividas.

Por fim, a palestra foi finalizada com a troca de sonhos dos discentes e do orador, momento este de bastante empatia da comunidade acadêmica presente como um todo, que despertou consciência e emoção dos presentes. A segunda palestra foi registrada conforme as figuras 8 e 9.

Figura 8 – Palestra 2



Fonte: o autor (2024)

Figura 9 – Palestra 2



Fonte: o autor (2024)

A partir do que foi trabalhado, o curso possibilitou a geração de alto impacto na comunidade acadêmica presente, visto que tocou em diversos temas de interesse dos discentes, além de fomentar grande troca de saberes,

possuindo, desta forma, abrangência e capilaridade para ser aplicado em outros contextos, além de necessitar de pouca exigência quanto a estrutura física para sua execução, podendo até mesmo ser adaptado para ser realizado em localidades sem acesso à internet.

Desta forma, podemos elencar, como pontos fortes para viabilizar este produto educacional em diferentes contextos educacionais, podemos iniciar pela existência de uma estrutura para a organização, canais de divulgação eficientes e curiosidade do público-alvo quanto ao tema.

Já como possíveis fragilidades, podemos elencar eventuais concepções preconcebidas que distanciam os estudantes da temática, como oportunidades a possibilidade de ampliação do conhecimento quanto ao tema da educação financeira por parte do público e a possibilidade de disseminação junto a sociedade destes saberes e como ameaças a existência de uma forte influência do marketing e da cultura do consumismo, que pode distanciar o público-alvo da aplicação dos saberes na prática, por conta do estímulo do meio social a atitudes impulsivas quanto ao uso dos recursos financeiros.

Portanto, a partir desta reflexão, é perceptível que este produto educacional envolve a comunidade acadêmica como um todo (figura 10), pois mesmo em um período dificultoso como o da greve do corpo funcional do IFPI, houve boa procura e os discentes se mostraram empolgados com a aplicação dos saberes obtidos no evento em sua vida pessoal e profissional.

Figura 10 – Foto com os participantes do evento



3.6.3 Validação do produto educacional

Após a conclusão de todas as fases de desenvolvimento e implementação, o produto educacional em questão passou por um processo de validação durante a defesa final. Para este propósito, uma ficha de avaliação foi encaminhada aos membros da banca, fundamentada nas seguintes dimensões:

- a) Aderência ao projeto e linha de pesquisa;
- b) Replicabilidade em diferentes contextos de ensino;
- c) Impacto no processo de ensino e aprendizagem;
- d) Abrangência do produto a nível territorial;
- e) Complexidade estrutural e metodológica do produto;
- f) Aplicabilidade em contexto real de sala de aula;
- g) Acessibilidade ao produto pelo público potencial.

No próximo capítulo, apresentamos a análise dos dados coletados na pesquisa e as discussões dos resultados obtidos. A análise foi realizada com base nos objetivos específicos, o que direcionou a discussão a relacionar os resultados com a literatura revisada e com o referencial teórico adotado.

4. EXPOSIÇÃO, ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS OBTIDOS

4.1 Resultados e discussões do questionário aplicado junto aos discentes

Esta seção apresenta a interpretação e análise dos dados coletados a partir da aplicação de questionários junto aos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Administração, do campus Avançado Dirceu Arcoverde, do Instituto Federal do Piauí. Este estudo revela a forma como os discentes percebem a educação financeira e o seu papel na formação profissional e cidadã.

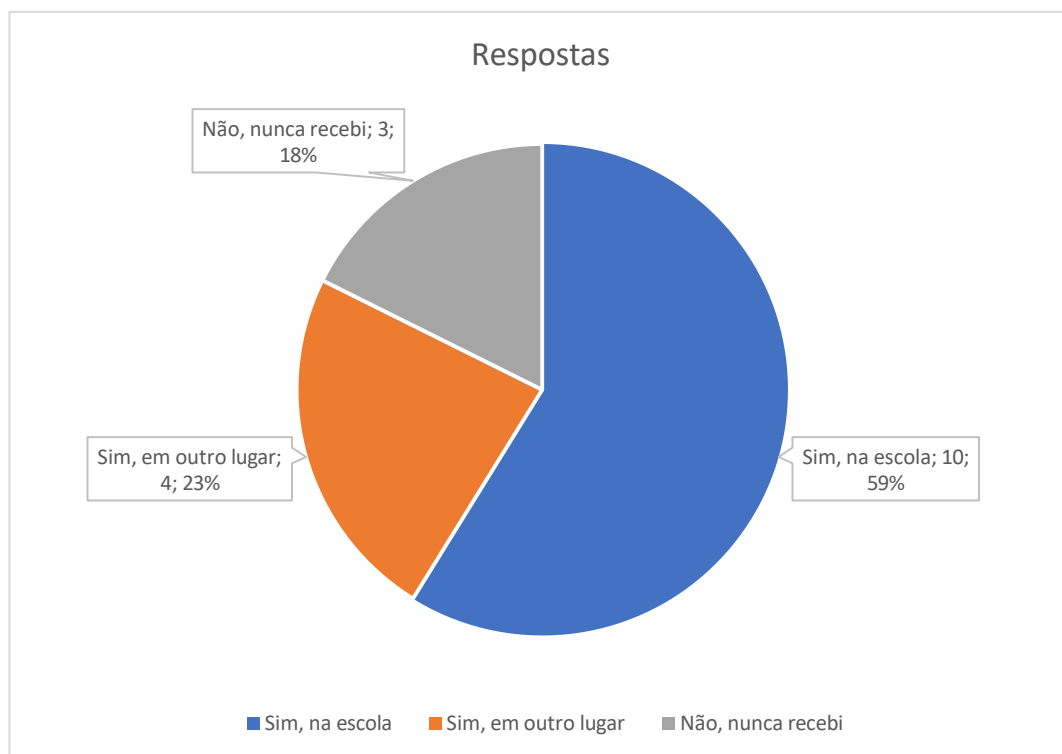
Dentre os estudantes do referido curso, 17 aceitaram participar da pesquisa, que consistiu na aplicação de um questionário composto por questões fechadas e abertas. Por conseguinte, as perguntas e as respostas estão dispostas conforme as figuras abaixo:

Conforme representado no Gráfico 1, os discentes foram submetidos ao seguinte questionamento: Você já recebeu algum tipo de educação financeira na escola ou em outro lugar?

Dentre os questionados, 59% afirmaram ter recebido educação financeira na escola, 23% afirmaram ter recebido em outro lugar e 18% afirmaram não ter recebido.

Nesta primeira pergunta, resta notável o papel escolar como de grande importância para a temática, neste sentido, iniciativas que direcionem o estudante a se aperfeiçoar nos saberes abordados são de grande impacto para o desenvolvimento do senso de responsabilidade e autonomia financeira.

Gráfico 1 - Você já recebeu algum tipo de educação financeira na escola ou em outro lugar?

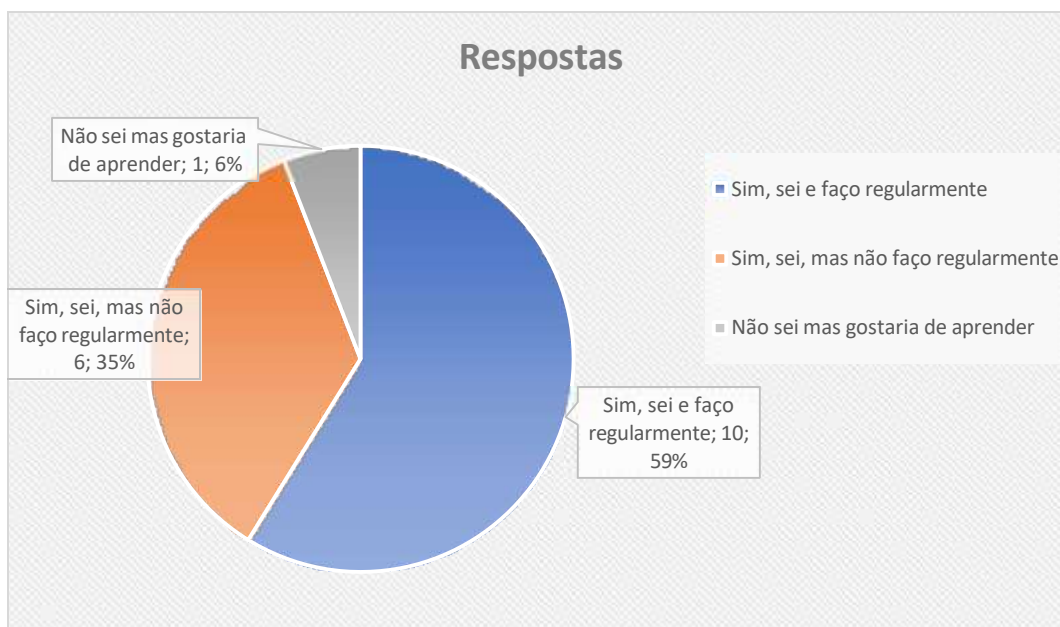


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Quando questionados sobre saber fazer um orçamento familiar, conforme representado no Gráfico 2, 59% afirmaram saber fazer e realizar regularmente, 35% afirmaram saber fazer, mas não realizar com regularidade e 6% afirmaram não saber fazer, mas que desejavam aprender.

Neste tópico, percebe-se que os estudantes reconhecem a importância do orçamento, portanto, o compartilhamento de práticas entre estudantes e a solidificação deste conhecimento é de fundamental importância.

Gráfico 2 - Você sabe como fazer um orçamento pessoal ou familiar?

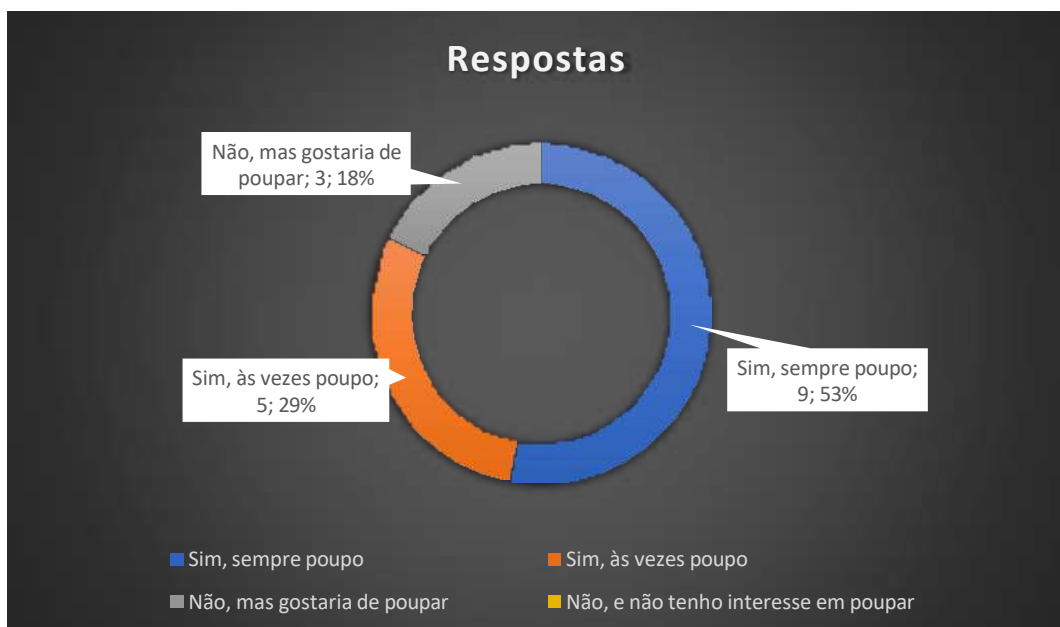


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Quando questionados quanto ao hábito de poupar parte da renda, conforme Gráfico 3, 53% afirmaram sempre poupar, 29% afirmaram poupar as vezes e 18% afirmaram não poupar, mas que gostariam.

Ao contrário do que ocorre no cenário nacional, os estudantes entrevistados conseguem, em sua maioria, poupar os recursos que ganham. Já quem não consegue já reconhecer a importância do ato de poupar. Isto revela que a educação financeira na grade curricular já impacta na prática cotidiana dos estudantes.

Gráfico 3 - Você tem o hábito de poupar parte da sua renda para investir ou para emergências?

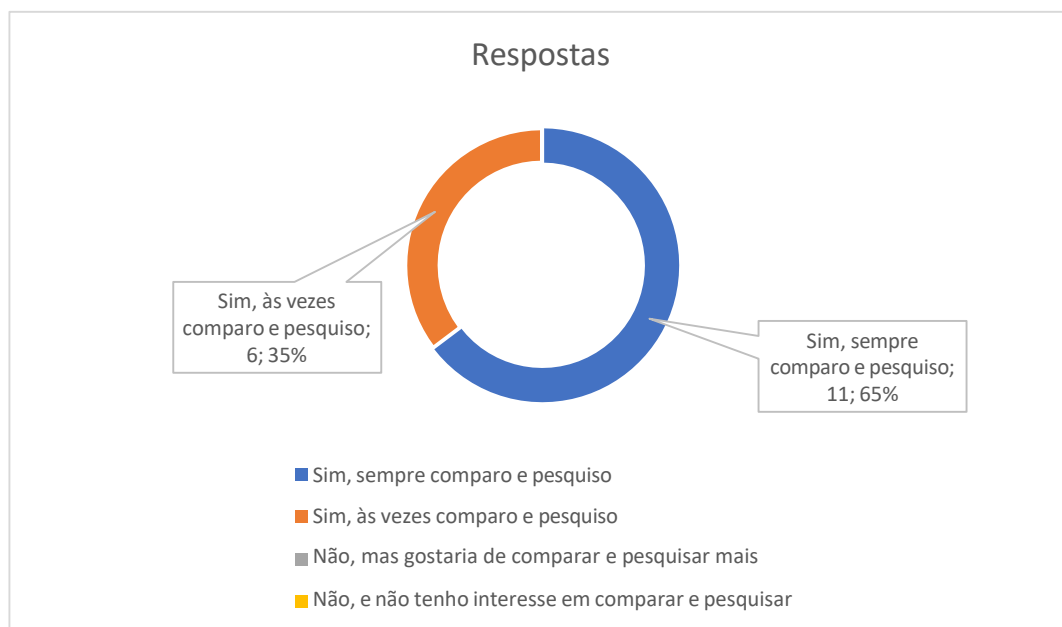


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Quando questionados quanto ao hábito de comparar preços, conforme Gráfico 4, 65% dos entrevistados afirmaram que sempre comparam e pesquisam e 35% indicaram que às vezes comparam e pesquisam.

A economia dos recursos se mostrou um tema de grande importância para o grupo questionado. Não existiram respostas que demonstrassem uma desatenção quanto a esta prática cotidiana, portanto, os discentes se mostraram conscientes quanto à existência de tendências consumistas que devem ser enfrentadas.

Gráfico 4 - Você costuma comparar preços e pesquisar antes de comprar algo?



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Quando questionados quanto à crença de que a educação profissional ser essencial para o próprio sucesso profissional e pessoal, conforme Gráfico 5, 88% dos entrevistados apontaram que concordam totalmente, 6% apontaram que concordam e 6% apontaram que discordam.

A maioria do grupo pesquisado considera a educação financeira importante para o sucesso profissional e pessoal, portanto, percebe-se que existe uma demanda destes saberes por parte dos estudantes.

Gráfico 5 - Eu acredito que a educação financeira é essencial para o meu sucesso profissional e pessoal:

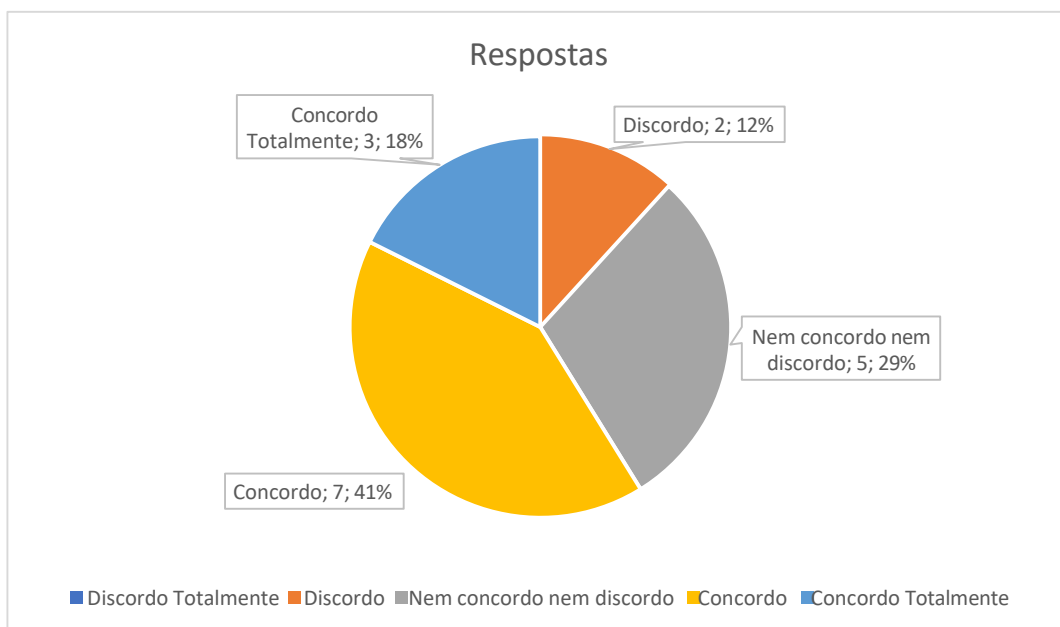


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Quando indagados quanto a concordância ou discordância da afirmação: Eu me sinto preparado(a) para lidar com as questões financeiras que envolvem o meu curso e a minha futura carreira, o Gráfico 6 indica que 41% concordam 29% não concordam nem discordam, 18% concordam totalmente e 12% discordam.

Neste tópico, embora exista uma tendência aa uma maior confiança quanto ao que foi perguntado, grande parcela do grupo ainda sente receios com relação a aplicação dos saberes.

Gráfico 6 - Eu me sinto preparado(a) para lidar com as questões financeiras que envolvem o meu curso e a minha futura carreira:

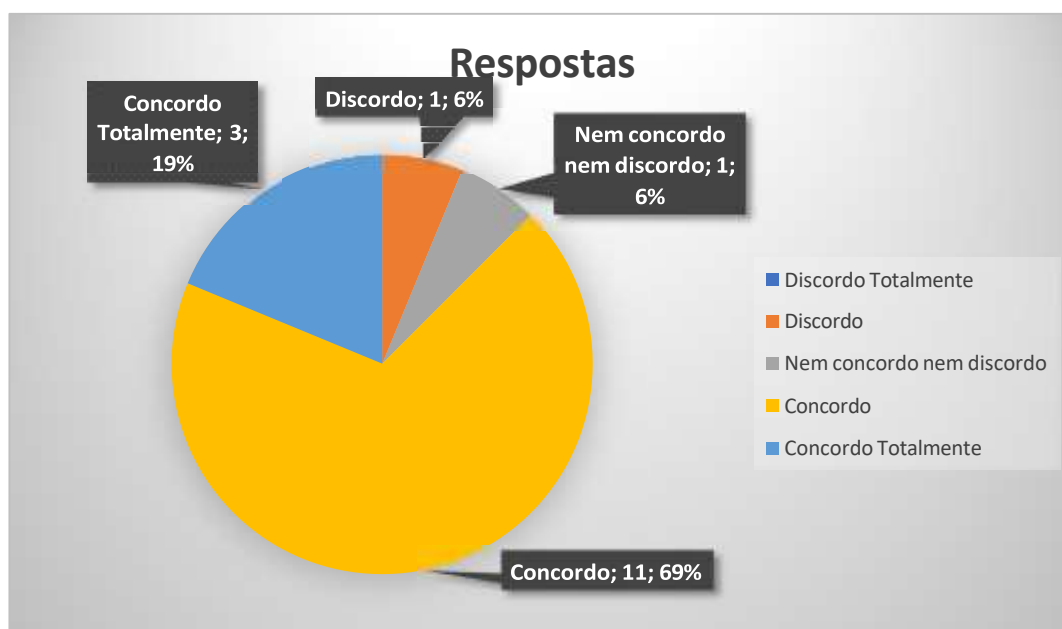


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Quando indagados quanto a concordância ou discordância da afirmação: Eu considero que o curso oferece oportunidades suficientes para desenvolver as minhas competências financeiras. O Gráfico 7 atesta que 69% concordam, 19% concordam totalmente, 6% discordam e 6% não concordam nem discordam.

Os discentes avaliam de maneira satisfatória os conhecimentos ofertados no curso, isto reflete, em comparação com as respostas anteriores, no impacto que as ações em educação financeira realizam na vida cotidiana dos estudantes.

Gráfico 7 - Eu considero que o curso oferece oportunidades suficientes para desenvolver as minhas competências financeiras:

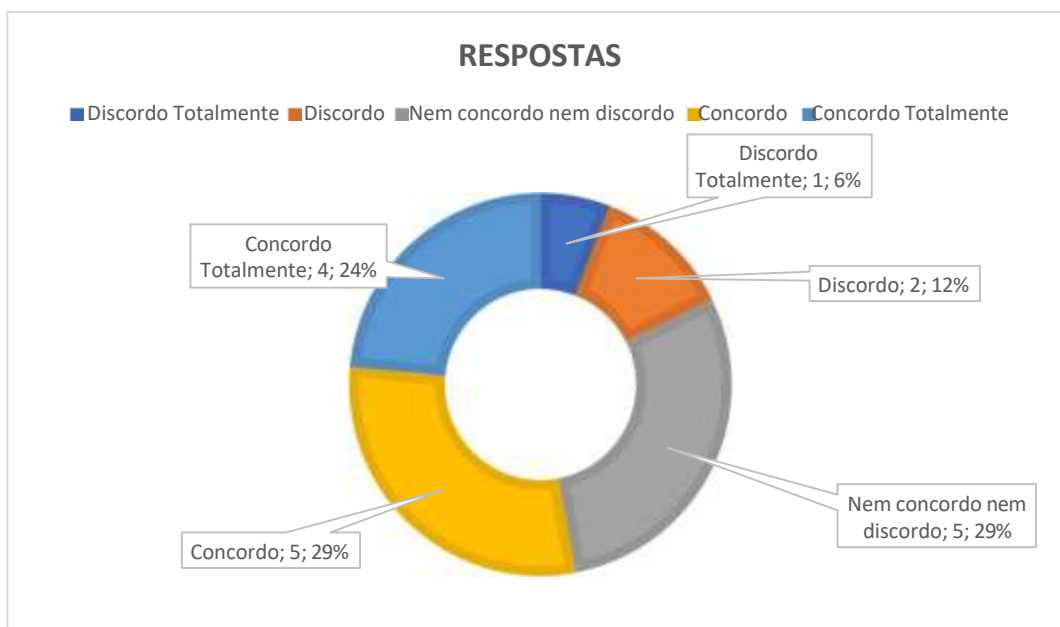


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Quando indagados quanto a concordância ou discordância da afirmação: Eu aprendi sobre os conceitos e as práticas de educação financeira principalmente por meio de cursos online, livros, podcasts e vídeos. O Gráfico 8 atesta que 29% concordam, 29% não concordam nem discordam, 24% concordam totalmente, 12% discordam e 6% discordam totalmente.

Embora as ferramentas remotas sejam importantes no auxílio à educação forma, este diagnóstico reflete como o processo de desenvolvimento dos saberes é, para maior parte dos discentes, capitaneado pelo ambiente escolar.

Gráfico 8 - Eu aprendi sobre os conceitos e as práticas de educação financeira principalmente por meio de cursos online, livros, podcasts e vídeos:



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

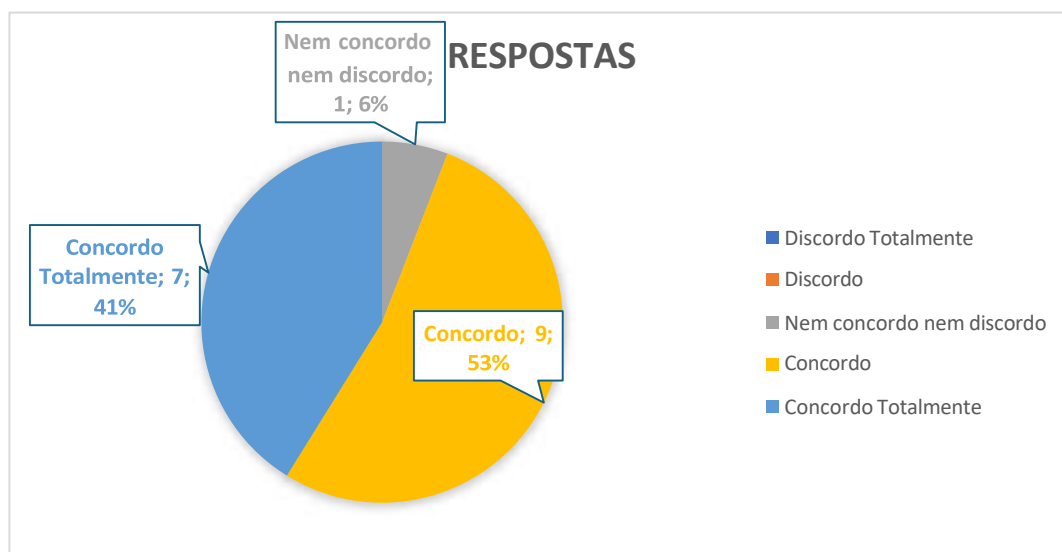
Quando indagados quanto a concordância ou discordância da afirmação: Eu gostaria de participar de atividades extracurriculares que abordassem temas relacionados à educação financeira. O Gráfico 9 atesta que 53% concordam, outros 41% concordam totalmente e 6% não concordam nem discordam.

A grande maioria dos estudantes se mostraram empolgados com a perspectiva de iniciativas, portanto, a percepção dos discentes é receptiva a tais ações educacionais, o que demonstra que a comunidade discente possui uma visão positiva quanto à temática, e se mostra bastante atual e iterativa no contexto educacional.

Pegorini (2022) entende que a reorganização pedagógica para o ambiente virtual, durante a Pandemia da Covid-19 demonstrou que tanto professores quanto alunos podem interagir, comunicar-se e aprender de forma eficaz à distância, obtendo resultados semelhantes aos do ensino presencial, desde que as particularidades de cada situação sejam consideradas.

Estas lições também podem ser aplicadas no contexto da atualização do ensino, seja quanto aos conteúdos, seja para o uso de novas ferramentas, o que, no presente caso, fomenta a ampliação do ensino em educação financeira.

Gráfico 9 - Eu gostaria de participar de atividades extracurriculares que abordassem temas relacionados à educação financeira:



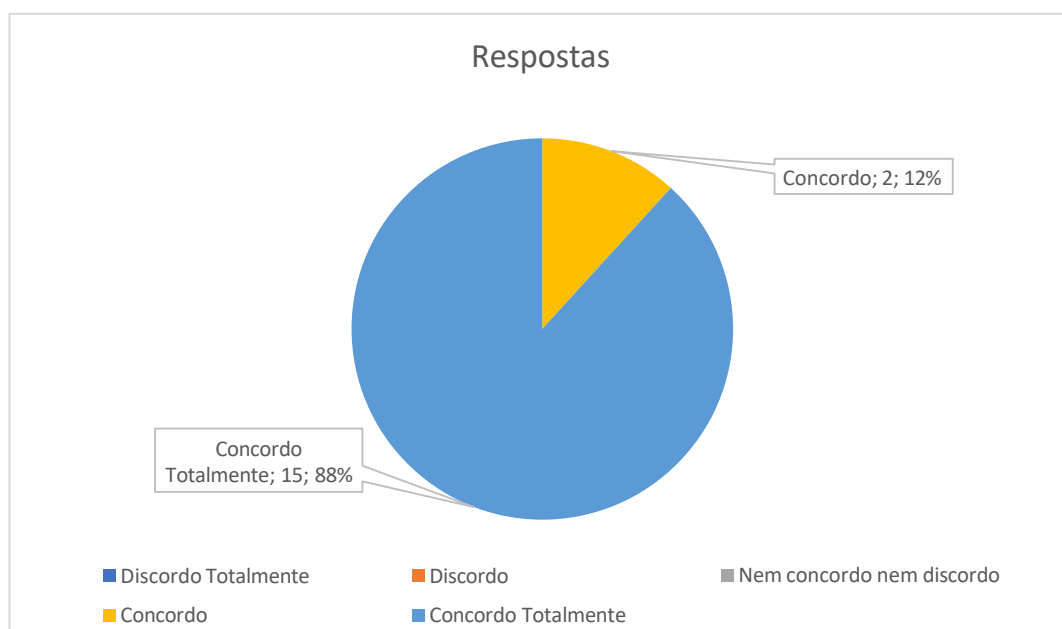
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Quando indagados quanto a concordância ou discordância da afirmação: Eu gostaria de participar de atividades extracurriculares que abordassem temas relacionados à educação financeira. O Gráfico 10 atesta que 88% concordam totalmente e 12% concordam.

Os resultados obtidos neste questionamento mostram como senso de responsabilidade e autonomia financeira caminham juntos com a educação financeira, e isto é sensível aos discentes, de modo que existiu uma unanimidade, embora em gradações distintas, desta percepção.

Neste sentido corrobora Gramsci (1982), quando aponta que o ensino deve seguir por acordo espontâneo, e não apenas por imposição externa, sendo uma necessidade reconhecida e proposta pelos próprios indivíduos como uma forma de liberdade, e não apenas por coerção.

Gráfico 10 - A educação financeira é muito importante na minha vida pessoal e social, pois me ajuda a planejar e a gerenciar melhor os meus recursos, a evitar dívidas e a realizar os meus objetivos:



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nas respostas das questões fechadas, observa-se que os discentes possuem uma ampla aceitação aos saberes oriundos da educação financeira, tanto no reconhecimento de sua importância em sua formação, bem como na aplicabilidade.

É perceptível também uma mentalidade predominantemente poupadora dentro do grupo pesquisado, bem como uma visão de que é preciso economizar recursos pensando no futuro.

O contexto de precarização das relações de trabalho, com ganhos cada vez mais incertos, inclina as pessoas para tais preocupações, neste sentido, Druck (2013) destaca que a deterioração das condições de trabalho afeta significativamente os empregados, sendo que um dos impactos é a intensificação do trabalho, que se manifesta na extensão das horas de trabalho, tanto no local de trabalho quanto em casa.

Este sentimento também é notado no desejo predominante de participação do grupo estudado em atividades extracurriculares que abordem a temática da educação financeira, bem como na importância dos saberes relacionados a esta área em fatores que influenciam o presente e o futuro dos discentes.

Quanto às questões de resposta aberta, os discentes foram convidados a apresentar suas principais necessidades e expectativas em relação à gestão financeira pessoal e familiar.

A preocupação com a família foi apontada como valor importante para diversos entrevistados, desde um ponto importante para transmitir aos filhos, bem como um conhecimento necessário para ser repassado aos pais e avós, seja para a gestão familiar ou para empreendimentos familiares.

Neste sentido, a administração de negócios foi apontada como uma expectativa de aprendizado, os discentes sentem que noções de contabilidade básica para uma empresa familiar são de suma importância, além da capacidade emocional de aplicar esses conhecimentos nas situações práticas.

Portanto, a ideia de que o desconhecimento acerca da educação financeira torna a sociedade “escrava do dinheiro” se mostrou bastante presente dentre os entrevistados. Assim, os discentes demonstraram o desejo de desenvolver saberes para construir um planejamento financeiro adequado, bem como estabelecer metas financeiras para o futuro.

Outra preocupação apontada foi o de possuir cadastro negativo nos serviços de proteção de crédito, o que inviabilizaria até mesmo a existência do próprio negócio familiar em um eventual cenário de incertezas, seja no contexto doméstico ou na conjuntura econômica como um todo.

Já no segundo questionamento de resposta aberta, os estudantes responderam a seguinte pergunta: “Como você acha que a educação financeira pode contribuir para o seu desenvolvimento como cidadão consciente e participativo na sociedade?”

Um ponto curioso apontado pelos entrevistados foi a desconfiança do que políticos falam, neste sentido, a educação financeira poderia ajudar a despertar a consciência para eventuais inconsistências nos discursos vistos por candidatos das mais diversas esferas públicas, além da forma como os produtos em geral são anunciados nos meios de comunicação de massa, ou na intensa publicidade das redes sociais.

Costa (2019) indica que diversas formas de golpes e fraudes estão em constante evolução, afetando pessoas por meio de telefonemas, nos ambientes de autoatendimento das agências bancárias, abertura de contas com

documentos falsificados, clonagem de cartões e documentos, e até mesmo o furto de dados bancários pela internet.

As vítimas frequentemente são consumidores que não estão preparados para lidar com os produtos e sistemas eletrônicos cada vez mais complexos oferecidos pelo mercado bancário. Em um cenário em que o relacionamento com os clientes tende a se concentrar no autoatendimento e atendimento remoto, a educação para uma interação segura é fundamental.

Outros observaram que entender sobre indicadores econômicos é necessário para o desenvolvimento da consciência enquanto cidadão, e que tais saberes deveriam se fazer presentes no contexto do ensino médio, de modo que estes conhecimentos seriam necessários para a fuga de uma cultura consumista, bem como importantes para a realização de investimentos.

Neste sentido, os discentes compreendem que a educação financeira pode ser o meio necessário para que, no futuro, possam obter, para sua família, uma renda através de aplicações no mercado financeiro.

Costa (2019) reflete que a educação financeira é um direito que deve ser acessível a todas as classes sociais e tem um impacto significativo, especialmente nas faixas de renda mais baixas. Não basta apenas disseminar conhecimentos técnicos sobre finanças para a população, é fundamental também desenvolver um pensamento crítico que una o conhecimento teórico com atitudes e comportamentos práticos.

Para isso, é necessário o envolvimento tanto do sistema jurídico quanto da educação, a fim de minimizar as consequências da influência ideológica do neoliberalismo sobre os responsáveis pela formulação de políticas públicas e privadas nessa área, de forma que perspectivas de obtenção de renda através de investimentos não seja algo estrito as camadas privilegiadas financeiramente da sociedade.

4.2 Análise das entrevistas: A percepção dos docentes

Foram realizadas entrevistas com 3 (três) docentes do eixo tecnológico Gestão e Negócios, 1 (uma) Coordenadora do Curso Técnico em Administração, 1 (uma) Coordenadora do Curso Técnico em Logística. Totalizando 5 docentes participantes das entrevistas semiestruturadas, vale ressaltar que, do grupo

entrevistado, 3 (três) participantes são mulheres e 2 (dois) participantes são homens, o que colaborou para uma abordagem equitativa quanto ao gênero.

Neste momento, cada pergunta elencada como ponto norteador das entrevistas será posta para expor os pontos abordados por cada um dos participantes. Assim, os docentes serão tratados no texto como Professor 1; Professor 2; Professor 3; Professor 4 e Professor 5, com o fim de cumprir os parâmetros éticos que norteiam a pesquisa.

Neste sentido, as respostas das entrevistas realizadas junto aos docentes foram categorizadas. Portanto, a partir da compilação e análise das respostas, foram definidas as categorias descritas a seguir:

- 1) Relevância da educação financeira no contexto acadêmico e profissional;
- 2) A educação financeira promove o pensamento crítico e a consciência social;
- 3) Desafios para integrar a educação financeira nos currículos escolares;
- 4) Estratégias didáticas e pedagógicas para implementar a educação financeira.

Categoria 1 - Relevância da educação financeira no contexto acadêmico e profissional.

Nessa categoria, os docentes entrevistados destacam a relevância da educação financeira para a toma de decisões conscientes a partir do ganho aferido, neste sentido, percebem a necessidade da aplicação dos saberes da matéria, bem como o contexto da educação como um todo e a ausência de um ensino voltado para o desenvolvimento de tais competências.

O Professor 1 observou que a efetivação de uma cultura através da educação financeira ainda é algo muito distante, pois o discente possui muitas deficiências advindas do ensino fundamental, onde os alunos não possuem tais saberes em níveis mais básicos, e a vulnerabilidade social também surge como um fator comprometedor dentro da formação, e isto permeia para o contexto da educação financeira.

Outro ponto elencado pelo Professor 1 foi o desejo que vários discentes possuem de erguer o próprio negócio, e a ausência da educação financeira contribui para o endividamento no contexto do empreendimento e na própria vida pessoal como um todo.

E a gente pega o aluno muito uma deficiência, porque ele já vem de uma de um histórico de deficiência na educação básica. E aí o instituto tenta sanar um pouco essas dificuldades quando ele ingressa no primeiro ano do ensino médio, por exemplo. E aí a gente encontra essa mesma dificuldade dessa percepção do próprio aluno e até mesmo da família (Professor 1)

Miragem (2016) corrobora com tal raciocínio, onde observa que na análise das práticas abusivas aplicadas junto aos consumidores, é reconhecida uma dimensão coletiva, o que envolve identificar o comportamento inadequado por parte do fornecedor, que vai contra os deveres expressos ou implícitos na relação de consumo.

Essas práticas são caracterizadas por um propósito ou repetição de condutas proibidas, com potencial para afetar tanto indivíduos quanto grupos de consumidores. Além disso, a deslealdade e a violação da boa-fé também qualificam uma prática como abusiva.

Isso ocorre quando o fornecedor se aproveita da vulnerabilidade do consumidor ou de sua dependência em relação a um determinado produto ou serviço, desrespeitando os deveres de cooperação inerentes ao contrato firmado entre as partes.

O Professor 2 apontou que a educação financeira amplia a visão dos discentes quanto a organização da vida, não só quanto aos aspectos profissionais em si, mas na vida pessoal sob diversos prismas, neste sentido, entende que a educação financeira deve ser abordada desde cedo.

As escolas públicas do Estado já trabalham a educação financeira desde o ensino fundamental, então pra gente perceber assim o alcance dessa disciplina, nessa perspectiva que o brasileiro tem essa característica de ser superendividado (Professor 2).

O Professor 3 elencou a inserção de saberes relacionados a educação financeira dentro do curso bastante interessante, visto que o viés é direcionado para uma organização financeira individual, o que é diferente da administração financeira, que é voltada para a atuação em caráter empresarial, nos negócios em que os discentes porventura ingressem enquanto funcionários no futuro.

Agora, um outro ponto muito importante é que essa educação financeira, ela não deve ser genérica e nem generalizar características de todos os alunos da turma, por exemplo, porque numa turma, principalmente nas turmas do IFPI, nós temos alunos em situação de muita vulnerabilidade social e temos alunos que têm uma condição financeira mais tranquila (Professor 3)

Continua indicando que a disciplina de educação financeira desenvolve uma formação que vai além da técnica em si, o que aprimora o discente em uma perspectiva de organização na vida pessoal, indicou também a existência de formações voltadas para os saberes da disciplina também a nível da rede estadual de ensino médio, o que demonstra a importância da disciplina para a formação dos estudantes.

Neste sentido, Mészáros (2008) aponta que a maior parte do tempo das pessoas submetidas a este sistema é composto de jornadas de trabalho alienantes, onde, por consequência, o próprio tempo das pessoas é determinados contextos sócio políticos indicados pela classe dominante, assim, desenvolver saberes que possibilitam às pessoas uma reflexão que vai além da sala de aula ou de uma perspectiva meramente empregatícia, fornecem uma expansão quanto a consciência do mundo em sua volta.

O Professor 4 refletiu que a educação financeira está sendo vista como importante apenas recentemente, o que se deve a uma consciência da má gestão que as pessoas possuem, bem como do fato do brasileiro em geral estar inserido em um contexto de baixa renda, o que torna a disciplina mais importante, neste sentido, lamentou o fato da matéria ainda possuir um baixo protagonismo dentro do curso técnico em administração.

Para tanto, refletiu até mesmo quanto a sua experiência pessoal:

E até hoje também, eu particularmente, digo que sofro, porque a nossa vontade de consumo é muito alta e a nossa noção de investimento é muito baixa. Então me coloco também, enquanto cidadã, como sofredora dessa vontade de muito imediata de consumir sem pensar no futuro, sem construir um planejamento a longo prazo seguro (Professor 4).

O Professor 5 relatou que a perspectiva dos discentes em geral está direcionada para o ato de arrecadar para pagar, neste sentido, a atuação do IFPI expande os horizontes dos estudantes. Relatou que existe uma demanda da

integração dos saberes da educação financeira ao empreendedorismo, o que contribuiria fortemente para a consciência dos alunos enquanto cidadãos.

A gente vem percebendo que a educação financeira tem sido essencial. Já deveria ter sido levantada essa bandeira muito tempo atrás, muito tempo antes. Mas enfim, nunca é tarde. Mas espero que dê bons frutos, ainda que a participação da educação financeira na grade seja pequena. A gente só tem uma disciplina no projeto administração, mas, pelo menos já temos um pouco de conscientização (Professor 5).

Categoria 2 - A educação financeira promove o pensamento crítico e a consciência social.

Nesta categoria, os entrevistados refletiram sobre a percepção dos discentes dentro do contexto acadêmico e profissional, e que ações poderiam ser realizadas para desenvolver a criticidade dos alunos.

O Professor 1 indicou que o IFPI busca se adequar a realidade que ele atua, neste sentido, a instituição vem percebendo a necessidade de ações que visam instituir matérias voltadas ao empreendedorismo nos cursos, neste sentido, elencou o entrevistado que cursos de outros eixos buscam implementar ações voltadas para a estrutura dos negócios em geral.

A maioria do nosso perfil é de demanda social e está em questão, e a gente não encontra no próprio currículo uma ação mais, vamos dizer assim, mais robusta sobre essa questão da educação financeira. E aí a gente fica mesmo que permeando ali por ações mais isoladas, com projetos, palestras. Mas eu defendo que tenha essa curricularização dessa temática em todos os cursos. Não só no intuito da educação financeira doméstica em si, mas também o intuito da educação financeira até mesmo para os negócios. A gente tem hoje alunos que pretendem ter seu próprio negócio, pretendem ter aí suas startups, e a gente percebe que quando essa percepção não existe em casa, isso também se transfere para os negócios. Tem muita empresa endividada, muita empresa sem entender o que é um capital de giro. Tem empresas sem noção do que é investimento. E aí isso gera uma prática que vai contribuindo para vários outros aspectos negativos, não só na vida financeira pessoal, mas também na vida financeira empreendedora (Professor 1)

Portanto, o Professor 1 indica que a educação financeira em si deveria ser implementada também no sentido de perceber o comportamento do

estudante com suas finanças, seu nível de endividamento e a forma com a qual o IFPI conseguiu contribuir para comportamentos exitosos.

O Professor 2 compreende que os estudantes atualmente possuem uma perspectiva de trabalhar com alguma renda, oriunda, por exemplo, de iniciativas como o programa “pé de meia”, neste sentido, a formação em educação financeira, ainda mais para estudantes de baixa renda, que muitas vezes possuem a responsabilidade de contribuir para o sustento da família, pode contribuir no senso de responsabilidade dos estudantes.

Neste sentido, Araújo (2021) notou que escolas e universidades se esforçam para criar um ambiente acolhedor para todos, mas esses esforços ainda são insuficientes. Portanto, ações inclusivas que viabilizam que o olhar do discente se direcione para sua formação possibilitam uma expansão de seus saberes, bom como amplia um horizonte de possibilidades.

Continua o Professor 2 que a organização financeira deve estar direcionada para os objetivos dos discentes, relacionando os saberes desenvolvidos, observando as diversas realidades no contexto da sala de aula. Neste sentido, as disciplinas devem ser abordadas de forma crítica.

Ensinar o planejamento, a organização financeira pode fazer com que eles não compreendam como utilizar esses recursos para a manutenção deles na escola, para manutenção deles em casa, principalmente porque são estudantes de baixa renda, alguns em situação de vulnerabilidade social, e é um dinheiro que às vezes é o único (Professor 2).

O Professor 3 elencou que a abordagem da educação financeira deve se iniciar já no ensino fundamental, devido ao impacto na formação do senso de responsabilidade dos discentes. Quanto aos indicadores, embora o docente não possua dados para embasar numericamente, elencou que observa os impactos na vida profissional de diversos egressos, o que demonstra o impacto da disciplina na formação cidadã dos alunos.

Com relação a indicadores, não mensuramos e isso aqui no campus com nossos alunos. A gente percebe é que tem uns vários alunos egressos que conseguiram empreender em negócios próprios. Não sei te dizer se a disciplina ajudou nesse processo. A gente acredita que sim. Temos alguns alunos que investem, trabalham na área de investimentos, na área de inovação (Professor 3)

O Professor 4 observa que o impacto da educação financeira ocorre na aplicação dos recursos e na organização financeira, neste sentido, os indicadores sociais seriam aferidos através dos impactos após a implementação destes saberes no ensino nas estatísticas oficiais, tais como nível de endividamento, investimento dentre outros.

Qualquer aluno do instituto ou cidadão brasileiro precisa saber se ele é educado financeiramente, porque se não, se se eu não tiver uma regra, vão agir pela necessidade momentânea, e isto impacta na conjuntura geral, nas estatísticas oficiais, como endividamento, investimento. Então, muitas vezes é necessário apender a dizer não. Eu digo que eu não aprendi na faculdade a dizer não (Professor 4).

O Professor 5 observou que o Estado brasileiro possui projetos consolidados para a formação do empreendedor, principalmente no âmbito da iniciativa privada, mas não de cidadãos educados financeiramente. Relatou sua atuação em projetos no setor cooperativo, onde compartilhou desafios onde a cooperativa esbarra no pouco conhecimento dos profissionais quanto aos produtos financeiros, bem como a conhecimentos matemáticos propriamente ditos.

Entende que a atuação no mercado financeiro é vista, erroneamente, como muito distante das camadas mais vulneráveis da sociedade, neste sentido, observar a educação financeira elucida o estudante que existe a possibilidade de investir de forma consciente, mesmo em pequenas quantias. Para isto o discente deve ser formado para aprender a observar a economia e a contabilidade, de modo que consiga fazer uma análise crítica quanto a realidade em sua volta.

Ciavatta (2005) sugere que uma educação voltada para a emancipação da sociedade, com o objetivo de formar cidadãos autônomo. Portanto, seria de grande valia observar a educação financeira dentro desta perspectiva proposta pela autora, o que, aliado aos saberes já implementados no contexto escolar, propiciaria uma autonomia por parte das pessoas frente aos desafios da vida moderna.

Por fim, o Professor 5 diferenciou a obtenção de renda com o desenvolvimento das pessoas enquanto cidadãs. Neste sentido, compartilhou experiências enquanto docente e atuação em pesquisa como a consciência crítica de pequenos empreendedores pode replicar boas práticas no contexto

social, portanto, observou que a educação financeira deve estar inserida em diversos currículos, não apenas no contexto do eixo de gestão e negócios.

Provavelmente os indicadores seriam indicadores sociais mesmo que que são buscados lá na nessas plataformas gerais. Verificar endividamento, a liquidez dessas pessoas. Se elas estão tendo essa capacidade de pagamento das suas dívidas mensais, se elas não estão se endividando, como elas fazem aquisições dos seus bens duráveis. Se eles descapitalizam, se eles financiam. Então tem várias frentes que podem ser abordadas para auxiliar essas pessoas a administrar melhor suas finanças, e de buscar também novos e de repente a pessoa tem uma fonte de renda. Ela pode verificar como é que pode aumentar essa ou buscar uma nova fonte de renda também. Fazendo investimentos, como é que poderiam ser feitos os investimentos? Então podemos ver vários setores que podem ser abordados (Professor 5).

Categoria 3 - Desafios para integrar a educação financeira nos currículos escolares.

Nesta categoria, serão apresentados problemas que tornam as ações em educação financeira aparentemente distantes dos discentes, bem como estratégias apontadas pelos entrevistados que surgem como saída para tal cenário.

O Professor 1 tratou da capacitação dos próprios professores, indicou que saberes relacionados ao empreendedorismo foram objeto de capacitação do corpo docente, como parcerias com o SEBRAE. Apontou como ação importante o compartilhamento de vivências com outros profissionais e outras instituições, além da atuação reunindo ferramentas tecnológicas e metodologias ativas, citando como exemplo a gamificação.

Eu lembro de algumas parcerias com o Sebrae sobre educação empreendedora, tanto para docente como também para os estudantes. Eu já vi vários bancos fazendo ações, como no Banco do Brasil, dando orientações de: Como você se organizar? Como usar o cartão de crédito? Enfim, é importante fazer parcerias, porque os nossos profissionais, eles são envolvidos em todos os níveis de ensino técnico, médio, superior, pós, e talvez a gente não tenha tanto profissional para executar esses programas. Então acho a falta de parcerias hoje é principal dificuldade. Parcerias de capacitação docente também. Adoção de tecnologias, né? Como é que você poderia? A gente, por exemplo, pega no aluno ali do ensino médio. A gente poderia trabalhar um sistema de gamificação, por exemplo, de ensino voltado para educação financeira, então reunir tecnologias, capacitação pessoal e realização de parcerias (Professor 1).

Neste mesmo sentido, Pelizzari (2003) indica que a construção de significado para os alunos envolve conectar o que eles já sabem com os novos conhecimentos, ou seja, estabelecer uma relação entre o conhecimento anterior e o novo.

Propõe-se que os alunos realizem aprendizagens significativas por conta própria, o que equivale a aprender a aprender. Dessa forma, garante-se a compreensão e a facilitação de novas aprendizagens, apoiando-se na estrutura cognitiva prévia construída pelo aluno.

A aprendizagem na escola é fundamental para os educadores, especialmente considerando as mudanças na sociedade do conhecimento e a abundância de informações provenientes dos meios de comunicação.

Nesse contexto, conclui Pelizzari (2003) que o trabalho com projetos emerge como uma maneira coerente de compartilhar conhecimentos entre educadores e alunos, bem como com toda a comunidade escolar.

Para tanto, o uso de tecnologias digitais, conforme destaca Lima (2020) permite aos alunos construir seu conhecimento por meio da interação e conexão com um mundo diversificado, sem barreiras sociais e culturais, transformando o aprendizado em um processo contínuo. Essa visão mostra que as plataformas digitais são impulsionadoras de métodos de ensino interativos e envolventes, e quando usadas de forma eficaz, fortalecem e aprimoram as abordagens educacionais modernas no contexto do ensino.

O Professor 2 indica que a distância social é um fator que se mostra como desafiante no contexto do ensino destes saberes, utilizou como exemplo uma fala de uma formadora de opinião que se mostrou contrária ao ensino da educação financeira nas escolas públicas, ele apontou que a situação de vulnerabilidade que muitos discentes vivenciam iria distanciar os saberes da vida prática.

Neste sentido, o Professor 2, embora discordando da conclusão da formadora de opinião em questão, aproveitou o pensamento como reflexão no intuito de que esta dificuldade deve nortear uma disciplina com caráter crítico, onde as diversas realidades vivenciadas no contexto escolar dialogam e aprimoram o desenvolvimento dos conhecimentos lecionados.

Outro ponto abordado pelo Professor 2 foi a percepção dos docentes quanto à temática:

Na minha graduação em administração, em nenhum momento eu tive contato com a educação financeira, eu tive a administração financeira. É difícil você ensinar o que você não estudou, o que você não aprendeu. Nós não fomos formados e a maioria dos professores aqui tem mais ou menos o mesmo tempo que eu de graduados. Então, assim, a gente não recebeu essa formação. E aí é um desafio, porque os professores não querem mais estudar. Ao receber uma disciplina dessa totalmente nova. Uma proposta diferente, né? Daquela que a nós recebemos na nossa formação. Professor precisa se desafiar também a pesquisar, a procurar, porque ela tem que ser trabalhada. Na minha visão pelo que eu conheço da emenda, muito mais a parte de casos, de situações práticas, corriqueiras, do dia a dia, para que o aluno realmente compreenda a aplicação dessa educação financeira. O desafio é de fato encontrar quem tenham afinidade com o conteúdo, docentes que queiram se desafiar a ministrar a disciplina da forma como ela precisa ser, com essa abordagem prática e interdisciplinar (Professor 2).

O Professor 3 apontou que existe uma dificuldade em encontrar docentes para ministrar a disciplina de educação financeira, atribui que a formação dos docentes é deficitária na área em questão. Neste sentido, é um desafio para o corpo docente no sentido de se capacitar, não só para expor o que está proposto na ementa, mas também para a realização em uma abordagem prática e interdisciplinar.

Neste sentido Potrich (2016) indica que para melhorar a educação financeira, é recomendado adotar abordagens mais específicas. Projetos de extensão, por exemplo, podem oferecer cursos que não apenas ensinem conceitos financeiros, mas também forneçam dicas e práticas para melhorar atitudes e comportamentos relacionados às finanças.

Além disso, é essencial introduzir disciplinas de alfabetização financeira desde os estágios iniciais da educação, preparando as crianças para a gestão financeira e reduzindo desigualdades antes que se tornem adultos responsáveis por seus recursos.

Esta perspectiva também é vista na percepção de Costa (2019), onde observa que a educação financeira é um direito universal que impacta especialmente as classes de menor renda. A discussão sobre educação financeira deve ir além da simples transmissão de conhecimentos técnicos; é essencial desenvolver um pensamento crítico que combine conhecimento com comportamento e atitude.

Portanto, reflete o Professor 3 que:

Eu penso que o principal desafio é a distância social dos estudantes.

A distância social de condições financeiras dos estudantes das nossas turmas. Mesmo em escolas públicas há essa distância e ela deve ser um problema a ser trabalhado numa disciplina de educação financeira. Tem muita lógica de aplicação nas escolas públicas. Às vezes os estudantes não têm o que comer em casa. E essa renda básica aí do bolsa família, do programa “pé de meia” e outras rendas que são de apoio do Estado. Eles funcionam como esse apoio a manutenção da casa. Então pensar de forma acrítica essa disciplina não vai ajudar esse estudante, que vai ter que contribuir com a renda da família, com esse benefício que ele recebe. Então, se nós só pensarmos, dinheiro é seu e você vai poder ir para o cinema e comprar uma roupa e sair para alguma festa. E isso vai funcionar para alguns grupos, mas para outros, dentro da mesma sala de aula não vai funcionar. Mas eu penso que mesmo que não funcione para todos os grupos, a disciplina é essencial para entender como aquele dinheiro pode ser trabalhado de forma a ter essa participação efetiva tanto na renda individual do aluno quanto na renda familiar (Professor 3).

O Professor 4 acredita que as barreiras socioeconômicas são uma dificuldade para a implementação dos saberes aferidos na educação financeira. Porém, ressaltou que existem alunos que são empreendedores e já possuem um interesse na disciplina, portanto, compreende que a vivência do estudante contribui para o maior engajamento do estudante, por fim, também ressaltou que a cultura do consumismo também atrapalha neste amadurecimento do corpo discente.

Muita dificuldade financeira, a gente tem alunos aqui em situações bem complicadas, então é um universo novo, muitas vezes não consegue nem aplicar na prática, porque não tem meios, né? Às vezes a gente vai, por exemplo, é fazer distribuição, abrir edital de bolsa, né? Situações em que o bolsista, ele não tem nem conta bancária, né? Então é a dificuldade principal é essa, é essa vivência (Professor 4).

O Professor 5 abordou que a educação financeira deve ser incentivada assim como o empreendedorismo em certos momentos históricos passou a ser a nível institucional. Esta visão arcaica quanto aos saberes propostos pela educação financeira foi elencada como uma barreira para tanto.

Neste sentido, apontou que não existe um interesse as instituições financeiras em educar de fato as pessoas, e que instituições como o IFPI possuem o papel de capacitar os estudantes para o exercício da cidadania.

Apontou também que as pessoas mais pobres possuem muito mais interesse em manter suas despesas no setor financeiro quitadas, visto que muitas vezes as soluções de crédito são a única saída viável para situações difíceis.

Portanto, iniciativas como a de Costa (2022), que produziu um site com o intuito de promover a capacitação em educação financeira no contexto do Instituto Federal de Brasília, refletem ações, no contexto da rede federal, que colocam os Institutos como um pilar ao qual as pessoas em contexto de vulnerabilidade podem recorrer, demonstrando o caráter social, bem como a importância de iniciativas em educação financeira dentro das mais diversas perspectivas e contextos.

Também refletiu sobre as dificuldades das pessoas dentro da gestão financeira doméstica, que se relaciona com os problemas sociais dentro do próprio âmbito das relações familiares, para tanto, é necessário conscientizar as pessoas quanto aos reflexos positivos e negativos que a relação entre pais e filhos, avós e netos, esposa e marido, dentre outras, pode acarretar problemas na saúde financeira daquela família, o que pode constituir tanto uma espiral positiva quanto uma espiral negativa.

Então eles queriam que a gente ensinasse, tivesse esse discurso, esse debate com os empreendedores. Para tentar quebrar esse machismo estrutural, isso em 1998 está entendendo o que eu estou dizendo? Se hoje é complicado, imagine em 1998. Para as empreendedoras entenderem é que elas tinham que ter poder de fala, de argumentação, para tentar fazer com que os maridos participassem na discussão sobre dinheiro. Isso teve um cliente que disse que o banco quer saber da vida pessoal dele, que até na vida pessoal quer que eu diga o que faço, que eu deixo de fazer. Se não está demais, não se abusa. Isso eu até falei para ela. Ela disse, mas é assim. A gente tem o mesmo projeto em vários países e a gente sabe da dificuldade de trabalhar essa relação. Então eu digo que a educação financeira vem de um projeto de vida, vem da análise da criação da pessoa e vem de uma tomada de decisão de planejamento envolvendo dinheiro.

Paranhos (2021) apontou que, entre os estudantes do interior de São Paulo, havia um bom nível de conhecimento sobre educação financeira. No entanto, esses alunos enfrentavam desafios ao tentar relacionar esse conhecimento com a prática da cidadania. Neste sentido, mesmo em um cenário onde os saberes são compreendidos enquanto teoria, são necessárias estratégias no ensino para dar uma real aplicabilidade aos saberes, dado caráter interdisciplinar natural da matéria.

Categoria 4 - Estratégias didáticas e pedagógicas para implementar a educação financeira.

Esta categoria contemplará diversas soluções apontadas pelos professores entrevistados para implementação de práticas pedagógicas junto aos discentes.

O Professor 1 indicou a importância do uso de metodologias ativas, neste sentido, apontou dificuldades na abordagem da temática da educação financeira devido a pouca bagagem dos discentes quanto a estes saberes. Portanto, adjetivou como inadmissível o sistema educacional não “voltar seus olhos” para ensinar aos discentes quais as modalidades de empréstimo (rotativo, consignado etc.) e taxa de juros.

Indicou que a ausência destes saberes gera famílias desestruturadas e endividadas, visto que vários agentes do mercado utilizam ferramentas que agredem o consumidor, que não possui capacidade de discernir o que pode gerar dívidas com consequências a longo prazo.

O que se articula com a percepção de Harvey (1992) argumenta que a produção em massa não apenas resultou em um consumo massificado, mas também introduziu uma nova maneira de controlar e gerenciar a força de trabalho. Portanto, a produção em massa não apenas transformou a economia, mas também teve profundas implicações sociais, influenciando a maneira como as pessoas vivem, trabalhavam e consomem.

Neste sentido refletiu que:

Eu acho inadmissível hoje um aluno tanto de ensino médio, técnico, ensino superior, não sabia, por exemplo, quais os tipos de financiamento que tem no mercado, como é que funciona o cartão de crédito, questão do pagamento mínimo, crédito rotativo, taxa de juros, política de empréstimo, o empréstimo consignado. Isso aí são deficiências e, devido a elas, muitas pessoas caem em armadilhas no mercado. A gente sabe que tem muitas instituições que se usam da falta de conhecimento das pessoas para oferecer crédito e nesses créditos existe várias armadilhas, né? Os bancos mesmo também, a partir do momento que eles oferecem crédito a partir da maior capacidade de endividamento sobre o ganho mensal. Isso também eu creio que é uma falta de pensar no consumidor. A agressão ao consumidor, né? E para você ver, durante a pandemia muita gente teve acesso a crédito, né? E após pandemia veio o resultado, vieram as dívidas. Não é à toa que o governo em 2021 criou a lei do superendividamento, né? Se você pensar essa lei veio justamente para salvar essas pessoas, essas famílias que estavam superendividadas, sem capacidade para o pagamento dessas dívidas, porque chegou a um nível que muitas pessoas estavam devendo 10 vezes mais do que ganha, 8 vezes mais do que ganha. Então eu creio que temáticas como essa de uso de cartão de crédito, uso de cheque especial, uso de

sistemas de financiamento, como é que você pode financiar uma casa, um terreno, um carro, um imóvel qualquer. Eu acho que isso deve entrar numa discussão mais prática no dia a dia do ensino. Para tornar o conteúdo mais atraente. Se não o ensino da educação financeira fica aquela coisa mais para cumprir uma emenda, repassar um conteúdo, não ter nenhuma aplicação prática naquilo, entende?

O Professor 2 compreende que uma avaliação diagnóstica da turma é necessária, o que pode envolver não só o docente, mas toda a equipe pedagógica, uma vez observado este contexto, desenvolver uma disciplina que atenda a estes diversos perfis presentes em sala de aula.

Primeiro, uma avaliação diagnóstica da turma. Eu penso que seria essencial iniciar com essa avaliação diagnóstica da turma e isso às vezes até não necessariamente passar pela turma, mas passar pela equipe pedagógica, pelas coordenações de curso, para conhecer quais são os perfis, diferentes perfis de estudantes que tem naquela turma que vai passar por um curso de educação financeira, depois trabalhar o planejamento da disciplina de modo a contemplar esses diferentes perfis e como fazer disciplina funcionar para esses diferentes perfis (Professor 2).

Nesta perspectiva, Monteiro (2020) preceitua que a atividade docente envolve tanto teoria quanto prática, sendo a ação do professor uma maneira de transformar a realidade. Essa ação, quando reflexiva e cuidadosa, pode ser considerada uma práxis pedagógica.

Assim, a prática docente ocorre no contexto escolar e só pode ser compreendida com base em elementos teóricos. Portanto, é essencial que os professores tenham embasamento teórico para orientar sua prática, criando um ciclo de ação-reflexão-ação.

Maboni (2004) destaca que ainda existe uma distância considerável entre os centros de formação de professores e as escolas onde esses profissionais irão trabalhar após se formarem. Na prática, os novos professores enfrentam grandes desafios, que devem ser enfrentados através de um alinhamento entre a teoria e a prática.

Portanto, a práxis pedagógica combina pensamento e ação, formando uma unidade. No cotidiano escolar, os professores enfrentam situações complexas que exigem soluções imediatas. Suas respostas podem variar entre repetitivas e criativas, dependendo de sua habilidade e da leitura que fazem da realidade

Neste contexto, Vieira (2011) aponta que é crucial que os professores se familiarizem cada vez mais com as novas tecnologias. Essa maior experiência e integração dos conhecimentos no contexto educacional podem estimular a criatividade dos docentes, tanto no aprimoramento das técnicas de ensino quanto das próprias ferramentas. Isso também pode fortalecer a conexão entre os desenvolvedores de tecnologia e a comunidade acadêmica.

O Professor 3 acredita que as estratégias para conscientizar a comunidade acadêmica quanto a importância da educação financeira possui grande valia, seja em atividades formação continuada junto ao corpo docente, seja na percepção de que não se trata de uma disciplina onde são abordados apenas cálculos, mas toda organização financeira e o impacto dentro do ensino na instituição.

Primeiro, com o corpo docente é tirar essa visão matemática, porque às vezes o professor não quer dar aula porque ele acha que ele vai ter que ensinar um Monte de cálculo do aluno. E ela não é uma disciplina de cálculo, né? Assim, não, na sua essência, ela até tem, mas não é essencialmente uma disciplina de cálculo, né, de matemática. Eu acho que falta um pouco disso. Que os professores compreendam. A minha sugestão era que houvesse uma maior sensibilização e compreensão do que de fato se ensina em educação financeira, com o uso de metodologias que integrem o discente ao mundo prático (Professor 3).

O Professor 4 refletiu que os saberes relacionados a educação financeira devem ser abordados desde cedo no contexto do ensino. Neste sentido, a consciência e a compreensão dos assuntos possuiriam um impacto maior.

Também sugeriu que a educação financeira componha um caráter interdisciplinar com outras disciplinas do curso, o que potencializaria um aprofundamento quanto ao conhecimento, sem que isso se tornasse algo repetitivo para os discentes.

E aí ele chega às vezes no curso de administração, no curso técnico de administração, praticamente cru em relação a essa temática, em relação ao curso mesmo. Eu acho que uma sugestão, assim, nesse aspecto, eu acho que a gente consegue abordar em outros momentos o mesmo assunto. Eles têm educação financeira, mas, por exemplo, tem contabilidade também. Eles têm administração financeira no terceiro módulo. Então já vem dando esse reforço, né? Em relação a essa matéria é na disciplina de empreendedorismo, mas eu acho que a base também e a vivência são gargalos aí para eles desenvolver (Professor 4).

O Professor 5 apontou que a educação financeira muitas vezes é oferecida em momentos específicos, neste sentido, os estudantes infelizmente ficam vulneráveis a ingressar no momento correto dentro das iniciativas em geral.

Portanto, observou que a educação financeira deve ser fortemente inserida dentro do contexto educacional brasileiro desde os níveis mais iniciais, e tal institucionalização e ampliação deve integrar os mais diversos agentes do setor público e do setor privado, e que a compreensão de todos os atores deste processo de que tal colaboração gera vantagens para ambos os polos.

Esta perspectiva se alinha com a visão de Costa (2013) quanto a ênfase na importância da atualização contínua dos professores para que possam incentivar os alunos a adotarem uma postura proativa em relação à pesquisa de novas tecnologias, às relações humanas com o meio ambiente, aos direitos sociais dos trabalhadores e ao papel do cidadão na sociedade.

Isso envolve explorar situações-problema, dialogar com diferentes áreas do conhecimento e inserir a prática educativa no contexto social, sempre com uma perspectiva interdisciplinar e adaptada à capacidade de aprendizagem de cada aluno em contextos específicos.

Apontou que o ganho financeiro ou o maior poder aquisitivo das pessoas não necessariamente está relacionado a uma melhor gestão dos recursos ou de uma menor vulnerabilidade para o consumismo, por consequência, observou que a compreensão do contexto social de cada discente é importante para o desenvolvimento de ações voltadas para a educação financeira.

Então, o investir para pessoa, para da camada popular, hoje, para os nossos alunos, quando a gente fala bolsa de valores, por exemplo, ações, ele acha: “Mano. Isso é para quem já tem muito dinheiro”. Até essa noção elementar dizer o seguinte, eu, com 30 reais, posso falar. Não falando do investimento, dessas outras coisas, mas uma bolsa para uma previdência. Hoje você faz uma previdência privada com 35 reais, na caixa econômica com 50 reais. Isso já é uma garantia para no futuro, é uma forma de investimento, nem que seja, enfim, a muito longo prazo (Professor 5).

Bauman (2016) reflete que em uma sociedade de consumo, ninguém pode se tornar um sujeito sem que, para isto, não se transforme antes em mercadoria. Além disso, para preservar sua subjetividade, é necessário constantemente reviver e recarregar as habilidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável.

Portanto, uma característica marcante em uma sociedade de consumo, embora muitas vezes disfarçada, é a metamorfose dos consumidores em mercadorias.

Neste sentido, Batista (2019) observa que a sociedade de consumo exerce uma forte influência sobre as pessoas, direcionando os consumidores para os interesses das classes dirigentes. Isso, por sua vez, dificulta a formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de fazer escolhas informadas e responsáveis.

Vale ressaltar, também, que todos os entrevistados percebem que a capacitação do docente e dos servidores em geral quanto aos saberes da educação financeira são de grande importância, seja pela resistência a mudanças no currículo, que seriam sanadas com ações de formação continuada.

O que remete novamente a Pelizzari (2003), onde observa que a aprendizagem escolar é essencial para os educadores, especialmente devido às mudanças na sociedade do conhecimento e à informação dos meios de comunicação. Nesse cenário, trabalhar com projetos é uma forma eficaz de compartilhar conhecimentos com alunos e a comunidade escolar.

Seria interessante ter essa oficina, tanto para os docentes, como também para os técnicos administrativos e para os discentes também. Então, enfim, eu acho que a educação financeira bastante relevante. Tem um colega meu que comentou que foi estudar educação financeira para se educar. Ajuda até a gente replicar também, né? Para evitar qualquer tipo de aumento de índice de endividamento ou de qualquer problema financeiro, assim na sociedade de modo geral (Professor 5).

Outro fator apontado foi o endividamento do próprio servidor público, que possui um amplo acesso a crédito, também foi apontado que funcionários da instituição buscam a educação financeira de forma autônoma para a gestão dos próprios ganhos pessoais, e que a formação continuada dos servidores seria importante tanto para a replicação do conteúdo junto ao corpo discente quanto para a melhor qualidade de vida dos servidores e servidoras, bem como para a melhoria da cultura organizacional na instituição.

Portanto, o ensino em educação financeira possui entraves, que vão desde a formação do docente, até a própria realidade do corpo discente, que apresenta diversas barreiras sociais e econômicas para o desenvolvimento e aplicação dos saberes.

Tal contexto se alinha ao que preleciona Adorno (2000), onde entende ser necessário explicar que a escola não é um fim em si mesma e que seu caráter fechado é uma necessidade, não uma virtude. Algumas formas do movimento juvenil, como a ideia de uma “cultura jovem” própria, atualmente celebrada na “ideologia da juventude como subcultura”, exemplificam essa visão equivocada.

Neste sentido, diversas estratégias podem ser adotadas para solucionar tais problemas, desde práticas pedagógicas até a própria capacitação dos profissionais da educação.

No próximo capítulo, apresentamos as considerações finais da pesquisa, destacando os principais resultados, as limitações enfrentadas no estudo e propostas para solucionar problemas apontados pelos entrevistados para a realização de um aprofundamento, bem como maior capilaridade da educação financeira no contexto do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a importância da educação financeira para o desenvolvimento do senso crítico e formação cidadã dos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Administração do Campus Dirceu Arcoverde do Instituto Federal do Piauí (IFPI).

Com essa abordagem, buscou-se: a) Compreender as percepções dos estudantes Curso Técnico Subsequente em Administração em relação à educação financeira e ao seu papel na formação profissional e cidadã; b) Identificar como a educação financeira pode contribuir com a formação cidadã e com o senso de responsabilidade e autonomia financeira dos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Administração; c) Analisar as concepções e práticas docentes de como deve ser abordado de maneira contextualizada e interdisciplinar o conteúdo educação financeira no Curso Técnico Subsequente em Administração; d) Desenvolver, como produto educacional, um evento acadêmico-científico-cultural, numa perspectiva interdisciplinar, que promova a reflexão crítica e a tomada de decisão consciente sobre a importância da inserção da educação financeira na escola.

Durante o desenvolvimento deste estudo, almejou-se a efetiva participação dos discentes e docentes, que desempenharam um papel ativo na análise e nas reflexões propostas. Para tanto, foi utilizada a abordagem da pesquisa participante, caracterizada pela sua natureza aplicada e abordagem qualitativa, em que foram empregamos métodos de pesquisa de campo, como questionários e entrevistas.

Tais estratégias propiciaram uma análise a partir de diversos prismas dentro do contexto da comunidade escolar, visto que foram considerados diversos ângulos e realidades pessoais e profissionais.

Nesse sentido, as metodologias para coleta de dados tiveram como referência Martins, Lakatos e Marconi (2017), sendo que a utilização de uma abordagem qualitativa, com a utilização de métodos de pesquisa de campo, através de questionários e entrevistas, foi de grande valia para a coleta dos dados, visto que tais aplicações tornaram a pesquisa mais intuitiva aos participantes, visto que são instrumentos de fácil compreensão e que criaram uma situação de conforto para os participantes.

Quanto às entrevistas, estas foram organizadas em categorias e analisada de forma estruturada em etapas. Isto ocorreu em razão de tal arranjo facilitar a compreensão do que foi respondido pelos participantes, bem como por propiciar uma análise mais detalhada dos dados coletados, de uma maneira que viabilizou uma reflexão concatenado da das informações.

Por conseguinte, a partir das informações obtidas, foi organizado um evento técnico científico intitulado "Equilíbrio Financeiro: Do Planejamento Bancário à Gestão Emocional", que envolveu ciclos de palestras e foi implementado no Campus Avançado Dirceu Arcoverde (IFPI).

Considerando as atividades realizadas, as contribuições deste trabalho residem, inicialmente, em estabelecer um diagnóstico animador quanto à percepção da importância da educação financeira junto a comunidade acadêmica.

Percebeu-se um grande entusiasmo quanto ao tema pela maior parte dos participantes da pesquisa, seja no preenchimento dos questionários, nas respostas das questões fechadas e nas entrevistas. Além disto, é notório enfatizar que existe no meio dos estudantes participantes um grande volume de informações dispersas, seja por aulas formais, leituras pessoais ou conteúdo visualizado na internet.

Todavia, os discentes pesquisados possuem o anseio de organizar tais pensamentos e a implementação do evento propiciou aos participantes este espaço acolhedor para compartilhar saberes, experiências e gerar uma percepção crítica quanto à temática.

Portanto, o produto educacional proposto foi aplicado de maneira satisfatória, na medida que viabilizou este espaço de produção de saberes e de maior integração entre a comunidade acadêmica presente.

Esta contribuição demonstra como uma política voltada para a implementação de ações, seja de ensino regular, seja de eventos acadêmicos, gera frutos para o aprendizado escolar e para a sociedade como um todo, visto que foi notório o protagonismo dos participantes durante toda a ação, bem como foi partilhado o desejo de compartilhamento destes conhecimentos.

Neste sentido, o aprimoramento do senso de cidadania dos discentes também foi visível durante a aplicação do evento, o que endossa tanto a

importância da temática abordada, quanto o desejo da comunidade discente por mais iniciativas nesta área do conhecimento.

Outro ponto notório percebido no desenvolvimento da pesquisa foi o caráter interdisciplinar da temática da educação financeira, por conta disto, conhecimentos relacionados a gestão das emoções como forma de enfrentar a barreira do consumismo, por exemplo, foram muito apreciados, o que direciona que tal ênfase deve ser abordada quando ações relacionadas a consumo e gestão de recursos são realizadas.

Também vale ressaltar que a ação propiciou muitos momentos de interação da comunidade discente, o que ressalta a ideia de que eventos com esta proposta devem ser pensados com a aplicação de metodologias ativas, que propiciem momentos constantes de participação e protagonismo dos discentes.

Tal abordagem enriquece o processo de aprendizagem e viabiliza o senso dos estudantes de que aqueles saberes não são distantes de sua realidade, muito pelo contrário, são compartilhados por todos e não podem ser estigmatizados como próprios de camadas mais elevadas da sociedade e que só podem ser discutidos por pessoas ricas financeiramente.

Ademais, foi notório que grande parte da comunidade acadêmica já compreendia que conhecer o mundo dos produtos financeiros não é algo exclusivo da classe dominante, e isto não se expressou apenas na empolgação dos discentes quanto à ação, mas também na interação com colegas que até então tinham pouco contato com os saberes propriamente ditos, o que levou a um engajamento mais efetivo de toda comunidade acadêmica participante.

Dentre os desafios enfrentados, destacou-se o período de greve vivenciado, no contexto dos Institutos Federais, durante o período da pesquisa e a implementação do produto educacional, o que acabou por postergar algumas atividades realizadas neste trabalho, bem como criou barreiras para o maior engajamento dos discentes, obstáculo este que foi superado pelo uso de ferramentas digitais e maior divulgação nas redes sociais.

Outro elemento a ser superado foi a desconfiança gerada por pessoas que, por desconhecerem a temática, sugeriram aos participantes e até ao próprio pesquisador de que estudos nesta área seriam direcionados apenas para pessoas ricas e, portanto, tais saberes não poderiam ser compartilhados e poderiam até gerar uma sensação de segregação por parte dos discentes.

Todavia, tais argumentos foram superados pelo próprio engajamento da comunidade acadêmica em torno da pesquisa, e a percepção de que compreender como se dá a abertura de uma conta corrente, a utilização de ferramentas de crédito de maneira consciente e a forma de uso de mecanismos que facilitam o ato de poupar e o tornam mais rentável podem ser acessíveis a todos e que, ademais, o desconhecimento e o preconceito quanto à temática é que reforçam as desigualdades sociais e que aumentar estas barreiras não diminui tais distorções, muito pelo contrário, só as faz crescer.

Neste sentido, este ponto verificado no desenvolvimento desta pesquisa pode ser o ponto de partida para estudos relacionados aos preconceitos que geram dificuldades para a implementação de um ensino em educação financeira mais efetivo no contexto da EPT no Brasil.

Portanto, esta pesquisa atingiu impacto junto à comunidade acadêmica, a medida que promoveu amplo debate quanto à temática da educação financeira, viabilizou a observação da percepção junto aos participantes da pesquisa quanto à temática, bem como propiciou a realização de um evento acadêmico-científico-cultural que gerou amplo engajamento.

Sendo assim, a expectativa é que esta pesquisa fomenta outros trabalhos acadêmicos quanto ao ensino da educação financeira, não só no contexto da EPT, mas no cenário educacional pátrio como um todo, e que o produto educacional implementado seja replicado nos mais diversos contextos, para que a experiência exitosa realizada no âmbito do Campus Dirceu Arcoverde do Instituto Federal do Piauí (IFPI) seja vivida por mais pessoas nos mais diversos municípios brasileiros.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ALVES, Giovanni. **Precarização do trabalho, qualidade de vida e saúde dos magistrados trabalhistas no Brasil = Precarization of labor, quality of life and health of the labor judges in Brazil**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Campinas, n. 47, p. 243-259, jul./dez. 2015.

ALVES, Marcus, V. I. **Inclusão financeira e meios de pagamento: um estudo exploratório sobre o uso de cartões de crédito e o índice de inadimplência**. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, 2020.

ARAÚJO, Joelze Linhares de. **A inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho: a oficina pedagógica e o aplicativo “eficiente” como ferramentas de inclusão** / Joelze Linhares de Araújo. – Mossoró, RN, 2021

AUSUBEL, David. **Aprendizagem Significativa**. São Paulo: Moraes, 1982.

BATISTA, João Paulo Monteiro. **Educação financeira: contribuições de uma proposta de prática pedagógica integradora para o fortalecimento do ensino médio integrado**. / João Paulo Monteiro Batista. – Olinda, PE, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECK, Judith S. **Terapia Cognitivo-Comportamental: Teoria e Prática**. 2ª Edição – Porto Alegre: Editora Artmed, 2013

BELCHIOR, Celle Cristianne Mendes Evangelista. **Sequência didática em educação financeira: uma abordagem com vídeos em rodas de conversa**. / Celle Cristianne Mendes Evangelista Belchior. – Rio Branco, 2021.

BENEVIDES, Edilaine. **Educação financeira - reflexões com jovens estudantes do curso Técnico em Logística integrado ao Nível Médio do IFMT- Campus Várzea Grande**. / Edilaine Benevides...{et.al}. Várzea Grande, MT, 2021.

BESSEMER, S. P; TREFFINGER, D. J. **Analysis of creative products: review and synthesis**. *The Journal of Creative Behavior*, v. 15, n. 3, p. 158-178. 1981.

BLOISE, Denise Martins; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **A dimensão educativa do trabalho em um grupo de agricultores familiares de base camponesa**. *Brazilian Journal of Animal and Environmental Research*, v. 3, n. 4, p. 3449-3458, 2020.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 09 de junho de 2020**. Brasília, 09 jun. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Lei Federal 9.394/1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC: Brasília, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 out.2023.

CAPES. **Documento de Área – Ensino**, 2013.

CARDOSO, M.G.; LANCA, J. F.; ARAUJO, V. S.; NANTES, E. A. S.. **Educação financeira na sala de aula: Uma proposta de aplicação de um plano de trabalho docente nas aulas de matemática**. Educação Matemática em Foco (UFPB), v. 9, p. 91-111, 2022.

CORDEIRO, N. J. N., COSTA, M. G. V., SILVA, M. N. da. (2018). **Educação financeira no brasil: uma perspectiva panorâmica**. Ensino Da Matemática Em Debate, 5(1), 69–84. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/36841>

COSTA, José C. **O direito ao acesso à educação financeira como forma de inclusão social: desafios no ambiente da financeirização da economia brasileira**. Dissertação (Mestrado em Direito). FDSM, Pouso Alegre, RS, 2019.

COSTA, M. A. A. D. **A educação financeira na formação profissional e tecnológica: Uma proposta cognitivo-comportamental**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Anápolis, GO, 2022.

ClAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 6 dez. 2005.

ClAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.5, n.8, p.27- 41, jan./jun., 2011. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45/42>. Acesso em: 05 jul. 2023.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (CONEF). **Educação financeira nas escolas: ensino fundamental: livro do professor.** Brasília: CONEF, 2013.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (CONEF). **Educação financeira nas escolas: ensino fundamental: livro do professor.** Brasília: CONEF, 2014.

COSTA, S. H. B. **Sentido do Trabalho.** In: VIEIRA, F. de O. (org.) *Dicionário crítico de gestão e Psicodinâmica do trabalho.* Curitiba: Juruá, 2013.

CROCCO, M.; SANTOS, F.; FIGUEIREDO, A. T. L. **Exclusão Financeira no Brasil: uma análise regional exploratória.** *Revista de Economia Política*, vol. 33, nº 3 (132), pp. 505-526, julho-setembro/2013, UFF, Niterói, RJ, 2013.

CRUZ, Daniela Imolesi. **Implementação de um curso de educação financeira para servidores públicos.** 2022, 63 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba. MG, 2022, Biblioteca Depositória:
<http://bdtd.ufm.edu.br/handle/123456789/1392>

DRUCK, G. **A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores.** In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria no Brasil II.* São Paulo: Boitempo, 2013.

FERREIRA, Hugo Lagrimante. **Educação financeira escolar e educação matemática: a desigualdade social no Brasil.** 2022, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora Programa de Pós-Graduação Em Educação Matemática. Juiz de Fora, 2022. Biblioteca Depositória:
<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/14069>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 62. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREITAS, R.. produtos educacionais na área de ensino da capes: o que há além da forma? **Educação Profissional E Tecnológica Em Revista**, 5(2), 5-20. (2021).

GALDINO, Valéria Silva. **Cláusulas abusivas no direito brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2001.

GARCIA, Aline Cristina de Medeiros. **Educação financeira e economia comportamental na educação profissional** / Aline Cristina de Medeiros Garcia. – Mossoró, RN, 2020.

GONÇALVES FILHO, E. S.; ROCHA, J. B.; MAIA, M. C. *Custos Vulnerabilis: a Defensoria Pública e o equilíbrio nas relações político-jurídicas dos vulneráveis.* Belo Horizonte, MG: Editora Cei, 2020.

GONÇALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HARVEY, David (1992). **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola.

HUGO, Victor, 1802-1885. **Os Miseráveis**/ Victor Hugo; traduzido por Franscisco F.S. Vieira, Jandira, SP: Principis, 2020.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LIMA, Marília Freires de. **A utilização das tecnologias de informação e comunicação como recurso didático pedagógico no processo de ensino e aprendizagem** / Marília Freires de Lima. Patos, 2020.

Lima, Luís Claudio Moreira de. **Desafios e dificuldades dos professores de cursos técnicos integrados do Campus Curitiba do IFPR no uso de ferramentas tecnológicas digitais no desenvolvimento das atividades remotas durante o período pandêmico** / Luís Claudio Moreira de Lima; orientador, Adriano Willian da Silva Viana Pereira - 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MABONI, Pedro Luiz. **Uma Experiência De Formação Continuada De Professores No Cotidiano Escolar**. Um Estudo De Caso. Santa Maria, 2004.

MACHADO, Susiany Mirela. **Projeto integrador sobre educação financeira: contribuições para uma formação integral no ensino médio integrado** / Susiany Mirela Machado. -- Sertãozinho - SP, 2021.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci: Americanismo e conformismo**. Tradução: William Laços, Ed. Alínea, Campinas – SP, 2008.

MAQUIAVEL, Nicolau, 1469-1527. **O Príncipe** / Nicolau Maquiavel; Traduzido por Marcelo Diogo. Barueri. SP: Ciranda Cultural, 2019.

MARTINS, G. A. **Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Editora Malheiros, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital** / István Mészáros; tradução de Isa Tavares, - 2. ed, - São Paulo: Boi Tempo, 2008.

MIRAGE M, Bruno. **O ilícito e o abusivo: propostas para uma interpretação sistemática das práticas abusivas nos 25 anos do Código de Defesa do Consumidor**. Revista de Direito do Consumidor. vol. 104. ano 25. p. 99-127. São Paulo: Ed. RT, mar.-abr. 2016

MONTEIRO, Roseanne Márcia Silva Marques. **A formação continuada de professores do Ensino Fundamental no município de Vargem Grande: reflexos na prática docente** / Roseanne Márcia Silva Marques Monteiro. - 2020.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de, 1689-1755. **Cartas Persas/** Charles de Secondat, Baron de Montesquieu; tradução e notas Mário Barreto. São Paulo: Martin Claret, 2009.

MORETTA, Klaudia Craveiro da Cunha. **Educação Financeira na escola: por uma perspectiva educacional ampliada**. 2023. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Ensino de Matemática) - Instituto de Matemática e Estatística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. doi:10.11606/D.45.2023.tde-24052023-204850. Acesso em: 24-08-2024.

MOTA, Eduardo dos Anjos. **Uma proposta em educação financeira para o curso integrado em zootecnia**. / Eduardo dos Anos Mota. – Rio Pomba, 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

NEGRI, A. L. L. **Educação Financeira para o Ensino Médio da Rede Pública: uma proposta inovadora**. 73 f. Dissertação (Mestrado em educação). Centro Universitário Salesiano de São Paulo: UNISAL, Americana, 2010.

OLIVEIRA, Ana Maria Andrade. **A democratização do acesso à justiça**. Revista da Esmese, Aracaju, n. 6, p. 123-129, 2004.

OLIVEIRA, Priscila Patrícia Moura. **Ubiquidade no Ensino Médio Integrado: a utilização de *smartphones* como ferramenta de ensino e aprendizagem**. Priscila Patrícia Moura Oliveira, - Rio Pomba, 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. Brasília: OCDE, 2005.

PACHECO, Eliezer. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio. Proposta de diretrizes curriculares nacionais**. São Paulo: Moderna, 2012.

PARANHOS, Eluene Tamara Costa. **Educação financeira e cidadania: contribuições à formação integral dos alunos de um Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio** / Eluene Tamara Costa Paranhos -- Sertãozinho - SP, 2021.

PEGORINI, D. G. et al. **Gestão Educacional: a organização dos processos educacionais no IFPR no período da pandemia no curso de Tecnologia em Secretariado para a oferta de aulas remotas**. In: SILVA, S. C. L. A sala de aula e a prática do professor. Campo Grande: Inovar, 2022.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PLATÃO. **A República**. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

POSSAR, Paulo Cesar. **Educação financeira: uma experiência com uso de um quiz gamificado no ensino médio integrado** / Paulo Cesar Possar - Sertãozinho - SP, 2022.

POTRICH, A. C. G. **Alfabetização Financeira: Relações Com Fatores Comportamentais e Variáveis Socioeconômicas e Demográficas**. 245 f. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SERASA. **Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil**. Publicada em 04/2023. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 14 junho 2023.

SCHOPENHAUER, Arthur, 1788-1860. **A arte de ter razão: 38 estratégias** / Arthur Schopenhauer; tradução de Milton Camargo Mota. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução as teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVEIRA, D. T.; CORDOVA, F. P. **A pesquisa científica**. In: GERHARDT, T. E.; SILVA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interpretações**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOUSA, Francisco César de. **Educação financeira além da escola: para uma formação integral e omnilateral** / Francisco César de Sousa. – Palmas, TO, 2023

SOUSA, Richarles de Araújo. **Educação financeira no ensino médio integrado do Instituto Federal do Acre: uma proposta de ensino transversal com base na Abordagem Temática Freiriana**. Richarles de Araújo Sousa – Rio Branco - AC, 2021.

SOUSA, Tefischer Huanderson Soares e. **Ferramentas para conhecer e reconhecer a história e memória imagética do IFPI - município de Corrente (PI)** / Tefischer Huanderson Soares e Sousa. - 2023.

SOUZA, Jaibis Freitas de. **Construindo uma aprendizagem significativa com história e contextualização da Matemática**. 2009. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2009

STRAUSS, Anselm; COBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TAYLOR, Frederick Winslow 1856 – 1915. **Princípios da administração científica** / Frederick Winslow Taylor; tradução de Arlindo Vieira Ramos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990

Tomás de Aquino, Santo. **Sobre a prudência**. Tradução: Alessandro Baccari – Petrópolis. RJ: Vozes, 2021.

VIEIRA, Kelmara Mendes; MOREIRA JUNIOR, Fernando de Jesus; POTRICH, Ani Caroline Grigion. **Indicador de educação financeira: proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item**, 2019. Educação & Sociedade, Campinas, v. 40, p. 1-33, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v40/1678-4626-es-40-e0182568.pdf>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

VIEIRA, Rosângela Souza. **O papel das tecnologias da informação e comunicação na educação: um estudo sobre a percepção do professor/aluno**. Formoso - BA: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), 2011. v. 10, p. 66-72.

VILLA, Laercio. **Educação financeira no ensino médio: uma análise a partir da aprendizagem significativa de David Ausubel**. 2017. 62 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2017.

VILLA, Laercio; DA SILVA, Juliano Tonezer; DARROZ, Luiz Marcelo. **Educação financeira no ensino médio: uma proposta fundamentada na teoria da aprendizagem significativa**. Acta Scientiae, v. 20, n. 1, 2018.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo** / Max Weber; tradução e notas de Tomas da Costa – Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS ESTUDANTES

1.) Você já recebeu algum tipo de educação financeira na escola ou em outro lugar?

- a) Sim, na escola
- b) Sim, em outro lugar
- c) Não, nunca recebi

2.) Você sabe como fazer um orçamento pessoal ou familiar?

- a) Sim, sei e faço regularmente
- b) Sim, sei mas não faço regularmente
- c) Não sei mas gostaria de aprender
- d) Não sei e não tenho interesse em aprender

3.) Você tem o hábito de poupar parte da sua renda para investir ou para emergências?

- a) Sim, sempre poupo
- b) Sim, às vezes poupo
- c) Não, mas gostaria de poupar
- d) Não, e não tenho interesse em poupar

4.) Você costuma comparar preços e pesquisar antes de comprar algo?

- a) Sim, sempre comparo e pesquiso
- b) Sim, às vezes comparo e pesquiso
- c) Não, mas gostaria de comparar e pesquisar mais
- d) Não, e não tenho interesse em comparar e pesquisar

5.) Eu acredito que a educação financeira é essencial para o meu sucesso profissional e pessoal.

- () Discordo totalmente () Discordo () Nem concordo nem discordo () Concordo
() Concordo totalmente

6.) Eu me sinto preparado(a) para lidar com as questões financeiras que envolvem o meu curso e a minha futura carreira.

☐ Discordo totalmente ☐ Discordo ☐ Nem concordo nem discordo ☐ Concordo
☐ Concordo totalmente

7.) Eu considero que o curso oferece oportunidades suficientes para desenvolver as minhas competências financeiras.

☐ Discordo totalmente ☐ Discordo ☐ Nem concordo nem discordo ☐ Concordo
☐ Concordo totalmente

8.) Eu aprendi sobre os conceitos e as práticas de educação financeira principalmente por meio de cursos online, livros, podcasts e vídeos.

☐ Discordo totalmente ☐ Discordo ☐ Nem concordo nem discordo ☐ Concordo
☐ Concordo totalmente

9.) Eu gostaria de participar de atividades extracurriculares que abordassem temas relacionados à educação financeira.

☐ Discordo totalmente ☐ Discordo ☐ Nem concordo nem discordo ☐ Concordo
☐ Concordo totalmente

10.) A educação financeira é muito importante na minha vida pessoal e social, pois me ajuda a planejar e a gerenciar melhor os meus recursos, a evitar dívidas e a realizar os meus objetivos.

☐ Discordo totalmente ☐ Discordo ☐ Nem concordo nem discordo ☐ Concordo
☐ Concordo totalmente

11. Em poucas palavras, descreva quais são as suas principais necessidades e expectativas em relação à gestão financeira pessoal e familiar.

12. Como você acha que a educação financeira pode contribuir para o seu desenvolvimento como cidadão consciente e participativo na sociedade?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE QUESTÕES DAS ENTREVISTAS PARA GESTORES E PROFESSORES

- 1.) Qual é a sua percepção sobre a importância da educação financeira para os estudantes do curso técnico em administração?
- 2.) Como você avalia o impacto da educação financeira na formação cidadã e no senso de responsabilidade e autonomia financeira dos estudantes? Quais são os indicadores ou evidências que você utiliza para medir esse impacto?
- 3.) Quais são os principais desafios e dificuldades para a abordar da educação financeira de maneira contextualizada e interdisciplinar no Curso Técnico em Administração?
- 4.) Quais são as suas sugestões ou recomendações para o processo de ensino e a aprendizagem no curso técnico em administração a partir da inserção da temática educação financeira na formação do estudante?

APÊNCIDE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE PARA SERVIDORES PARTICIPANTES DA PESQUISA

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **“COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EPT: UMA ANÁLISE NO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO DIRCEU ARCOVERDE (IFPI)”** que está sendo desenvolvida pelo mestrando José Rômulo Plácido II, Matrícula 20231PROFEPT0009, do Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), campus Parnaíba. O estudo está sob supervisão do Professor Doutor Márcio Aurélio Carvalho de Moraes, docente do programa.

O convite a sua participação se deve ao fato de você fazer parte do grupo de gestores(as) do Instituto Federal do Piauí ou professores(as) docentes do eixo gestão e negócios do Curso Técnico em Administração Subsequente, do campus Avançado Dirceu Arcoverde.

O objetivo da pesquisa é analisar a importância da educação financeira para o desenvolvimento do senso crítico e formação cidadã dos estudantes do Curso Técnico em Administração Subsequente/Concomitante do Campus Dirceu Arcoverde do Instituto Federal do Piauí (IFPI).

Este estudo justifica-se pela importância da educação financeira para o desenvolvimento do senso crítico e da formação cidadã dos estudantes ser uma necessidade latente na sociedade brasileira, sendo assim, iniciativas nesta direção possuem grande impacto social, visto que possibilitam que o corpo discente desenvolva, a partir do aperfeiçoamento na temática da educação financeira, o senso crítico necessário para enfrentar os desafios relacionados ao tema, possibilitando o exercício da cidadania mediante a percepção das relações de consumo e de alocação do capital, o que gera impacto, não apenas na vida

dos estudantes, mas da família, amigos e demais pessoas com as quais interage..

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado caso decida não participar da pesquisa ou, tendo aceitado, desistir desta.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista ao pesquisador do projeto. A entrevista somente será gravada se houver autorização do entrevistado(a). O entrevistado(a) receberá uma via do termo de consentimento, que será elaborado e disponibilizado em duas vias, paginado, rubricado e assinado pelos participantes e pesquisadores. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente 15 a 30 minutos e a seu conteúdo somente terão acesso o pesquisador e seu orientador. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e orientações do CEP/UNINOVAFAPÍ.

É importante ressaltar que, como qualquer tipo de pesquisa que envolve pessoas, o estudo em questão apresenta riscos que podem se constituir em entraves a sua realização. Com o intuito de garantir a aplicação e coleta dos dados essenciais a conclusão da pesquisa, algumas medidas serão tomadas para erradicar, ou pelo menos, diminuir os riscos no decorrer do seu processo de realização.

É importante enfatizar nessa seção dos possíveis riscos da pesquisa como:

- a) invasão de privacidade; b) responder às questões sensíveis, tais como atos ilegais; c) revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; d) discriminação e estigmatização

a partir do conteúdo revelado; e) divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE ou TALE); f) tomar o tempo do participante ao responder à entrevista e ao questionário; g) considerar riscos relacionados à divulgação de imagem, quando houver filmagens ou registros fotográficos; f) possibilidade de constrangimento, desconforto, vergonha ou aborrecimento.

Para minimizar esses possíveis riscos aos participantes serão tomadas as seguintes medidas: a) garantia de acesso aos resultados individuais e coletivos; b) minimização de desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; c) garantia de não violação e de integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); d) confidencialidade e privacidade, proteção da imagem e não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, bem como, dar a devida explicação e informação a respeito do anonimato; e) garantia de acesso da população do estudo aos resultados e produtos da pesquisa de cunho apenas acadêmico; f) suspensão imediata do estudo ao perceber algum risco ou dano à saúde do sujeito participante da pesquisa, não previsto no termo de consentimento ou assentimento; g) Os pesquisadores utilizarão palavras simples para facilitar as perguntas; h) O participante poderá retirar seu assentimento ou consentimento, bem como deixar a pesquisa, a qualquer tempo, sem nenhum tipo de ônus para si e sem prejuízo dos cuidados garantidos pelos pesquisadores.

O desconforto em participar de uma pesquisa pode acontecer na geração dos dados. Para diminuir esse risco compete ao pesquisador acolher o participante de forma humanizada e informá-lo que ele tem liberdade para responder as perguntas que desejar e receber mais explicações sobre o que lhe está sendo perguntado, além de garantir o sigilo às respostas consideradas confidenciais e que serão utilizadas apenas para fins científicos.

A invasão de privacidade ao responder alguma pergunta da pesquisa é outro risco possível de ocorrer. Esse problema pode ser minimizado garantindo ao participante que serão geradas apenas informações estritamente necessárias ao problema da pesquisa científica. E as informações geradas na pesquisa serão tratadas com o devido sigilo e confidencialidade a que o participante tem direito.

Em situação de constrangimento, vergonha ou aborrecimento em algum momento da geração dos dados, a medida minimizadora prevista é a de assegurar uma atitude cautelosa sobre os aspectos pessoais, culturais e morais

do participante, criando-se um ambiente tranquilo, livre e seguro de atuação entre os envolvidos. Quanto mais o participante sentir confiança e acolhimento por parte do pesquisador, mais o trabalho ocorrerá de forma espontânea, sem arrogância ou hierarquização intelectual de quaisquer das partes.

A disponibilidade de tempo para responder ao instrumento de geração de dados é outro ponto sensível à pesquisa em curso. Combate-se esse risco proporcionando o tempo adequado e o local reservado para que o participante possa dar sua contribuição à pesquisa. A privacidade e o conforto durante a geração de dados são momentos importantes para escutar atentamente o participante, obtendo-se a informação necessária ao desenvolvimento da pesquisa.

Os participantes também terão direito a receber o reembolso (como transporte e alimentação) e a compensação (proteção financeira para reparar um dano provocado pela pesquisa ao participante) de quaisquer custos e prejuízos que possam surgir da sua participação na pesquisa. Além disso, enfatiza-se que os participantes da pesquisa terão acesso à assistência completa e imediata, de forma gratuita (pelo pesquisador responsável), pelo período que for preciso em caso de danos resultantes da pesquisa.

E por fim, face a estas considerações, e consoante às normas brasileiras para pesquisa em seres humanos (Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016), nenhum pagamento financeiro será recebido por sua participação neste estudo, como também essa investigação de mestrado será gratuita. Contudo, será garantido a você e demais participantes da pesquisa a possibilidade de ressarcimento e de indenização de quaisquer despesas e danos que possam incorrer a partir da sua participação na investigação. Em razão disso, ressalta-se que os participantes da pesquisa receberão a assistência integral e imediata, de forma gratuita (pelos pesquisadores responsáveis), pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa.

Por fim, a pesquisa, além de conseguir definir importantes diagnósticos quanto à percepção da temática da educação financeira junto a comunidade acadêmica, embasará a produção de um produto educacional voltado para o aprimoramento dos saberes sobre o tema, bem como impulsionará uma nova percepção quanto aos novos conhecimentos, não só perante o corpo docente e

discente, mas também para pessoas externas ao ambiente onde será aplicado o produto, visto que os participantes das atividades serão multiplicadores dos saberes trabalhados na aplicação do produto educacional.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do UNINOVAFAPÍ, no endereço: Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123 – Uruguai, CEP: 64073-505 - Teresina – Piauí, Telefone: (86) 2106-0738, e-mail: cep@uninovafapi.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para os responsáveis por este estudo:

- José Rômulo Plácido II
Telefone (61) 98284-0047
E-mail: joseromulooii@gmail.com
- Márcio Aurélio Carvalho de Moraes
Telefone (86) 99410-9468
E-mail marcio@ifpi.edu.br

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Teresina - PI, _____de _____de 2024.

Participante

CPF:

/ RG:

José Rômulo Plácido II

CPF: 032.934.863-98 / RG:2.984.174 – SSP/PI

Márcio Aurélio Carvalho de Moraes
CPF: 675.846.083-53 / RG:1.150.568 – SSP/PI

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE PARA ESTUDANTES PARTICIPANTES DA PESQUISA

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **“COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EPT: UMA ANÁLISE NO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO DIRCEU ARCOVERDE (IFPI)”** que está sendo desenvolvida pelo mestrando José Rômulo Plácido II, Matrícula 20231PROFEPT0009, do Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), campus Parnaíba. O estudo está sob supervisão do Professor Doutor Márcio Aurélio Carvalho de Moraes, docente do programa.

O convite a sua participação se deve ao fato de você fazer parte do grupo Estudantes, regularmente matriculados e concluintes do Curso Técnico em administração subsequente/concomitante, que são maiores menores de 18 anos de idade e estudam no Campus Avançado Dirceu Arcoverde.

O objetivo da pesquisa é analisar a importância da educação financeira para o desenvolvimento do senso crítico e formação cidadã dos estudantes do Curso Técnico em Administração Subsequente/Concomitante do Campus Dirceu Arcoverde do Instituto Federal do Piauí (IFPI).

Este estudo justifica-se pela importância da educação financeira para o desenvolvimento do senso crítico e da formação cidadã dos estudantes ser uma necessidade latente na sociedade brasileira, sendo assim, iniciativas nesta direção possuem grande impacto social, visto que possibilitam que o corpo discente desenvolva, a partir do aperfeiçoamento na temática da educação financeira, o senso crítico necessário para enfrentar os desafios relacionados ao tema, possibilitando o exercício da cidadania mediante a percepção das relações de consumo e de alocação do capital, o que gera impacto, não apenas na vida

dos estudantes, mas da família, amigos e demais pessoas com as quais interage..

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado caso decida não participar da pesquisa ou, tendo aceitado, desistir desta.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder questionários com questões fechadas e abertas, com tempo de duração estimado de 20 minutos, para gerar dados sobre a compreensão das percepções e das atitudes dos estudantes Curso Técnico em Administração Subsequente/Concomitante em relação à educação financeira e ao seu papel na formação profissional e cidadã. O entrevistado(a) receberá uma via do termo de consentimento, que será elaborado e disponibilizado em duas vias, paginado, rubricado e assinado pelos participantes e pesquisadores, do conteúdo somente terão acesso o pesquisador e seu orientador. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e orientações do CEP/UNINOVAFAPI.

É importante ressaltar que, como qualquer tipo de pesquisa que envolve pessoas, o estudo em questão apresenta riscos que podem se constituir em entraves a sua realização. Com o intuito de garantir a aplicação e coleta dos dados essenciais a conclusão da pesquisa, algumas medidas serão tomadas para erradicar, ou pelo menos, diminuir os riscos no decorrer do seu processo de realização.

É importante enfatizar nessa seção dos possíveis riscos da pesquisa como:

a) invasão de privacidade; b) responder às questões sensíveis, tais como

atos ilegais; c) revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; d) discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; e) divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE ou TALE); f) tomar o tempo do participante ao responder à entrevista e ao questionário; g) considerar riscos relacionados à divulgação de imagem, quando houver filmagens ou registros fotográficos; f) possibilidade de constrangimento, desconforto, vergonha ou aborrecimento.

Para minimizar esses possíveis riscos aos participantes serão tomadas as seguintes medidas : a) garantia de acesso aos resultados individuais e coletivos; b) minimização de desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; c) garantia de não violação e de integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); d) confidencialidade e privacidade, proteção da imagem e não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, bem como, dar a devida explicação e informação a respeito do anonimato; e) garantia de acesso da população do estudo aos resultados e produtos da pesquisa de cunho apenas acadêmico; f) suspensão imediata do estudo ao perceber algum risco ou dano à saúde do sujeito participante da pesquisa, não previsto no termo de consentimento ou assentimento; g) Os pesquisadores utilizarão palavras simples para facilitar as perguntas; h) O participante poderá retirar seu assentimento ou consentimento, bem como deixar a pesquisa, a qualquer tempo, sem nenhum tipo de ônus para si e sem prejuízo dos cuidados garantidos pelos pesquisadores.

O desconforto em participar de uma pesquisa pode acontecer na geração dos dados. Para diminuir esse risco compete ao pesquisador acolher o participante de forma humanizada e informá-lo que ele tem liberdade para responder as perguntas que desejar e receber mais explicações sobre o que lhe está sendo perguntado, além de garantir o sigilo às respostas consideradas confidenciais e que serão utilizadas apenas para fins científicos.

A invasão de privacidade ao responder alguma pergunta da pesquisa é outro risco possível de ocorrer. Esse problema pode se minimizado garantindo ao participante que serão geradas apenas informações estritamente necessárias ao problema da pesquisa científica. E as informações geradas na pesquisa serão tratadas com o devido sigilo e confidencialidade a que o participante tem direito.

Em situação de constrangimento, vergonha ou aborrecimento em algum momento da geração dos dados, a medida minimizadora prevista é a de assegurar uma atitude cautelosa sobre os aspectos pessoais, culturais e morais do participante, criando-se um ambiente tranquilo, livre e seguro de atuação entre os envolvidos. Quanto mais o participante sentir confiança e acolhimento por parte do pesquisador, mais o trabalho ocorrerá de forma espontânea, sem arrogância ou hierarquização intelectual de quaisquer das partes.

A disponibilidade de tempo para responder ao instrumento de geração de dados é outro ponto sensível à pesquisa em curso. Combate-se esse risco proporcionando o tempo adequado e o local reservado para que o participante possa dar sua contribuição à pesquisa. A privacidade e o conforto durante a geração de dados são momentos importantes para escutar atentamente o participante, obtendo-se a informação necessária ao desenvolvimento da pesquisa.

Os participantes também terão direito a receber o reembolso (como transporte e alimentação) e a compensação (proteção financeira para reparar um dano provocado pela pesquisa ao participante) de quaisquer custos e prejuízos que possam surgir da sua participação na pesquisa. Além disso, enfatiza-se que os participantes da pesquisa terão acesso à assistência completa e imediata, de forma gratuita (pelo pesquisador responsável), pelo período que for preciso em caso de danos resultantes da pesquisa.

E por fim, face a estas considerações, e consoante às normas brasileiras para pesquisa em seres humanos (Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016), nenhum pagamento financeiro será recebido por sua participação neste estudo, como também essa investigação de mestrado será gratuita. Contudo, será garantido a você e demais participantes da pesquisa a possibilidade de ressarcimento e de indenização de quaisquer despesas e danos que possam incorrer a partir da sua participação na investigação. Em razão disso, ressalta-se que os participantes da pesquisa receberão a assistência integral e imediata, de forma gratuita (pelos pesquisadores responsáveis), pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa.

Por fim, a pesquisa, além de conseguir definir importantes diagnósticos quanto à percepção da temática da educação financeira junto a comunidade acadêmica, embasará a produção de um produto educacional voltado para o

aprimoramento dos saberes sobre o tema, bem como impulsionará uma nova percepção quanto aos novos conhecimentos, não só perante o corpo docente e discente, mas também para pessoas externas ao ambiente onde será aplicado o produto, visto que os participantes das atividades serão multiplicadores dos saberes trabalhados na aplicação do produto educacional.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do UNINOVAFAPI, no endereço: Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123 – Uruguai, CEP: 64073-505 - Teresina – Piauí, Telefone: (86) 2106-0738, e-mail: cep@uninovafapi.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para os responsáveis por este estudo:

- José Rômulo Plácido II
Telefone (61) 98284-0047
E-mail: joseromuloi@gmail.com
- Márcio Aurélio Carvalho de Moraes
Telefone (86) 99410-9468
E-mail marcio@ifpi.edu.br

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Teresina - PI, _____ de _____ de 2024.

Participante

CPF:

/ RG:

José Rômulo Plácido II

CPF: 032.934.863-98 / RG:2.984.174 – SSP/PI

Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

CPF: 675.846.083-53 / RG:1.150.568 – SSP/PI